

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALISON NASCIMENTO TEIXEIRA

**O RAP NA GEOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE MEDIAÇÃO DO
CONHECIMENTO E ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERIFERIA**

UBERLÂNDIA

2020

ALISON NASCIMENTO TEIXEIRA

O RAP NA GEOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE MEDIAÇÃO DO
CONHECIMENTO E ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERIFERIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural/Ensino de Geografia

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

T266 2020	<p>Teixeira, Alison Nascimento, 1995- O RAP NA GEOGRAFIA [recurso eletrônico] : POSSIBILIDADES DE MEDIACÃO DO CONHECIMENTO E ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERIFERIA / Alison Nascimento Teixeira. - 2020.</p> <p>Orientador: TULIO BARBOSA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.258 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. BARBOSA, TULIO, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

IG

ALISON NASCIMENTO TEIXEIRA

**O RAP NA GEOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE MEDIAÇÃO DO
CONHECIMENTO E ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA
PERIFERIA**

Professor Dr. Túlio Barbosa - IG-UFU

Professor Dr. Cilson César Fagiani – UNIUBE-MG

Professor Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira – IG-UFU

Data: 20 / 02 de 2020

Resultado: APROVADO

AGRADECIMENTOS

Ao professor Tulio Barbosa, agradeço pela orientação e pela amizade.

Aos professores membros das bancas de defesa de projeto e de qualificação Glaucia Carvalho Gomes, Mirlei Fachini Pereira e Julio Cesar de Lima Ramires, agradeço pelas leituras e considerações importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos que os últimos sete anos de Uberlândia me trouxeram: Mari, Bianca, Bel, Letícia, Lecão, Luisão, Itzel, Ana Clara, Fabão, Marcia, Gledmar, Ana, Bruna, Mateus, Gelson, Mateus, Patricia, Gilson, Aline, Matheus, Lázara e Hellen pela ajuda em diferentes momentos e etapas da minha vida acadêmica e pessoal.

Aos amigos de Franca: Guilherme, Gustavo, Didi, Muller e Welber.

Aos amigos de Ribeirão Preto, Deborah, Cristiano, Celso e Gentil, agradeço pela recepção.

Aos alunos da Escola Municipal Domingos Angerami, agradeço pelo aprendizado diário nos quatro meses mais intensos de minha vida. A humanidade e humildade de vocês alimentam minha esperança de um mundo melhor.

Aos meus pais Célia e Edson, e a meu irmão Eduardo, pelo apoio e pelos conselhos tão importantes na minha caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O rap é a expressão musical de um movimento mais amplo, o hip hop, que tem em sua base quatro elementos centrais: Break, Graffiti, DJ (Disc Joquey) e MC (Mestre de Cerimônias), sendo o rap a junção das características do DJ e do MC. Ao longo do processo de sua formação, o hip hop assumiu um papel importante que tem relação direta com as condições do espaço urbano, podendo ser lido em uma primeira aproximação como uma linguagem construída por um segmento juvenil de diversas realidades locais para se expressar diante das desigualdades presentes no espaço urbano. O presente trabalho tem como objetivo discutir o rap como possível mediador do conhecimento e do ensino sobre as cidades, especificamente no que tange o ensino sobre a periferia na Geografia. Como estratégia para atingir esse objetivo, propusemos um diálogo entre alguns conceitos e discussões centrais para a ciência geográfica e o conteúdo sobre o rap, tendo como referência um levantamento bibliográfico e a análise de letras, mais geral, para compreender a história do movimento, e um levantamento, mais específico, sobre o conhecimento geográfico do tema, em que destacamos as publicações presentes na área da Geografia do catálogo da CAPES sobre o hip hop e o rap. No primeiro capítulo apresentamos alguns conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno do rap, destacando ainda a história do hip hop, que passa pelo contexto geográfico do período da formação como um movimento e destacando as singularidades assumidas de acordo com os lugares. No segundo capítulo, buscamos apresentar características gerais do campo de estudos geográficos sobre o rap e o hip hop na pós-graduação brasileira. No último capítulo, partimos de uma análise da Base Nacional Comum Curricular, especialmente da área de humanidades, para compreender como esse documento estabelece o ensino de Geografia sobre as cidades. Posteriormente, apresentamos uma possíveis caminhos considerando as discussões levantadas. As discussões que integram o rap em busca de um diálogo com a ciência geográfica contribuem levantando temas importantes. Esse movimento, considerando especificamente o que envolve o ensino de Geografia e a cidade, tem grande potencialidade por abrigar dimensões importantes para a compreensão e o ensino sobre o espaço urbano.

Palavras-Chave: Geografia. Hip-hop. rap. ensino de Geografia

RESUMEN

El rap es la expresión musical de un movimiento más amplio, el hip hop, que tiene cuatro elementos centrales en su base: Break, Graffiti, DJ (Disc Jockey) y MC (Master of Ceremonies), siendo el rap la combinación de las características de DJ y MC. A lo largo del proceso de su formación, el hip-hop asumió un papel importante que tiene una relación directa con las condiciones del espacio urbano, y puede leerse en un primer enfoque, como un lenguaje construido por un segmento juvenil de diferentes realidades locales para expresarse frente a ellos. desigualdades presentes en el espacio urbano. Este artículo tiene como objetivo discutir el rap como un posible mediador del conocimiento y la enseñanza sobre las ciudades, específicamente lo que se refiere a la enseñanza sobre la periferia en Geografía. Como estrategia para lograr este objetivo, propusimos un diálogo entre algunos conceptos y discusiones centrales para la ciencia geográfica y el contenido sobre rap, teniendo como referencia un levantamiento bibliográfico y análisis de letras, más generales, para comprender la historia del movimiento y un levantamiento más específico, sobre el conocimiento geográfico del tema, donde destacamos las publicaciones presentes en el área de Geografía del catálogo CAPES sobre hip-hop y rap. En el primer capítulo presentamos algunos conceptos fundamentales para comprender el fenómeno del rap, destacando también la historia del hip-hop que atraviesa el contexto geográfico del período de formación como un movimiento y destacando las diversas características asumidas según los lugares. En el segundo capítulo, buscamos presentar características generales del campo de los estudios geográficos sobre rap y hip-hop en los estudios de posgrado brasileños. En el último capítulo, comenzamos con un análisis de la Base Curricular Nacional Común, especialmente el área de humanidades, para comprender cómo este documento establece la enseñanza de la Geografía sobre las ciudades y en un segundo momento presentamos una propuesta considerando las discusiones planteadas. Las discusiones que integran el rap en busca de un diálogo con la ciencia geográfica contribuyen al plantear temas importantes, este movimiento considera específicamente lo que implica la enseñanza de la Geografía y la ciudad tiene un gran potencial porque alberga dimensiones importantes para comprender y enseñar sobre el espacio urbano.

Palabras clave: Geografía. Hip hop. rap. enseñanza de Geografía.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS: A GEOGRAFIA E O RAP	16
1.1 A ciência geográfica e a leitura crítica sobre os conceitos espaço e lugar	17
1.2 A produção do espaço urbano	20
1.3 A categoria Lugar	27
1.4 O movimento hip hop e o rap	33
1.5 O hip hop e o rap no Brasil	43
CAPÍTULO II O HIP HOP E O RAP NO UNIVERSO ACADÊMICO: PESQUISAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	50
2.1 O hip hop e o rap em pesquisas geográficas	51
2.2 Balanço sobre os trabalhos sobre o hip hop/rap na Geografia	72
CAPÍTULO III O RAP, A GEOGRAFIA E A CIDADE: CONHECIMENTO E ENSINO SOBRE AS PERIFERIAS NO BRASIL	77
3.1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): discussão e caminhos propostos para a Geografia	81
3.3 Ensino de Geografia e o rap: espaço urbano, periferia e diversidade regional	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A presente dissertação direciona a criticidade espacial para refletir sobre a relação entre a cultura que é feita pela periferia e sua composição como condição para sistematizar o sentido do urbano no capitalismo. Isso implica pensar a cultura não como algo distante das relações cotidianas da periferia a partir da homogeneização da cultura dominante, mas como a periferia se situa dialeticamente com a cultura homogeneizada e que ela mesma produz.

Neste sentido, o rap (ritmo e poesia)¹ é produzido culturalmente pela periferia, constituindo uma estética mediadora de conhecimentos e elaborações geográficas próprias da periferia. Assim, a presente dissertação parte da necessidade de promover novas discussões e articulações de ideias para o ensino de Geografia por meio do diálogo com as diversas áreas do conhecimento, não somente a acadêmica.

A necessidade de reflexão a partir da cultura periférica colocou o desafio para educação geográfica por buscar uma aproximação com a realidade, visto que muitos livros e materiais didáticos ou paradidáticos são produzidos em série sem a preocupação com as questões locais e com as diversas formas de manifestação cultural de quem vive na periferia.

Assim sendo, é urgente e necessário ter uma epistemologia que garanta reflexões para além do imediato. Questões resolvidas de forma imediata são aquelas que não efetuam uma crítica real sobre o conhecimento estabelecido. Portanto, pautamos um diálogo entre o rap no interior das construções da ciência geográfica, entendendo como é importante construir conhecimentos que partam de necessidades mais palpáveis.

A periferia resulta das relações de produção do modo capitalista; só existe periferia pela exploração e segregação espacial. Desde um continente até uma cidade, a periferia existe pela centralização do poder e a má distribuição dos recursos materiais. Enfim, a periferia é um processo de degradação iniciado pelo modo de produção capitalista. A degradação econômica e a diferenciação espacial aglutinaram pessoas que são exploradas e que não têm rendimentos suficientes para terem acesso ao atendimento de todas as necessidades para a fundamentação da dignidade da pessoa humana. Por isso, a cultura periférica é processada na dinâmica contra a exploração, e, ao mesmo tempo, numa resposta imediata para a vida diária.

¹ O rap (rhythm and poetry, em inglês; ritmo e poesia em português) é formado pela junção de dois elementos que constituem o movimento amplo que ficou conhecido como hip-hop, o MC (Mestre de Cerimônia, responsável pela poesia) e o DJ (Disk Jokey, responsável pelo ritmo).

As periferias das cidades são formadas por pessoas pauperizadas que encontram na venda de sua força de trabalho o caminho para a sobrevivência. No entanto, essas experiências de opressão econômica e social têm sido respondidas esteticamente e culturalmente. O espaço urbano periférico foi locus do nascimento de novos movimentos sociais e culturais que transformaram também a cultura central, como o rap, hip hop, funk, jazz, dentre outros.

O espaço urbano, nesse caminho, é condição primordial para pensarmos a constituição, desenvolvimento e difusão das práticas culturais do rap e do hip hop². Esse movimento cultural nasce associado às condições socioeconômicas que estruturaram (estruturam) o espaço urbano de maneira desigual. Dessa forma, esses espaços podem ser analisados considerando a dinâmica que envolve a produção e reprodução capitalista do espaço como uma das dimensões de suas expressões, especificamente no que tange a sua acumulação, seus efeitos no espaço urbano e no viver nas cidades. Ou seja, as práticas cotidianas da periferia são engendradas por movimentos dialéticos da relação de exploração e superação da mesma. Essa superação enfatiza a sobrevivência, e a cultura parte desse enfrentamento.

Assim, o rap pode ser entendido como uma criação, um produto criativo de um segmento social geograficamente constituído e oriundo da periferia e da exploração capitalista. Esse segmento encontrou no rap uma forma de expressão da sua realidade, de uma materialidade cotidiana que é vulnerável e vulnerabilizada.

Diante disso, é fundamental justificarmos a dissertação a partir das necessidades epistemológicas e educacionais, mas também é importante apresentar os motivos pessoais que contribuíram para a escolha da temática. O conteúdo para a pesquisa surgiu de um contato anterior com trabalhos acadêmicos sobre o rap, como desdobramento das discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Rap como a voz da periferia e a produção do espaço urbano no Brasil: contribuições geográficas”³, defendido no primeiro semestre de 2018, no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Esse trabalho teve como objetivo a discussão da centralidade das periferias urbanas diante das características assumidas pelo espaço urbano no país, decorrente da produção e reprodução capitalista do espaço, em que

² Hip-hop, em uma tradução aproximada do inglês seria a mexe (hip) o quadril (hop). Além da expressão do rap, no momento de sua formação, o hip hop contava com mais dois elementos que compunham sua base o Graffiti (arte urbana pelo desenho) e o Break (Dança). Neste trabalho, considerando a impossibilidade de tratar um elemento sem considerar o todo, transitamos entre o rap e o hip hop de acordo com as necessidades das partes da pesquisa.

³ Ver em Teixeira (2018).

tudo e todos são mobilizados em busca da acumulação. O rap contribuiu para as discussões por ter sua origem e difusão ligadas às periferias urbanas. Partindo dessas questões, discutimos suas contribuições para a compreensão, resistência e busca constante pela transformação desta dinâmica que marginaliza milhões de pessoas no país.

A partir das músicas analisadas e das ações/manifestações presentes no movimento hip hop, foi possível afirmar que o rap coloca a cidade no centro de suas análises, contribuindo para pensar nos tipos de relações que temos e, ademais, nos apresenta possibilidades de busca pela cidade que almejamos, fato que em certo ponto, se aproxima da discussão sobre o direito à cidade, introduzida por Henri Lefebvre (2008). Outro ponto de fundamental importância para compreensão destas relações, que foi discutido a partir de contribuições de autores como Martins (1992), é que para além da função que é proposta para as periferias na lógica dominante da produção capitalista do espaço, de reprodução da força de trabalho e da repetição, nas periferias das cidades há criação, sendo esta criatividade uma das formas de resistência. O rap se constitui com uma destas forças.

Diante da diversidade e da complexidade percebida pela pesquisa no interior do movimento e nas letras de rap, procuramos demonstrar a sua capacidade e abrangência como uma das “vozes” da periferia, além de demonstrar as diversas contribuições do movimento hip hop e do rap para a discussão não só da questão urbana, mas de temas importantes, essenciais para a compreensão da dinâmica e das lutas do nosso tempo.

Nesse percurso, pudemos ter a noção de que a relação entre o rap e a Geografia pode abrir caminhos e qualificar as discussões, contribuindo para o desenvolvimento de uma Geografia crítica, sendo que ambos têm como um dos objetivos a transformação social. Dessa forma, surgiu a ideia de integrar as discussões já desenvolvidas sobre o rap e suas relações com o espaço urbano com a educação, especificamente com o ensino de Geografia, considerando as contradições, mas também a importância da educação no processo de transformação social. Um dos pontos que nos levaram a pensar no rap como ponte para construção de caminhos que levam à transformação é uma das características assumidas no processo de territorialização da cultura hip hop do país, de valorização e difusão da cultura e do conhecimento como forma de resistência e de inserção social.

Como visto, o hip hop é caracterizado pela reunião de vários elementos MC, DJ, Break e Graffiti, sendo o rap constituído pela junção das características de dois elementos: o MC e o DJ. Na pesquisa, optamos por destacar o rap, mas transitamos pelo universo que envolve o hip hop. É importante destacar que os termos não são sinônimos, em alguns trechos preferimos nos referir como hip hop e em outros, de acordo com a

especificidade ou abrangência, tratamos somente como rap, observando a não possibilidade de compreender rap sem ter em mente as complexas relações que compõem o movimento hip hop, sem entender estas características que abrangem a totalidades dos elementos.

Deste modo, uma das principais características assumidas por este movimento em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, é sua estreita relação com a dinâmica que envolve o espaço urbano. Este constituiu-se, principalmente, como expressão de jovens marginalizados no processo de produção do espaço urbano em várias cidades do mundo. As produções, as formas de organização, difusão e distribuição do rap, em diversos contextos geográficos, revelam uma de suas principais dimensões, que é a extrapolação dos limites impostos pela “cultura do centro”, buscando, por meio da criação, novos caminhos para resistir e transformar.

Esta reflexão mais ampla sobre a potência da Geografia, que foi ao longo dos anos utilizada para a dominação, e de como conhecimentos desta ciência são selecionados e difundidos, nos ajuda a pensar outros caminhos para o ensino de Geografia na escola. Nesse sentido, segundo Pontuschka (2010) a utilização de diferentes linguagens na Geografia pode auxiliar na compreensão e crítica da produção do espaço se o seu uso como mera ilustração for superado. Considerando essa questão, utilizamos o discurso que envolve o rap, não para ilustrar questões dos fenômenos e das categorias de análises da Geografia, mas para desenvolver conhecimentos que possibilitem a abordagem de uma Geografia escolar e de um ensino de Geografia mais próximo da realidade dos alunos.

A partir da questão central, compõem, como objetivos específicos: apresentar brevemente elementos sobre a história do hip hop e do rap no Brasil; apresentar a contribuição da Geografia para a produção acadêmica sobre o rap e o hip hop no Brasil; avaliar as abordagens sobre o urbano na Base Comum Curricular, e construir uma proposta de construção do conhecimento acerca do ensino sobre as periferias urbanas brasileiras.

Ao pensarmos o rap na relação direta com o ensino de Geografia, temos condições de valorizar uma preocupação recorrente dos integrantes do movimento: constituir uma metodologia que revele espacialidades pouco trabalhadas, trazendo para o ensino pessoas, temas e histórias que são estruturalmente esquecidas. Dessa forma, partimos da hipótese de que o rap comporta uma série de elementos estéticos, políticos, culturais e históricos especializados que podem colaborar para o desenvolvimento de um ensino de Geografia crítico especialmente nas questões que envolvem a compreensão e o ensino sobre o espaço urbano.

Desse modo, é necessário refletir sobre o ensino de Geografia partindo das discussões que enfatizam a história dessa ciência e de como ela é ensinada, tendo como objetivo central entender as características e as contradições presentes na educação formal. Em seguida, teremos condições de promover uma discussão da Geografia e da urbanização trazida pelos documentos oficiais que normatizam o ensino de Geografia. Assim, compreenderemos o currículo escolar e seus conteúdos relacionados à temática cidade, periferia e lugar a partir de uma leitura reflexiva que considere o papel do conhecimento pela Geografia escolar. Procuramos, portanto, compreender as recentes propostas para as ciências humanas na Base Nacional Comum Curricular a partir de uma visão seletiva quanto aos problemas oriundos da hegemonização do conhecimento e da cultura.

O poder da Geografia está na fundamentação da própria compreensão da realidade; assim, para discutir o ensino da Geografia, nesses termos, é fundamental ter em mente as concepções pedagógicas que são as bases para as discussões e para a prática educativa. Aqui, entendendo o papel transformador que o ensino de Geografia deve ter, dialogando com as correntes pedagógicas, partimos das análises produzidas pela corrente da pedagogia histórico-crítica inaugurada por Saviani (2007) e Duarte (2008), apoiados decisivamente por Lev Vigotski.

A pedagogia histórico-crítica tem como objetivo inicial fundamentar a relação ensino-aprendizagem a partir da crítica da história da educação, com o objetivo de se compreender, entre outras coisas, o papel da escola no mundo, atentando-se para importância da educação para a formação sociopolítica dos estudantes, e para a fundamentação de práticas escolares que ultrapassem o positivismo lógico e fragmentário e o pós-modernismo relativista.

O pensamento pedagógico histórico-crítico e cultural parte das considerações do processo histórico e das transformações sociais, as quais refletem diretamente na educação. O período atual pode ser caracterizado, entre outros fatores, pelos ataques à educação pública e pelo engessamento da prática pedagógica quanto à Geografia escolar.

Esses ataques estão relacionados com o avanço do discurso e das políticas pautadas na doutrina neoliberal, sendo o campo educacional um dos alvos preferenciais de tais ações. Isso pode ser compreendido como “estratégia de poder que se implementa sentidos articulados”: de um lado estratégias políticas, econômicas e jurídicas. De outro, a implantação de reformas ideológicas na sociedade em busca de legitimidade para as propostas impulsionadas pelos países dominantes (GENTILI, 1999, p. 2).

Motivado por essas questões, propomos acento sobre a educação geográfica como um campo em disputa, que serve estruturalmente aos interesses da classe dominante, mas considerando também as resistências às imposições. Assim, o rap constitui nova linguagem para pensar e fundamentar o próprio ensino de Geografia como forma de resistência e de luta contra a hegemonia dominante, efetivando um caminho para novas linguagens as quais permitam refletir sobre o próprio conhecimento escolar e geográfico, como fator essencial para transformações.

Para tal, dialogamos com Lefebvre (2008), Carlos (2007; 2011), Damiani (2010), Harvey (2005; 2014), Rodrigues (2007) que trazem análises importantes para se compreender a produção e reprodução do espaço urbano no Brasil. No mesmo capítulo, destacamos alguns aspectos da história do movimento hip hop e do rap com objetivo de apresentar a base das práticas culturais que o caracterizam, destacando seus elementos, principalmente o rap. Para isso, trouxemos as contribuições de pesquisadores que se dedicaram a compreender o movimento no mundo e no país. Para entender as condições geográficas e o surgimento do movimento hip hop nos Estados Unidos, elencamos Rose (1997). Para compreender o movimento e o rap no Brasil dialogamos com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entre eles Silva (1998), Andrade (1999), Felix (2000), Rodrigues (2003), Souza (2009), Buzo (2010) e Camargos (2015).

Em uma primeira aproximação do tema da pesquisa julgamos, ser importante considerar as discussões sobre o universo que envolve o hip hop e o rap na Geografia, com o objetivo de entender como os pesquisadores da área mobilizaram esses elementos para discussões geográficas. Nesse sentido, optamos por analisar especificamente os trabalhos em nível de pós graduação obtidos junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por esse ser o banco de dados mais consolidado para trabalhos em nível de pós-graduação no Brasil.

Para essa pesquisa bibliográfica, optamos primeiramente pelo termo “hip hop”, pois o rap é um dos elementos no interior desse movimento mais amplo que contempla várias outras linguagens e, dessa forma, os trabalhos sobre o hip hop certamente tem passagens que envolvem e discutem o rap como elemento formador. Em seguida, pesquisamos o termo “rap” no banco de dados para verificar se todos os trabalhos contidos na pesquisa sobre o hip hop estavam presentes também na pesquisa sobre o rap.

Uma busca geral no catálogo com a chave “hip hop” apresenta 415 resultados, sendo 330 dissertações e 76 teses. A partir desse número, para nos aproximarmos dos trabalhos da área de estudo, aplicamos o filtro “Geografia” no campo “Área de Avaliação”, retornando 18

pesquisas entre teses e dissertações que foram desenvolvidos na área de Geografia. No texto, destacamos essas discussões considerando a ordem temporal da produção.

Já o termo “RAP” resulta em 548 trabalhos no catálogo. Aplicando o mesmo filtro “Geografia” em “Área de Avaliação” há 16 pesquisas sobre o rap na Geografia. Dessa lista, a maior parte das investigações estão presentes também ao digitar “hip hop”, sendo que alguns que não estavam não direcionam suas análises tendo o rap como central. Assim, após filtrar as análises, e considerando os dois termos centrais “rap” e “hip hop”, chegamos a 18 pesquisas listadas no Catálogo da Capes que versam sobre a questão no campo de estudos da Geografia. Desses, tivemos acesso a 15 pesquisas que foram discutidos ao longo do “capítulo 2”. Os trabalhos conseguem representar a diversidade presente no rap nacional.

Aqui, lançamos mão de compreender as formas como a ciência geográfica tem pautado a temática do rap e do hip hop no Brasil. Dessa forma, trazemos as contribuições de vários estudiosos, entre eles: Laitano (2001) Carril (2003), Xavier (2005; 2012), Rodrigues (2005), Oliveira (2006), Gomes (2008), Santos (2012), Gomes (2012; 2019), Machado (2012), Santos (2013), Torreão (2014), Vieira (2014), Fernandes (2016), Moreira (2016) e Moysés (2018).

Nesse processo, tivemos como direcionamento básico as seguintes questões: 1) o ensino de Geografia apresentado pelos documentos oficiais consegue dar conta de conteúdos ligados à dinâmica do espaço urbano? 2) o RAP, como mediador em um processo de ensino de Geografia, contribuir para o desenvolvimento de discussões sobre temáticas da questão urbana?

Para além, como contribuição, apresentamos as possibilidades do rap como mediador de um conhecimento sobre o processo de urbanização, periferias urbanas e expressões regionais, com objetivo de contribuir para a construção de novas formas de ensino de Geografia.

Como o trabalho dialoga com a ampla área educacional, consideramos uma discussão mais geral sobre a educação que passa pelas contribuições da perspectiva histórico-crítica. Ainda ampliando discussão, trazemos as contribuições de Cavalcanti (2006; 2011; 2012), que tem seus trabalhos guiados por esta perspectiva, sendo que uma de suas preocupações envolve o ensino de geografia e o espaço urbano.

Ainda, com intuito de demonstrar a abrangência e a diversidade do rap em todo território nacional, assim como para apontar a possibilidade do rap como mediador de um conhecimento geográfico que culmina em uma compreensão e ensino sobre a periferia, trazemos para análise algumas letras de rap. Estas foram selecionadas levando em

consideração as temáticas relacionadas à questão urbana, frequentemente abordadas em suas composições e diretamente ligadas às práticas do rap e, assim, do hip hop.

Portanto, buscando organizar as discussões para atingir os objetivos, a pesquisa está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, intitulado “Aproximações metodológicas: a Geografia e o rap” partimos de questões que permeiam a produção e reprodução do espaço urbano, pois consideramos esses fenômenos e conceitos fundamentais para analisar o rap

No segundo capítulo, intitulado “O hip hop e o rap no universo acadêmico: pesquisas em programas de pós-graduação em Geografia”, apresentamos as pesquisas em Programas de Pós-Graduação no Brasil que versam sobre o hip hop e sobre o rap, buscando apresentar os caminhos adotados para constituir e acionar o diálogo entre as práticas do movimento hip hop e as discussões da ciência geográfica.

Por fim, no capítulo 3, com o título de “O Rap, a Geografia e a cidade: conhecimento e ensino sobre as periferias”, discutimos elementos em um dos documentos que regem o ensino de Geografia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente a discussão sobre discussão do ensino de Geografia sobre urbanização e outros elementos que constituem o espaço urbano no território nacional. Para além disso apresentamos uma discussão que integra os conceitos abordados na busca pela construção de caminhos para o ensino de geografia que considere o conhecimento sobre a produzido no interior do movimento hip hop.

CAPÍTULO I
APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS:
A GEOGRAFIA E O RAP

A Geografia é uma ciência que por muito tempo não considerou as manifestações sociais, culturais e filosóficas da periferia. Por isso, não compreendia a periferia como lócus de conhecimento. Neste capítulo, apresentamos questões epistemológicas da ciência geográfica que envolvem dimensões do que se constituiu como rap ou movimento hip hop, como, por exemplo, a produção e reprodução do espaço urbano que estão diretamente ligadas às manifestações culturais do movimento. Também destacamos o materialismo histórico e dialético com o qual demonstra a complexidade que envolve o rap e o movimento hip hop, desde suas origens afro-americanas e latinas até sua chegada e territorialização no Brasil. Assim, um dos objetivos é compreender suas principais características, principalmente sua intensa relação com as questões que envolvem os fenômenos do espaço urbano periférico e, posteriormente, como esse conjunto está na relação para o ensino de Geografia.

1.1 A ciência geográfica e a leitura crítica sobre os conceitos espaço e lugar

O geógrafo Rui Moreira, em seu livro “O que é Geografia?”, afirma que a Geografia foi criada por Estrabão no século I, e que este acreditava em uma Geografia que conduzia, através do conhecimento, “a vida e a felicidade dos homens”. Segundo o autor, a nossa atual configuração da Geografia, a Geografia Moderna, tem no período de sua formação a relação com duas instituições do século XIX: as Sociedades de Geografia e a Geografia universitária, sendo que ambas distanciaram do que propôs Estrabão para a Geografia. Nesse processo, o autor afirma que a “história da Geografia tem sido uma história dos geógrafos. Há os que a fizeram e fazem no rumo da vida e da felicidade do homem. E há os que a fazem deslocando-a na direção da vida e da felicidade dos que o dominam” (MOREIRA, p. 4, 2010).

Esses apontamentos nos levam a pensar nos objetivos propostos para a Geografia moderna, que muitas vezes, como afirma o autor, estão ancorados nos objetivos e propostas “dos que dominam”. Essas duas instituições foram importantes para a configuração e sistematização do conhecimento geográfico no século XIX. Assim, Moreira (2010, p. 18) afirma que,

Nem sempre, todavia, os discursos das Sociedades e da academia seguem linhas distintas, frequentemente sendo levadas a um entrecruzamento que será responsável pela difusão de toda uma ideologização das correntes de Geografia como um discurso de escolas nacionais. E assim a levar parte da Geografia acadêmica a vincular a academia e as Sociedades nos entrelaçamentos com as políticas de expansionismo e a se afastar da tarefa de ir ao encontro da utopia estraboniana do século I.

A análise dessas duas importantes instituições no âmbito da ciência geográfica demonstram a ligação umbilical da Geografia moderna com os objetivos de uma elite europeia. Moreira (2010) destaca ainda que o contexto do desenvolvimento dessas instituições foi marcado pela transição no modo de produção capitalista, para a chamada fase imperialista do capitalismo.

No período destacado por Moreira (2010), as principais economias europeias buscavam expansão econômica e territorial sobre os países da África, América, Oceania e Ásia, sendo que o conhecimento sobre os territórios, populações e culturas era uma das condições que possibilitavam essa expansão. É no contexto dessas transformações que as Sociedades Geográficas ganharam espaço, ligadas à função de levantar conhecimentos úteis sobre diversos aspectos para facilitar a expansão dos países imperialistas.

Assim, com as grandes transformações de ordem econômica, social e espacial, houve também mudanças no conhecimento geográfico, que se tornou fundamental para a execução do projeto de dominação das potências econômicas da época. A Geografia universitária, junto a outras ciências como a antropologia, etnografia e biologia, nasceu nesse contexto, assumindo características distintas nos diversos países europeus (CAPEL, 2010). O que as une é o objetivo, apoiar o desenvolvimento nacional desses países.

Não é possível entender o desenvolvimento da ciência Geografia sem compreender o contexto histórico em que ela foi gestada, as tensões geopolíticas que envolviam as grandes economias na transição entre o século XIX e XX. Dessa forma, em maior ou menor grau, a corrente da Geografia chamada por alguns autores de Geografia tradicional, estava inserida neste contexto, sendo fruto das aspirações territoriais das burguesias de países europeus.

Os principais pensadores no contexto dessa Geografia foram Alexander Von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel. Na França, destaca-se, na história hegemônica da ciência Paul Vidal de La Blache. Esses estudiosos são representantes da Geografia tradicional e foram importantes para a construção metodológica e para a delimitação dos objetivos e do objeto do que se constituíram como ciência geográfica acadêmica. Oliveira (2010) faz um importante adendo à discussão sobre a história da Geografia institucionalizada. Para o autor, é impreciso chamar a Geografia desse período de Geografia tradicional, pois no período do desenvolvimento dessa ciência existiam pensadores que assumiam posições críticas às proposições de uma Geografia imperialista, como Elisée Reclus, na França, e Piotr Alexeyevich Kropotkin, na Rússia. Além disso, essa posição, segundo o autor, impossibilita captar o embate entre materialismo e idealismo nas ciências humanas. Logo,

A Geografia moderna, que se inicia com as obras de Humboldt e Ritter e sedimenta-se com as de Ratzel e Vidal de Lablache, - e que na perspectiva de sua superação já é denominada de “tradicional” – desenvolveu-se basicamente dentro de paradigmas positivistas. Mesmo não tendo essa orientação metodologia por berço, e apesar dos reiterados apelos intuicionistas que aparecerem em sua história, é o positivismo que domina a evolução da pesquisa geográfica no século XX. O ponto de inflexão dessa Geografia é, assim, a crítica ao positivismo. (MORAES; COSTA, p. 18, 1987)

Moraes e Costa (1987) ainda afirmam que o conhecimento científico, e cada ciência particular, refletem as transformações por quais passa a sociedade, sendo as ciências expressões de sua época. O método positivista, nesse sentido, foi guia fundamental para o tipo de Geografia que se queria no contexto europeu, servindo de base para o desenvolvimento do corpo científico da ciência geográfica.

Porém, já em meados do século XX, esse método perdeu sua potência de explicar os fenômenos, sendo criticado por diversas perspectivas de análise da Geografia. Entre as várias correntes que desenvolveram críticas à ciência geográfica, estavam: neopositivista e a corrente crítica. Foi somente a partir dos anos 1950 que essas críticas começaram a ecoar na Geografia europeia, surgindo, por exemplo, uma abordagem geográfica que ficou conhecida como Geografia Ativa, corrente que tinha entre seus representantes Pierre George, Jean Tricart, Bernard Kayser, Jean Dresch e Yves Lacoste. A Geografia Ativa buscava apresentar as contradições presentes no modo de produção capitalista. A Geografia brasileira, com inspiração francesa positivista que remonta à década de 1930, passou por esse processo de questionamento das bases positivistas e de posterior renovação na década de 1970.

Um dos marcos dessa transição foi o 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), de 1978, organizado pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) em Fortaleza-CE. Segundo Moreira (2011, p.24), “desde 1974, nos vários cantos do país movimentos de crítica e renovação espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo”.

Como visto, entre as correntes que apresentavam críticas e propostas para novos caminhos da ciência geográfica, estava a corrente marxista que

examina a sociedade através dos materialismos histórico e dialético, tem alcançado êxito ao ser aplicada à Geografia. Ela fornece conceitos chaves como o modo de produção (conceito central), relações de produção, mais valia, formação socioeconômica que são ferramentas importantes à compreensão da espacialidade social. O espaço é visto como uma entidade flexível, manipulada e produzida à imagem do sistema produtivo (ERTHAL, 2003, p. 33).

Assim, é possível afirmar que as críticas e o processo de renovação no interior desta ciência fundamentaram novos caminhos para novas abordagens, métodos, temas e perspectivas na Geografia. Os métodos passaram a ser ora centrados na pessoa, ora na sociedade, pois marxismo e fenomenologia tiveram ampliadas suas possibilidades de pesquisa, e passaram a prevalecer enquanto métodos. Entendemos que ao centrar apenas no sujeito, a pesquisa ficaria incompleta. Por isso, o marxismo é o método central dessa pesquisa, já que as contradições e opressões são apontamentos reflexivos para compreender a periferia urbana que produz conhecimentos esteticamente notórios. Desse modo, analisaremos o rap do movimento hip hop, a partir da produção do espaço urbano periférico, e como essa produção direciona o lugar como escala multidimensional que revela o mundo contraditório do capitalismo no sujeito que vive periféricamente.

1.2 A produção do espaço urbano

O espaço é a categoria máxima da Geografia. Isso significa que todas as outras categorias e conceitos derivam das análises quanto ao espaço.

[...] a Geografia possui ferramentas conceituais e metodológicas para compreender a apropriação do espaço pelo modo capitalista de produção e suas conseqüências, as quais impuseram rumos diferenciados quanto à utilização dos elementos espaciais, todavia subordinados ao ditame do capitalismo.

Assim, os pontos de análises efetuados pela Geografia precisam partir do espaço até alcançar o homem. No primeiro estão contidos os elementos próprios do espaço (natureza, tempo, urbano, rural, população, tecnologia...) e no segundo a identidade do próprio homem e o papel desempenhado pelo mesmo na sociedade.

Desta forma, inúmeros autores escreveram que a utilização metodológica da Geografia Crítica é fundamental, pois, para a mesma, o espaço geográfico é o resultado de muitas interações espaciais no decorrer da História. Portanto, o homem está contido no espaço e no tempo simultaneamente e indivisivelmente. Não há o homem histórico e o homem geográfico, há o homem e o mesmo contido no espaço e no tempo, recebendo interferências constantes de ambos e também produzindo incessantes modificações nos mesmos. (BARBOSA, 2008, p. 24).

Quando pensado dialeticamente, o espaço geográfico promove uma condição de crítica ao que está estabelecido. Os processos históricos são de grande importância para refletir sobre o espaço, já que a materialização das condições de produção efetivam na prática o domínio real de todas as esferas da vida daqueles que vivem nas periferias. Assim, o espaço nunca pode ser pensado numa dinâmica desarticulada de várias escalas de produção, já que a organização do espaço periférico passa pela desorganização das articulações de trabalhadores e trabalhadoras fundamentando nos mesmos em identidades distantes das lutas.

O rap, ao contrário da cultura hegemônica, efetiva identidades que buscam na luta novas espacialidades e, portanto, novas oportunidades de pensar e refletir o espaço vivido.

Segundo Ana Fani Carlos (2011, p. 60):

Na construção do pensamento geográfico sobre o mundo e, aqui nos referimos especialmente à Geografia brasileira, é possível perceber uma nítida inflexão, senão ruptura, que se estabelece nos anos 1970 [...], a partir do questionamento sobre a elaboração do pensamento constituído até então pela Geografia, problematizando sua capacidade de explicar o mundo. Esse momento de crítica do conhecimento estabelecido no âmbito da ciência permitiu construir os fundamentos da noção de produção sob a orientação do materialismo histórico e, com isso, favoreceu o movimento de passagem da noção de “organização do espaço” para a “produção do espaço”.

Nesse sentido, para analisar as transformações no conhecimento que levaram a diferentes concepções sobre elementos geográficos, deve-se considerar que cada momento representa uma transformação da realidade e que a Geografia está inserida nesse movimento de busca pela compreensão da realidade. Segundo Carlos (2011, p. 60), é assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta de “organização do espaço” pelos grupos humanos e, dessa elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço”.

Nesse cenário, a noção de produção que advém das obras de Marx foi mobilizada por pesquisadores na busca da compreensão do movimento do real. Esse movimento no interior do pensamento geográfico também tem relação com a busca por compreender as transformações socioeconômicas que refletiram nas transformações espaciais, e, para melhor compreendê-lo, buscou-se, para além da organização, pensar na produção do espaço como fundamento da reprodução capitalista do espaço. Logo,

A noção de produção, na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstruir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras. A análise do espaço coloca-se, portanto, como momento indispensável à compreensão do mundo contemporâneo (CARLOS, 2011, p. 58).

Assim, como um dos possíveis caminhos de análise geográfica, deve-se partir dos conteúdos do espaço para além de sua dimensão material, tendo como objetivo captar elementos que envolvam outras dimensões da realidade social. O espaço é tido como indispensável no movimento de análise que busca compreender a realidade nessa perspectiva.

Dessa forma, a análise marxista da produção contribui para reflexão sobre as transformações sociais. A obra do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre apresenta caminhos baseados no pensamento marxista para pensar o que seria essa produção:

Mas não é do espaço como realidade e conceito que Lefebvre vai tratar, e sim da “produção do espaço”. Isso porque, com o debate em torno da noção de produção, é possível apreender o momento a partir do qual o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção. [...] O central na obra é a ideia de que, num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço, com espaço aparecendo como condição para a reprodução ampliada do capital. (CARLOS, 2011, p. 57)

Esse foi o momento histórico em que a produção e reprodução do espaço se tornou condição para a reprodução do capitalismo. Assim, segundo Carlos (2011, p. 62),:

“produção traz questões importantes: revelando conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada”

Essa construção, ainda conforme Carlos (2011), permitiu pensar o espaço como mercadoria tendo interferência direta e consequência na produção e, portanto, na própria organização capitalista.

Contraditoriamente, a sociedade revela outro momento, aquele dos usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) que a prática espacial vai desvendando. Nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social/apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da reprodução da vida social (CARLOS, 2011, p. 65).

Assim, a reprodução social do espaço constituiu-se, desde o advento do capitalismo como modo de produção, em fundamento da reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, o espaço e as pessoas passaram a ser/são mobilizados pela necessidade de reprodução capitalista, sendo a forma como o urbano se materializa. Assim, a periferia resulta da estrutura capitalista na qual a urbanização avança para a exploração das espacialidades e de seus sujeitos. É inegável que, sob a lógica da concepção dominante na produção social do espaço, busca se reduzir a periferia e seus moradores como meros instrumentos necessários à reprodução ampliada do capital. Tentam, o Estado e a burguesia, permanentemente

desqualificar o espaço periférico, como se o mesmo fosse oriundo de outra lógica que não a exploração. Assim,

Uma nova contradição fundamental a produção do espaço neste período da história: essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente, mas sua apropriação é privada, isso é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (CARLOS, 2011, p. 60),

Ao analisarmos a contradição básica dessa lógica dominante de produção do espaço, notamos que ela é definidora e central na compreensão da estruturação do mesmo. Para Corrêa (2011, p.43), a produção do espaço é: “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

Assim, uma análise sobre a produção do espaço precisa buscar compreender as estratégias e as intencionalidades dos agentes que produzem esse espaço a partir dos conflitos com outros agentes. Além de considerar esses agentes, é importante ter em mente que as ações no processo de produção do espaço são influenciadas pelo contexto específico de cada país. Destacando esse fato, Corrêa (2011, p. 44) afirma que

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intra-urbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Dessa forma, não faz sentido uma discussão sobre a produção do espaço sem considerar como dimensão importante que os agentes sociais que o produzem estão inseridos em um contexto histórico e geográfico específico. Outro elemento importante, apresentado pelo autor, é a consideração dos processos sociais e agentes sociais como inseparáveis no movimento da sociedade.

Arlete Moyses Rodrigues (2007) aponta que as contradições capitalistas aparentemente têm nas contradições uma dificuldade de análise. Todavia essas contradições são próprias da fundamentação capitalista e da espacialização de seus sentidos, como a mesma apontou:

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço. (RODRIGUES, 2007, p. 75)

Rodrigues (2007, p. 78) aponta para o desafio de ir além das aparências para se analisar e compreender complexidade do urbano e a desigualdade socioespacial no território urbano; há outros conteúdos de extrema importância no caminho de compreensão da realidade.

[..] a desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida.

A produção do espaço é fundamento da reprodução social capitalista, e essas desigualdades socioespaciais (que estruturam cidades desiguais), não representam anomalias ou erros no sistema, sendo essenciais para o estabelecimento e estruturação das relações sociais, que podem ser observadas, por exemplo, na separação de classes sociais.

A noção de direito à cidade encontra fundamento na obra de Lefebvre (2008), que, analisando as transformações socioespaciais, considera esse direito como a não exclusão de nenhuma parcela da sociedade das qualidades e benefícios da vida urbana.

A luta pelo direito à cidade é luta pelo direito à vida. A construção da utopia do direito à cidade tem como meta transformar o espaço segregado, em um espaço em que diminua a opressão, exploração e espoliação, o preconceito de raça, classe, etnia, gênero. Que o espaço segregado produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não continue a ser condição de permanência, mas que se torne condição de mudança. (RODRIGUES, 2007, p. 87)

Nesse sentido, a luta pelo direito à cidade como pauta para a construção de um direito coletivo de usufruir de tudo o que é produzido pelos trabalhadores é apontada por muitos autores como um dos possíveis caminhos para a construção de novos valores, novas formas de reprodução social.

David Harvey (2014) ao refletir sobre o direito à cidade, afirma que, este se trata de um tipo de direito que está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Sendo, portanto, o direito à cidade visto como um direito comum e não individual. É a liberdade de construir e reconstruir a cidade como lugar de realização da vida e, portanto, como espaço propício a essa realização. O que só ocorre na relação com o outro e com a cidade como lugar do existir coletivo, forma de direito que não encontra seu lugar na cidade produzida como mercadoria. Porque a cidade para a reprodução da vida é antagônica à cidade para o capital, considerado que esta demanda a exploração e espoliação daquela.

Rodrigues (2007, p.81), neste sentido, apresenta os movimentos sociais como oposição às políticas e a ideologia neoliberais, pois “reafirmam o direito universal ao trabalho, educação, saúde, terra para plantar, terra para morar, a igualdade, a universalidade de acesso à moradia, saneamento básico, transportes coletivos, o direito à cidade”.

No caminho de avaliar a possível contribuição da Geografia, especificamente no que tange seu ensino sobre questões que se relacionam com o espaço urbano, é importante a delimitação sobre o que entendemos como periferia. Como a maioria dos conceitos científicos, o conceito de periferia urbana carrega uma grande variedade de significados por ser discutido em diversas áreas dentro das ciências humanas e sociais, tendo como base variadas perspectivas de análise e métodos.

Janaína Moraes Kaecke (2014) estudou os diferentes sentidos de periferia urbana discutidos no interior da Geografia urbana brasileira, considerando principalmente o contexto de renovação desta disciplina. Esse movimento de renovação é entendido pela autora como uma busca pela aproximação dos estudos geográficos com pensamento social crítico. A autora coloca a década de 1980 como ponto de inflexão nas abordagens da Geografia urbana brasileira, representado por uma aproximação desta área com as contribuições do marxismo ocasionando um “declínio de abordagens baseadas na concretude e na funcionalidade das formas espaciais e a ascensão daquelas fundamentadas na totalidade social, onde as paisagens são engendradas a partir dessa estrutura”.

Dessa forma, as intensas transformações sociais que envolvem a urbanização intensa, crescimento das cidades, agravamento da pobreza urbana, fizeram com que as questões periféricas entrassem nas discussões. Segundo Kaecke (2014), por essas transformações tornou-se necessária uma aferição dos conceitos, na qual a periferia não expresse unicamente uma localização, mas sobretudo uma dada forma de inserção social de seus lugares e de seus moradores.

As influências dos estudos marxistas na Geografia urbana são discutidas pela autora. Esses estudos trouxeram para o centro da análise a funcionalidade estrutural atribuída à realidade periférica. Para além disso, destacou a centralidade da distância como definidor da periferia urbana, sendo que a localização intra-urbana não é suficiente para compreensão do que seria a periferia. A aproximação com esses estudos trouxe a compreensão, entre outros fatores, de que: a pobreza urbana não pode ser avaliada em nível individual sem considerar esferas mais amplas da realidade social; a responsabilidade da pobreza e pela formação das periferias urbanas não pode ser atribuída aos pobres, que são vítimas de um processo mais amplo; destaca a contradição entre capital e trabalho.

O que há de comum na perspectiva marxista de pensar a periferia urbana trata-se de uma noção comumente associada a dois atributos: pobreza e distância [...] Pobreza: a introdução do marxismo nos estudos urbanos implica em uma mudança na compreensão da pobreza, que deixa de pensada como anomalia e passa a ter entendida através da sua funcionalidade para a reprodução da totalidade social [...] Distância: há uma associação entre a periferia que abriga essa população pobre e o elemento distância em relação ao centro. Contudo, a definição de periferia tem como eixo central o abrigo de moradias da classe operária. (KAECKE, 2014, p. 104)

Assim, a periferia passa a ser pensada considerando a reprodução da totalidade social, valorizando a compreensão de que seus territórios – independente do conteúdo social e do tipo de uso que ocorra – cumprem a função na manutenção e ampliação do modo de produção capitalista. (KAECKE, 2014).

A Geografia escolar pode ter um papel decisivo nesse processo, dialogando com a busca pelo direito à cidade. Dessa forma, acreditamos ser a educação um caminho para atingir esse objetivo, e o ensino de Geografia central para o desvendamento dessas questões a partir da construção de uma leitura crítica do espaço urbano junto aos alunos.

A relação centro-periferia no sentido geopolítico e geoeconômico também é fonte de compreensão das relações processadas no espaço urbano. O rap vai na contramão desse processo de periferia como locus da exploração. Ao ir em direção à periferia como centro de resistência, lançamos mão da questão da importância do cotidiano e do lugar como mediação do econômico, social, cultural, para entender a totalidade do espaço. As contradições presentes na reprodução social estão representadas no cotidiano e no lugar especializados.

Conforme Damiani (2000), a urbanização é desigual, visto que as desigualdades decorrem da produção e reprodução capitalista do espaço. Assim, o que se reafirma é a

exploração e espoliação historicamente engendradas e que se constituem na essência do que é ser periférico.

Constitui, portanto, o urbano como lócus da segregação orientado pelo modo de produção capitalista. A periferia urbana resulta da hegemonia do capital e das relações do modo de produção vinculadas para impedir o avanço da classe trabalhadora no sentido de elevar seu poder político e econômico. Por isso, a periferia é ideologicamente constituída como local da expropriação da classe trabalhadora. A periferia é constituída pelas relações de produção, e torna-se efetivamente a totalidade de um grupo de pessoas. Essa totalidade social expande e promove laços sociais e culturais ordenando uma condição para que os sujeitos da periferia possam compreender sua identidade além de seu processo histórico e geográfico.

Portanto, os laços sociais promovidos espacialmente fundamentam uma territorialidade que será compreendida pela identidade desses sujeitos com os processos históricos e geográficos; assim, terão a compreensão de pertencimento com suas especificidades da territorialidade periférica. Por isso, compreender o urbano pela visão periférica é fundamental, e é fundamental compreender a partir dos sujeitos.

A categoria lugar, portanto, assume uma condição de centralidade nesse processo, já que a mesma revela como são criadas as condições sociais para formar laços identitários entre os sujeitos da periferia.

1.3 A categoria Lugar

O lugar é uma categoria central para a Geografia. Equivocadamente associam a categoria lugar ao método fenomenológico. Todavia, o lugar não é analisado simplesmente a partir dos sujeitos nas suas relações identitárias, visto que as identidades desses sujeitos passam pela construção das relações de produção envolvendo a totalidade espacial, social, econômica e cultural dos sujeitos. O lugar para o materialismo histórico e dialético é resultado de processos históricos e geográficos os quais são mediados e interpretados pelos sujeitos que se identificam e assumem a territorialidade de um dado espaço. Em outras palavras, o lugar é o lócus de como estamos no mundo e de qual nossa função no modo de produção a partir de onde vivo e como vivo.

O lugar, pelo método materialista histórico e dialético, não é pacífico, não se trata de identificação apenas com uma espacialidade, pois o lugar é resultado de embates entre as vidas como modos específicos de viverem e suas relações com a proposta para viverem com

dignidade; assim, a periferia apresenta uma contradição evidente entre os modos de vida forçados pela exploração capitalista e o encontro do viver com dignidade. O lugar também é promotor do sentido em articular escalas, visto que conseguimos compreender o mundo por comparações e efeitos dos modos de vida das pessoas no sentido da produção capitalista.

Desse modo, Carlos (2007) afirma que “[...] cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes”.

Lana de Souza Cavalcanti (2006) destaca que as discussões teórico-metodológicas construídas na Geografia atual sobre o lugar podem ser analisadas a partir de três perspectivas principais: a da Geografia Humanística, a da Geografia baseada no materialismo histórico-dialético, e de uma perspectiva que a autora chama de abordagens pós-modernas. Todas essas perspectivas de abordagem, segundo a autora, buscam avançar em uma análise do conceito de lugar para além de sua localização espacial absoluta.

A primeira, a Geografia Humanística, é uma das perspectivas que mais se dedicou ao desenvolvimento de discussões que envolvem o lugar, sendo os métodos construídos com base na fenomenologia e no existencialismo. Nessa perspectiva, o lugar é tido como espaço que se torna familiar ao indivíduo, que é o espaço do vivido, experienciado. Entre os pesquisadores que contribuíram para a definição do lugar dentro dessa perspectiva está Yi-Fu Tuan, que é um dos principais nomes da corrente Humanista. Em diálogo com a sua obra, Cavalcanti (2006) afirma que Tuan discute que: “[...] Geografia humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza (envolve a pergunta como o espaço pode se tornar lugar)”. (CAVALCANTI, 2006, p. 89)

Turra-Neto (2008) afirma da mesma forma que a Geografia Humanista anglo-saxônica tem a tradição mais antiga na discussão sobre o lugar no interior desta ciência. Essa desde a década de 1970 estabeleceu o lugar como seu conceito central, desenvolvendo diversas discussões e construções em torno do conceito .

Segundo a análise sobre o método da fenomenologia adotado por geógrafos/as dessa perspectiva, tal método foi adotado de maneira implícita e parcial; “assim o que os/as geógrafos/as chamam de lugar tem o mesmo conteúdo e definição daquilo que os fenomenológicos chamam de mundo vivido [...] aquilo que, em primeiro lugar, aparece na consciência (TURRA-NETO, 2008, p. 411)

Já a abordagem do lugar para a perspectiva da Geografia materialista-dialética foi concebida a partir da discussão do lugar no contexto das transformações relacionadas à globalização. Segundo Cavalcanti (2006, p. 90),:

A globalização indica uma tensão contraditória entre a homogeneização das várias esferas da vida social e fragmentação diferenciação e antagonismos sociais. Por ser assim, a compreensão da globalização requer a análise das particularidades dos lugares, que permanecem, mas que não podem ser entendidas nelas mesmas. O que há de específico nas particularidades deve ser analisado na mundialidade como problema global. [...] A eficácia das ações em nível global estaria, assim, na dependência da possibilidade de sua materialidade nos lugares. Do mesmo modo, no local se realizaram as resistências ao fenômeno da globalização e as suas consequências, pois é onde podem manifestar a identidade, o coletivo, o subjetivo.

As transformações sociais vividas nas últimas décadas alteraram as relações entre o lugar e o mundo. O caminho em busca da compreensão deve considerar como fundamental as particularidades dos lugares, mas não pode se reduzir a eles, sendo essencial um movimento de análise que integre dialeticamente o lugar e o mundo como importantes dimensões articuladas.

Assim, nesse novo contexto da globalização, da mesma forma que as ações em nível global precisam estar ancoradas e se materializam nos lugares, é também nesses lugares que surgem as possibilidades de resistências em relação aos processos “perversos” ligados à globalização. Aqui reside uma janela para pensar as relações do rap com o lugar, e do lugar com o mundo, como possibilidades de resistências sociais.

A terceira abordagem do lugar está vinculada aos pensamentos pós-modernos, que colocam em discussão um processo de desconstrução da noção de totalidade para explicar o lugar. Segundo Cavalcanti (2006, p. 91), “o Lugar, na perspectiva pós-moderna, não seria explicado pela sua relação com a totalidade, visto que o todo desapareceria e cederia espaço ao fragmento, ao micro, ao empírico individual”. Dessa forma, como estão ancorados na perspectiva e nos pensamentos pós-modernos, para analisar esse lugar se prioriza o individual, o micro, a especificidade.

Santos (1998, p. 15) trata do processo que “caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão, hoje global”, sendo que a “interdependência universal dos lugares é nova realidade do território”.

Mesmo no atual estágio de desenvolvimento das técnicas, que significou mudanças em relação ao papel dos “lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território ocupado cria novas sinergias acaba por impor ao mundo uma revanche” (SANTOS, 1998, p. 15)

Como visto, ao ser considerado chave para as discussões geográficas sobre o mundo atual, o lugar ganha terreno dentro da Geografia. As leituras que destacam que,

O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis.(CARLOS, 2007, p. 22)

Nesse sentido, Carlos (2007, p. 17) afirma que o lugar é a base da reprodução da vida, que as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental secundário. Esse é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. O lugar, assim pensado, nos permite aproximar diversas manifestações, inclusive o rap, pois articula uma discussão que envolve diversas escalas desde o nível mundial até o nível mais próximo, o local, aquele onde ocorre a apropriação do espaço, que envolve o cotidiano.

Amélia Luisa Damiani (2010) propõe uma discussão sobre o cotidiano e o lugar como importantes dimensões para análises espaciais.

Relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo, situa seu lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano no lugar, somos levados dos fatos particulares à sociedade global. (DAMIANI, 2010, p. 164)

A proposta apresentada pela autora vê o cotidiano como um conjunto de atividades e relações que efetuam-se num espaço e tempo sociais: o lugar e suas temporalidades. Assim, (2010, p. 163) afirma que “o cotidiano traz à luz a ordem mais próxima, o mais baixo, mais perto, a ordem do lugar, ele assegura o lugar no mundo. Apesar das diferenças, o cotidiano se repete em mais de um lugar. Ele é a ordem do mundo, do Estado no lugar, atingindo a base desse lugar”.

Essas considerações a respeito das discussões sobre o lugar e o cotidiano são importantes no movimento de análise que busca compreender a relação dialética que envolve o local e o mundial. As transformações sociais redefiniram essa sociedade colocaram novos elementos importantes para se pensar geograficamente sobre o espaço, constituindo, assim, um desafio não só para a ciência geográfica, mas também para a ciência em geral: apreender as relações nos lugares – cujo cotidiano media elementos importantes – e sua relação com escalas mais que apreende o movimento geral da sociedade.

Carlos (2007, p. 26) elenca a importância de pensarmos o lugar a partir de Milton Santos, citando que, para esse autor, “o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade

de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem”. Carlos (2007) afirma que em Milton Santos se lê a importância de considerar essas análises, que constituíram uma abertura para a Geografia diante das transformações do mundo atual. O lugar é o que nos permite considerar as possibilidades de transformação, pois é o mais próximo. São as relações cotidianas que definem o lugar, pois nele que as pessoas estão juntas.

Ana Clara Torres Ribeiro, no livro “Milton Santos e o Brasil”, organizado para estudar o pensamento e a obra do autor, dedica-se ao estudo dos lugares associados à importância dos saberes. As ideias-conceitos “lugar” e “saber” são importantes. Essas ideias-conceito são compreendidas pela autora em diálogo com o pensamento miltoniano no papel que elas têm diante das disputas evidenciadas no presente, sendo caminhos para a ação social.

O saber é a força dos lugares, da mesma forma que o lugar é a seiva de diferentes saberes. Ambas as ideias (conceitos e projetos) correspondem à tenacidade do existir à insistência do fazer vida, à riqueza do agir realmente experimentado. São ideias que conduzem, sem separá-los para além do que a ética exige, conhecimento e ação política, e ao trazerem concretude à luta por cidadania, obrigam o repensar de relevantes fenômenos sociais. (RIBEIRO, 2004, p. 47)

Na mesma direção, Ribeiro (2004, p 45) explica que o lugar e o saber são ideias que conversam com a renovação desejadas para a ciência geográfica, que segundo a autora “orientam a busca do sujeito da transformação e de um modelo cívico que favoreça a real experiência da cidadania. Aparecem, também como referências para o combate à globalização perversa, desenraizador, mimética e voraz”.

Considerar a relação entre lugar e saber, nesse sentido, revela a potência da Geografia. Segundo Ribeiro (2004, p. 44) “o lugar é portador de anseios de autonomia. [...] É nos lugares, cujos limites desobedecem à escala da ação do Estado ou das firmas, que a horizontalidade costurada por práticas de cooperação anula ou refrata vetores da verticalidade dominante”.

Os conceitos de horizontalidade e verticalidade, desenvolvidos por Milton Santos, são importantes para a compreensão do lugar. Santos (2001) propõe analisar os conceitos de maneira a considerá-los de forma superposta e complementar no espaço geográfico. Em linhas gerais, a verticalidade é definida como “um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos”. Não são todos os atores que têm acesso a esses fluxos, pois tratam-se de um “conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas”. Segundo o autor, esse

sistema é constituído por redes que representam uma integração, dependente e alienadora, pois as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

O autor define horizontalidades como “zonas da contigüidade que formam extensões contínuas”. Para o autor, além do espaço econômico, há um espaço banal, que é o espaço de todos, das empresas, instituições, pessoas. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural, como propriamente geográfica. (SANTOS, 2001, p. 53). No mesmo sentido, o autor afirma que

Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, pelos atores hegemônico e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonzados, nos espaços banais se recria a idéia e o fato da Política, cujo exercício se torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência. (SANTOS, 2001, p. 54)

Logo, a força do lugar está na compreensão dos processos de promoção da espacialidade; assim, cabe compreender o rap para a Geografia como uma linguagem que contribuirá para ampliação de debates, abrindo caminho para novas elaborações, pois esse constrói conhecimento e é fruto das dialéticas relações próximas e cotidianas do lugar com o mundo, a globalização. Desse modo, o rap é uma linguagem derivada da produção social de conhecimento tendo o lugar como referência permanente. Portanto, os temas derivados do lugar produzem reflexões e leituras importantes sobre o espaço urbano. Assim, reside a importância de pensar o mundo e a Geografia escolar a partir do lugar não somente como recorte espacial para análise, mas também como representação da totalidade, conforme Damiani (2010).

Santos (1996) nos permite compreender que a Geografia, como ciência, tem como premissa agir sobre o espaço geográfico, considerando o espaço como indissociável das relações sociais, revelando a importância da dimensão da contradição no processo de produção e reprodução, reflexo da dinâmica de disputas entre os diferentes grupos sociais. Assim, tal constatação destaca a importância da resistência em todas as frentes, raciocínio que interliga as lutas do rap por transformações no espaço urbano, da Geografia por uma ciência que abarque as lutas sociais e construa diferentes espacialidades e de um ensino (não só de Geografia) capaz de revelar a complexidade destas lutas.

Como visto, sendo um campo em disputa no interior da Geografia, sempre houve vozes dissonantes dos caminhos adotados hegemonicamente pelos estudos, mas esses estudos e estudiosos foram ignorados, como é o caso citado do francês Reclus. Somente com a crise e o movimento de renovação desta ciência, em meados do século XX, houve espaço para contribuições de outras perspectivas. A partir desse movimento, novos temas e novas discussões ganharam espaço no interior da Geografia tornando-a mais combativa. É nesse espaço que surgem as discussões da chamada Geografia crítica, como as trazidas aqui de produção do espaço urbano, uma leitura do conceito do lugar crítica e uma leitura sobre a periferia com um olhar mais atento à realidade.

Dessa forma, a partir das pessoas, do cotidiano, e sua relação imbricada ao espaço serão produzidos historicamente conhecimentos e compreensões das realidades que foram marginalizadas. Tal percurso revela que esses sujeitos, que foram estruturalmente marginalizados como produtores de conhecimento, têm muito a contribuir para um ensino de Geografia a partir de suas vivências.

Entendendo essas discussões, é possível afirmar a importância de se pensar o rap considerando as complexas relações contraditórias do capitalismo e suas materializações sociais produtoras do espaço urbano. Torna-se necessário acionar uma Geografia que parte do cotidiano e das pessoas para se compreenderem as contradições da reprodução social. Esse é um dos caminhos para se discutirem os temas que o mundo contemporâneo nos impõe.

Essas discussões levam ao caminho da construção do pensamento geográfico, desvendando uma relação direta entre o mundo que está e as possibilidades dessa construção material espacializada. Assim, tal pensamento nos permite evidenciar o rap considerando as complexas relações espaciais desenvolvidas com a cidade como chave para compreender a expressão do movimento cultural e histórico do hip hop e sua espacialização.

1.4 O movimento hip hop e o rap

É essencial considerarmos que na prática é impossível discutir o rap sem se destacar o complexo movimento do qual faz parte, o hip hop. Como já citado, priorizamos uma abordagem que destaca algumas características mais gerais do movimento, passando pelo contexto geográfico do período de sua formação e como ele se manifesta no Brasil. Somente na última parte do trabalho tratamos esse elemento de maneira mais específica, destacando algumas letras e características do rap como expressão dentro da complexidade do hip hop.

O hip hop pode ser caracterizado como movimento tipicamente urbano formado pela união de diversas formas de manifestações, conhecidas em seu interior como elementos. Entre eles, destacam-se quatro considerados basilares: o DJ (disc-jóquei); o MC (Mestre de Cerimônias); o Break; e o Graffiti. O objeto desta pesquisa, o rap (abreviação de *rhythm and poetry* – em português ritmo e poesia), em uma primeira surge da união entre as características encontradas na atuação dos elementos DJ e MC⁴.

O MC é um elemento central para o hip hop, sendo o responsável pelas rimas, pela poesia. Segundo Camargos (2015, p. 35), no contexto de formação do hip hop, entre uma canção e outra, aconteciam intervenções de um locutor, fosse para dar notícias, pedir algo, fazer propaganda, ou para tentar animar o público. Outros valores, práticas e costumes iam temperando essa mistura que desembocaria no rap. Nesse momento, como destaca o autor, ainda não havia uma separação rígida entre as funções de DJ e de MC. Essas distinções foram aparecendo aos poucos, com os DJs se aprimorando da produção sonora e os MCs se encarregando do uso dos microfones.

O DJ, dessa forma, é o elementos que podemos definir, em uma primeira aproximação, como o responsável pelo ritmo, isto é, responsável por manipular os equipamentos onde são produzidas as batidas. Uma característica que marcou a função do DJ dentro do universo hip hop foi a utilização de músicas de outros estilos para a construção de seu referencial - para construção das batidas. Essas músicas eram próximas à realidade do país. Nos EUA, por exemplo, entre os diversos ritmos estavam o funk, o jazz e o soul. No Brasil, como veremos, há uma mistura ligando a músicas características de cada região em que o rap atua. Por exemplo, elementos específicos como o maracatu no nordeste e mais gerais como a MPB e o Samba. O rap, como música do hip hop, nasce dessa união entre as contribuições dos MCs e dos DJs fundamentados no interior do movimento hip hop.

Assim como outros elementos que foram apropriados e desenvolvidos dentro do hip hop, o break pode ser considerado a expressão da dança dentro do movimento. Na história desse elemento no interior do “pensamento sobre o hip hop”, é apontado um fato que influenciou o break. Andrade (1999), aponta que o break recebeu influências e tem relação com protestos contra a Guerra do Vietnã. O mesmo, segundo o autor, é caracterizado por

⁴ Segundo Rodrigues [(2009, p. 3) “um rap possui três elementos centrais: a base musical (melodia, ritmo e harmonia), forma (rimas, ortografia) e conteúdo. A questão fundamental é encontrar uma harmonia entre os três elementos. Alguns militantes e artistas do movimento podem priorizar um ou outro desses elementos; alguns buscam as batidas perfeitas, outros as rimas perfeitas e, por fim, aqueles que estão preocupados em passar a mensagem perfeita”.

movimentos em que o dançarino (*b-boy* ou *b-girl*) tenta reproduzir o corpo debilitado dos soldados que voltavam da Guerra do Vietnã, destacando ainda os movimentos que copiavam helicópteros, sendo este um protesto simbólico, mas de grande significado para a juventude daquela época.

Outras características apontadas na história do movimento têm relação intensa do hip hop com os fenômenos ligados à cultura negra. O break também é influenciado pelos passos do funk, outros passos da dança afro-americana, e também africana na diáspora. Aqui é interessante destacar que o break, como elemento do hip hop, atualmente se complexificou, englobando vários outros tipos de danças.

Outro elemento, o Graffiti pode ser analisado com a expressão da arte pelo desenho no interior do movimento hip hop. Segundo Alves (2008, p. 66) “dentro do Hip hop, o grafite se desenvolveu a partir da demarcação de territórios por parte dos jovens de periferia na forma de assinaturas pintadas sobre paredes, ou seja, as tags”. Assim, são, segundo o autor, constituídas por um tipo de código que caracteriza a identidade dos grafiteiros. Essas *tags* são utilizadas também como um recurso para marcar plasticamente a presença desses artistas na paisagem urbana.

Apontando para a questão da ancestralidade, Silva (1998) aponta que os elementos centrais MC e DJ têm sido interpretados como reelaborações de práticas culturais ancestrais de origem afro relacionadas à tradição oral e a música. Muito se fala dos *griots*, que são responsáveis, em algumas regiões do continente africano, pela transmissão da cultura e história pela palavra. Ainda com Silva, (1998, p. 37), que destaca outro ponto, quando se busca tratar da ancestralidade e do desenvolvimento de técnicas que seriam apropriadas pelo hip hop, é o talk over (“literalmente falar por cima”), que “juntou-se ao *dub* como verdadeiros *toasts* fundindo simultaneamente a tradição oral e a tecnologia numa forma diferente de oralidade.

Entre as pesquisas e materiais que têm o hip hop como foco, é hegemônica a posição de que esse movimento surgiu da conjugação de elementos de diversas culturas, tendo forte influência especialmente da cultura afroamericana e afro-latina, em um tempo e contexto geográfico específicos: segunda metade do século XX, em bairros pobres da cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Por isso, autores como Rodrigues (2009, p. 4) propõem analisar o movimento considerando que “o hip hop nasce globalizado em território norte-americano”, pois “os elementos que o constituíram estavam espalhados pelo mundo e serão articulados e agenciados nos EUA”. Assim,

não existe apenas uma história a respeito do hip hop, pois entendem que, como movimento cultural, transforma-se nos vários contextos em que aporta, hibridiza-se e assume distintos formatos, ressignificando de maneiras diferentes os efeitos do fenômeno da diáspora negra pelo mundo, fazendo da musicalidade um dos elementos de sustentação de sua organização social, cultural e política. (SOUZA, 2009, p. 52)

A perspectiva adotada por esses estudos parte da questão da ancestralidade para enumerar argumentos que apontam para a origem negra do movimento. Dessa forma, somente a partir da diáspora negra é possível avaliar as manifestações que constituíram o que atualmente conhecemos como hip hop. Nesse sentido, segundo Rodrigues (2009, p. 7) “os elementos que o constituíram são indissociáveis do movimento de desterritorialização e reterritorialização da população negra e latina ao longo do processo de formação e desenvolvimento do mundo colonial”.

Para o caso do hip hop, especificamente, destacam-se os elementos constatados na Jamaica, representados por formas de organização, técnicas de rimas e de reprodução sonora, que pelo processo de migração populacional durante o século XX, foram levados pelos migrantes para as grandes cidades estadunidenses sendo incorporadas ao hip hop.

A historiadora Tricia Rose é uma das especialistas que se dedicou ao estudo do universo que envolve o hip hop nos Estados Unidos. Rose (1997) faz uma advertência ao analisar os estudos que buscam situar o rap do movimento hip hop como extensão direta das tradições orais, poéticas e de protesto dos afro-americanos. A autora afirma que ao partirem de uma análise que o destaca como uma extensão direta, acabam ignorando ou deixando de dar a devida atenção a fenômenos essenciais para compreensão da cultura hip hop. Segundo a pesquisadora, há dois problemas principais desses estudos: 1) eles tratam o rap como forma oral autônoma, sem relação com a cultura hip hop; e 2) essas considerações não tratam das condições da cidade pós-industrial na configuração do rap e do hip hop.

A autora coloca esses dois conjuntos de elementos – o rap no interior do hip hop e o rap em um espaço geográfico específico: a cidade pós industrial - como fundamentais para a compreensão do hip hop, portanto nos ajuda a entender essa manifestação. Dessa forma, é possível afirmar que, para compreender o hip hop, tanto no contexto dos EUA estudado por Tricia Rose, como no Brasil, é necessário considerar essas dimensões importantes que envolvem o hip hop e as contradições presentes no espaço urbano.

Os temas e os estilos no hip hop dividem semelhanças culturais e musicais que contêm expressões antigas e contíguas da diáspora africana; esses temas e estilos, em sua maioria, foram revistos e reinterpretados pela cultura contemporânea por meios dos elementos tecnológicos. As

principais formas do hip hop – o grafite, o break e o rap – foram desenvolvidas dentro das prioridades culturais da diáspora afro e em relação às grandes forças e instituições pós-industriais. (ROSE, 1997, p. 195)

Como visto, em seus estudos, Rose (1997) desenvolve especial atenção ao discutir o contexto histórico de gestação das formas que caracterizam esse movimento cultural, especialmente as suas relações com as condições do espaço urbano nova-iorquino no contexto de transformações de ordem socioespacial, que a autora denomina como uma cidade pós- industrial. Para a autora a cultura hip hop desde a origem “deu voz às tensões e às contradições no cenário público urbano, durante um período de transformação substancial de Nova York, e tentou apossar-se do sinuoso terreno urbano a fim de torná-lo funcional para os desabrigados”. (ROSE, 1997, p. 193).

Aqui, notamos a intensa relação com as contradições no espaço urbano, desde o período de sua formação como movimento, características que, como veremos, fazem parte do “DNA” do hip hop, pois ainda seguem presente nas manifestações, atualmente mundializadas. As letras do rap brasileiro, por exemplo, muitas vezes explicitamente partem de questões que envolvem o espaço urbano, como a marginalização, as questão da violência, entre outros temas. A partir de sua criação, essa manifestação foi moldada tendo como um dos objetivos a busca por transformação social, muito ligada às condições de vida na cidade, em busca de melhores condições para os pobres urbanos.

O espaço urbano, dessa forma, constitui-se como elemento chave para se compreender essa manifestação cultural. As condições da cidade, bem como as características tecnológicas, influenciaram o desenvolvimento do que conhecemos como movimento hip hop e rap Dessa forma, Segundo Rose (1997, p. 203) “a cidade pós-industrial, que propiciou o contexto para o desenvolvimento criativo entre os primeiros inovadores do hip-hop, reformulou o seu terreno cultural e seu acesso ao espaço, aos materiais e à educação”.

Essa cidade pós-industrial que menciona Rose (1997) está vinculada a uma realidade específica dos Estados Unidos. No Brasil, os processos que envolvem a industrialização ainda permanecem como principal fator e condutor da realidade brasileira, e o movimento de jovens na periferia se inicia com outros ritmos e se intensifica na década de 1980 a 1990 com rap. O setor industrial no Brasil é de grande importância para refletirmos sobre as condições periféricas, por isso o movimento hip hop no Brasil surgiu não dos escombros do industrialismo, mas do próprio mecanismo de industrialização.

Para exemplificar, podemos apontar essa relação entre a formação do hip hop e as condições do espaço urbano, um exemplo é a construção de um projeto urbanístico que afetou as condições de vida das populações mais pobres nova-iorquina, sendo um fenômeno que agregou os afro latinos que criaram o hip hop como forma de expressão. Ao analisar o espaço urbano de Nova York no contexto das transformações de ordem sociais econômicas e políticas, a autora cita o papel desempenhado por um planejador urbano, Robert Moses, que foi responsável pela execução de diversos projetos de uma reestruturação urbana em Nova York. Um desses projetos foi nomeado de Cross-Bronx-Expressway, que era uma enorme via que cortaria o Bronx ao meio e que causou uma série de transformações no espaço urbano daquela cidade. Segundo Rose (1997, p. 200):

Como muito de seus projetos públicos, a via Cross-Bronx-Expressway de Moses sustentou os interesses da classe alta contra os interesses dos pobres e intensificou o desenvolvimento de uma vasta desigualdade econômica e social que caracteriza a Nova York contemporânea. Aos moradores negros e hispânicos que foram “realocados” no South Bronx restaram poucos recursos municipais, uma liderança fragmentada e um poder político limitado.

Portanto, a fragmentação do espaço urbano em zonas periféricas com distanciamento dos serviços públicos essenciais, bem como a pobreza, fizeram com que o ambiente periférico, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, fosse precarizado. Isso implica em condições materiais desfavoráveis para manter o mínimo de dignidade humana. Ao mesmo tempo em suas vizinhanças eram precarizadas, as pessoas eram também submetidas ao preconceito e racismo, tendo suas culturas vistas como não necessárias para as outras partes da cidade que se compunham de uma urbanidade diferenciada pelo aparato do Estado e pelo poder econômico das classes sociais que nelas residiam. A diferenciação de classe fez com que o movimento hip hop adentrasse na luta por mais espaços por meio da ampliação das condições de vida manifestadas pelas linguagens do desenho, da dança e dos ritmos.

Como visto, o esse movimento se desenvolveu atrelado às transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram o século XX. O contexto pós-Segunda Grande Guerra Mundial marca importantes transformações na organização do capitalismo mundial, especialmente na década de 1970, marcada pelo esgotamento do regime de acumulação fordista - após os trinta anos gloriosos - adotado pelos países centrais do capitalismo. Esse é um marco desta transição sendo que as readequações político-econômicas marcaram a paisagem urbana e o modo de vida dos trabalhadores nesses países.

Um dos pontos importantes para análise desse momento é o fortalecimento das empresas multinacionais. Essas grandes empresas dos países centrais do capitalismo, com a intenção de retorno a altas taxas de lucro pela exploração do trabalho perdidas ao longo do chamado *welfare state*, enviaram suas unidades produtivas para os países da periferia do capitalismo, causando altas taxas de desemprego nos países de origem. Nesse sentido, essa reestruturação no contexto pós 1970 é um processo estrutural que tem como projeto ideológico ideais neoliberais, modelo que ainda hoje combate as políticas econômicas e sociais com caráter keynesianas. Esse modelo tem, entre outras características, a busca pela desregulação, a privatização e a retirada do Estado do atendimento a áreas sociais (HARVEY, 2005).

Os estudos sobre os bairros pobres em Nova York da época apresentavam como característica comuns às cidades o desemprego e a violência, lidos por muitos autores como “abandono” da população mais pobre. Esses podem ser considerados, em certo ponto, resultado das práticas e de aplicações das políticas de cunho neoliberais. Somando-se a isso, é importante destacar nesse processo a questão do racismo e das lutas dos negros daquele país contra as leis discriminatórias, questões que historicamente marcaram o Estados Unidos. Segundo Souza (2009, p. 65), no contexto do desenvolvimento das bases do hip hop naquele país houve a “intensificação das lutas por direitos civis em meio a protestos, enfrentamentos físicos, comícios e boicotes, ou seja, os negros visaram mudar leis segregacionistas”.

Assim, apesar do hip hop não ter se apresentado como forma de luta direta, este movimento estava diretamente inserido no contexto das lutas, e se configurou a partir do diálogo com as questões postas pelos movimentos como ferramenta contestatória e reivindicatória. O cenário do desenvolvimento do hip hop naquele país foi marcado por essa transição que configura uma ruptura, onde os efeitos deste momento podem ser analisados a partir das contestações do hip hop, que, para além da diversão e do lazer para jovens marginalizados, se desenvolveu historicamente a partir questionamento dessa posição marginal, pela constatação de que grande parte os problemas enfrentados pelos mais pobres das cidades tinham origem externa aos bairros. Estas discussões nos ajudam entender que este movimento se difunde na busca de ser a expressão de milhares de jovens marginalizados na produção do espaço urbano.

O Bronx é um dos cinco distritos da cidade de Nova York, sendo considerado um dos berços para o hip hop em solo estadunidense. No contexto das transições socioeconômicas que marcaram o período pós segunda guerra, o distrito passou por um processo de

reestruturação, afetado também pelo projeto de Robert Moses, fenômeno que nomeado por alguns autores como de “caos urbano” ou “decadência urbana”⁵. Com a crise econômica, as consequentes altas taxas de desemprego e desigualdade social, junto a um processo de especulação imobiliária, causaram sofrimento nos bairros pobres da cidade, que ficaram em um estágio de “abandono”. Junto a isso, nesse período de transição entre a década de 1960 e 1970, as grandes cidades do país, incluindo Nova York, ficaram marcadas por altos índices de criminalidade.

Os irmãos Cindy Campbell e Clive Campbell⁶, conhecido como DJ Kool Herc, são considerados por muitos fundadores do hip hop, pois foi interior das festas organizadas por eles, conhecidas como Block Parties (Festa de Blocos), que foi constatada a conjunção dos quatro principais elementos no mesmo ambiente, do que foi chamado posteriormente de hip hop, que é o MC, DJ, Graffiti e o Break.

A história dos irmãos é importante para conhecer a origem do movimento como multicultural, como afro-americano e latino. Herc e Cindy Campbell, que são jamaicanos, saíram do seu país na década de 1960. Como a história dos irmãos Campbell, milhares de latinos adentraram os EUA fugindo de crises que viviam em seus países de origem. Esses foram, em sua grande maioria, habitar as zonas pobres das grandes cidades do país, como Nova York.

O Bronx foi um desses locais, que pelas transformações do espaço urbano, abrigava uma população pobre. Foi nesses bairros intensamente marcados pela presença afro-latina que se constatou a gestação do hip hop. Entre os fatos históricos levantados por pesquisadores sobre o movimento, que marcaram esse contexto de surgimento, estão: o contexto das lutas e movimentos de reivindicação por direitos humanos, incluindo os direitos civis que tinham as figuras de Malcolm-X e Martin Luther King, além de e grupos como os Panteras Negras como referência; e mudanças tecnológicas que facilitaram o acesso aos equipamentos necessários para o hip hop.

⁵ O geógrafo britânico Neil Smith (2006, p. 65), estudando o fenômeno da gentrificação em Nova York afirma que “os urbanistas e estudantes no domínio utilizam essa linguagem epidemiológica da “enfermidade” para falar dos pobres, frequentemente dos bairros habitados por negros ou latinos. Este eufemismo social manifesta a falta de investimentos, seja dos proprietários ou do Estado”.

⁶ Clive e Cindy organizaram a primeira festa na qual os elementos estavam conjugados. A festa organizada por eles em 11 de agosto de 1973, ficou conhecida no interior do movimento como marco de criação do hip-hop.

Além da organização das festas, o Dj Kool Herc contribuiu com o avanço na cultura com a introdução de várias técnicas⁷ musicais, muitas delas com relação com o que teve contato em seu país. Essa foram reelaboradas no novo cenário político, social e cultural.

Como visto, no plano mais estritamente sonoro, a tradição afro na diáspora tem sido igualmente tomada como relevante para a compreensão do desenvolvimento do rap. Nesse campo, as transformações dizem respeito à reelaboração de práticas tradicionais no contexto da tecnologia. (ALVES, 2008, p. 38)

Nas discussões dentro do movimento, muito se fala de outra pessoa importante no momento de formação do hip hop, Afrika Bambaataa, que foi apontado dentro da história do movimento como o primeiro a nomear o conjunto dos elementos que aparecia naquele cenário de hip hop⁸. O artista cita que o movimento tem como objetivo a “paz, amor, diversão e união”, e significa “um conjunto de atitudes, gestos, linguagens e formas estilizadas com a cultura de rua”.

Para além disso, fala-se que esse discutiu um quinto elemento estruturante do hip hop, o conhecimento, que é importante para o edificação das bases e difusão das práticas do movimento, incluindo uma dimensão política. Outro feito de Bambaataa foi a criação de uma organização voltada ao hip hop chamada Zulu Nation (Silva, 1998), que conta atualmente com representação em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, e cujo posicionamento político influenciou diretamente o desenvolvimento do hip hop

Em entrevista cedida a Buzo (2010), Alexandre de Maio cita a importância de considerar o conhecimento como quinto elemento

O quinto elemento é uma forma de agregar as artes do hip-hop a um conteúdo mais profundo, um algo a mais que a simples forma de se expressar. É no quinto elemento que o hip-hop se diferencia na música, nas artes plásticas, nos toca-discos, e na dança. Conhecimento é a chave, a história mostrou que a verdadeira revolução se faz pela educação. Não tem outro caminho. E o hip-hop traz isso – vamos nos expressar, vamos fazer arte (BUZO, 2010, p 33)

⁷ Herschmann (2005, p. 21) afirma que Herc junto a Grand Master Flash introduziram técnicas que posteriormente se tornariam fundamentais pra esse tipo de música, “dentre essas técnicas, estavam os sound systems, mixadores, scratch e os repentes eletrônicos, que ficaram conhecidos como raps”.

⁸ “Bambaataa estaria fazendo, com a utilização das palavras hip e hop, em primeiro lugar, uma referência consciente ao recurso mais frequentemente utilizado para a transmissão da literatura e da cultura nos guetos, valendo-se da tradição oral; em segundo lugar, uma ilustração do popular modo de dançar difundido entre os jovens de periferia da época, que consistia na exibição de uma variedade de saltos (hip) aliados a um balanço constante dos quadris (hop)” (QUEIROZ, 2002, p. 24)

O conhecimento, como quinto elemento estruturante do hip hop, está em constante diálogo com os outros elementos, fundamentando-os. Muitas das ações e difusão da cultura passa pela valorização do conhecimento gestado no interior das manifestações do hip hop, sendo esse talvez o que dá coesão às ações. A transmissão do conhecimento pela via cultural, como forma de resistência e de construção dos valores do hip hop pode ser vista como um dos laços com esse movimento com a educação

Como já observado, uma das questões centrais que aqui abordamos tem relação com a questão do protesto e da contestação das desigualdades que configura a produção (desigual) do espaço em muitas das cidades em que o movimento se territorializa, modificando as relações com o espaço urbano. O movimento tem grandes contribuições para se pensar as relações com o espaço por ser a expressão de milhares de jovens que são estruturalmente marginalizados. “Em substituição às gangues, coletivos propiciavam o exercício do convívio mais próximo e possibilitavam a negociação de interesses que se tornaram comuns em torno da cultura do hip hop”. (SOUZA, 2009, p. 69)

Esse é outro importante momento, apontado pelos membros no interior da história do hip hop, que foi decisivo no contexto de gestação do hip hop. Foi uma negociação entre duas gangues de Nova York, que a partir da constatação das lutas sociais que estavam sendo travadas naquele período, firmaram um tratado de paz . Esse fato, segundo esses membros, foi central para o desenvolvimento do movimento, por facilitar a circulação entre os bairros.

Nesse sentido, formam-se vários grupos que constituem o movimento hip hop, que é marcado por gestos, práticas moldadas por esse movimento. Como visto, as condições históricas que marcavam o local de desenvolvimento do hip hop em solo estadunidense, o bairro Bronx, em Nova York, tem relação direta com as desigualdades, marginalização, racismo e pelo “abandono” da população pobre por parte do Estado, e com a busca por formas de se manifestar contra essas situações. Entre os fatos que permitiram a rápida difusão do hip hop, que se desenvolveu de diferentes formas nos mais diversos contextos, podemos destacar as condições sociais, econômicas e políticas, que marginalizam os jovens, sendo o hip hop, portanto, uma forma de expressão criada por esses jovens periféricos.

Porém, é preciso destacar que “a territorialização do movimento hip-hop é mais complexa do que sua vinculação e sedimentação nas periferias, pois envolve trânsitos e redes que abarcam toda a cidade e que conduzem à produção de novas formas territoriais”. (Turra-Neto, 2008, p. 267). Essa consideração revela as complexas relações do movimento com o espaço urbano, que possibilita uma leitura ainda mais reveladora da cidade.

Essa cultura, no contexto de globalização, o hip hop rapidamente atinge vários locais do globo, se mundializando. No Brasil, tem rebatimento no final dos anos 1980, guardando em sua base muitos dos elementos presentes desenvolvidos na cultura afro-americana, como as organização com elementos e a intensa relação com um segmento societário específico, os pobres urbanos. Porém existem especificidades; em cada cidade em que chegou, o movimento guarda também elementos regionais.

1.5 O hip hop e o rap no Brasil

O início da década de 1970 ficou marcado pela junção de vários elementos afro- latinos e afro-americanos em torno do que ficou conhecido como hip hop, tendo como uma referência o bairro do Bronx em Nova York e se espalhando para muitas cidades dos Estados Unidos. A década seguinte pode ser entendida, na história desse movimento, pela “saída” desse movimento do contexto estadunidense e pela “chegada” em diversos países. Foi nesse contexto que as várias práticas que caracterizavam o hip hop influenciaram as práticas culturais no Brasil.

Camargos (2015, p. 40) afirma, baseando-se nos trabalhos de pesquisadores que se dedicaram ao estudo do fenômeno do hip hop em diversos contextos geográficos no território nacional, que as práticas “isoladas de canto, dança e consumo/fruição cultural que possibilitaram a construção de uma identidade hip hop apareceram não apenas (ou primeiramente) em São Paulo, como se costuma pensar, mas quase que simultaneamente em várias cidades”.

Esse fato indica uma das características assumidas pelo movimento no território brasileiro: a diversidade. Os elementos basilares para construção desta identidade, como visto, já estavam presentes na maioria dos lugares em que as práticas características do hip hop repercutiram, sendo essenciais para a construção de um movimento atento às características e necessidades dos lugares. Segundo Souza (2011, p. 16), “desde que chegou ao Brasil, no final de 1980, a cultura hip hop tem-se mostrado cada vez mais complexa, congregando várias correntes ou tendências em torno dos modos de atribuir sentidos, ver e agir sobre a realidade”.

Ao discutir a diversidade, os trabalhos passam pela complexa relação desse movimento com os elementos regionais. Queiroz (2002, p. 35) cita experiências que reforçam o caráter de fusão intercultural do hip hop “a aproximação do rap com a tradição dos trovadores gaúchos em Porto Alegre, passando pelo flerte do break com a capoeira e o tambor

de crioula maranhense, do grafite com o Cordel no Recife, até a assimilação dos improvisos poéticos do partido alto no Rio Janeiro”.

Os exemplos apresentados reforçam a ideia de que o hip hop se desenvolve atrelado às características dos lugares em que é construído. No Brasil, pela grande diversidade regional, ele se estabelece a partir de relações com os elementos de cada região, de cada cidade. Outro exemplo pode ser visto em Gomes (2012), que constata essa diversidade na análise que desenvolve, sobre o rap de diversas regiões do país. Um dos casos analisados é sobre o rap de um grupo de uma aldeia Guarani Kaiowa em Dourados-MS, em que os indígenas se utilizam da linguagem globalizada do rap para discutir questões ligadas à vivência indígena, desde questões ligados à posse de terra até questões mais próximas da realidade do lugar em que vivem.

Porém, também há características comuns que se apresentam como elementos que dão coesão ao movimento hip hop. Souza (2011) discute que uma das características do universo hip hop, no Brasil, é a reflexão crítica e a contestação das desigualdades sociais e raciais, tendo um caráter propositivo que tematiza, por meio das diversas práticas, as precárias condições de vida de grande parte população. Essa é uma das características basilares do movimento constituído no país, e pode ser encontrada nos diversos pontos onde foram constituídas as bases do hip hop no Brasil.

Em relação aos estudos sobre o movimento, a centralidade política e econômica de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, além da concentração de universidades na região Sudeste, fizeram com que os primeiros estudos -e até hoje a maior parte das pesquisas acadêmicas sobre o hip hop brasileiro- considerassem a origem e foco do movimento essas cidades, sobretudo São Paulo.

Como movimento mais estudado, o hip hop e o rap paulistanos foram abordados por diversas perspectivas de análise de várias áreas do conhecimento. Os pesquisadores e materiais que tratam do contexto histórico de aproximação com o que conhecemos atualmente por hip hop brasileiro destacam a forte relação de parte das pessoas que viviam nas periferias com os Bailes Blacks. O espaço dos bailes para os jovens negros constituía, segundo estas pesquisas, locais de “afirmação da sua identidade, mais do que um simples espaço da sociabilidade juvenil – não é o simples fato de estar com seus iguais de idade, mas sim o de estar com os seus iguais em etnia que vivenciam as mesmas dificuldades econômicas e sociais. (ANDRADE, 1999, p. 88)

Nesse recorte, encontramos a base sobre qual o hip hop se desenvolveu. No caso de São Paulo, os Bailes Blacks guardavam algumas características que já estavam presentes no

momento que o hip hop aporta no país. Felix (2000) analisa essa relação, demonstrando que esses bailes, como locais de diversão de parte da população, constituíram algumas das bases para o que discutimos atualmente como movimento hip hop.

Por que, nessa pesquisa, sublinhamos a importância dos bailes? Porque é no interior desses locais que surgem os principais elementos do Hip Hop, que são: o Disk Jockey (DJ), o Mestre de Cerimônia (MC) e o Breaker, o dançarino. Fica difícil se entender a gênese do Hip Hop, entre nós, sem esse nascedouro, que foram os salões de bailes black, a seu modo um específico “território negro”. (FELIX, 2000, p. 15)

Dessa forma, o hip hop paulistano nasceu junto aos bailes negros da cidade. Apesar de se constituir no mesmo momento em várias cidades do país, o movimento em solo brasileiro se desenvolveu de maneira mais ou menos articulado com o movimento paulistano, pela centralidade econômica da cidade.

Nesse caminho, Souza (2006, p. 70) apresenta o contexto urbano da cidade de São Paulo, no período da chegada do hip hop, discutindo o enfraquecimento da ditadura militar, junto a uma atuação de movimentos sociais e sindicatos, em um contexto de grandes desigualdades, hiperinflação e desemprego, elementos que compunham a urbanização anteriormente analisada. Dialogando com Felix (2005), a autora discorre sobre a questão da importância dos bailes para a luta antirracista e para o desenvolvimento do hip hop. Para além disso, destacam-se equipes que organizavam eventos, como Chic Show, Zimbabwe, Black Mad e Company Soul e que traziam discos de outros países, principalmente dos Estados Unidos.

Na transição entre os anos de 1980 e 1990, surgiram grupos que foram responsáveis pela afirmação do movimento, não só na cidade de São Paulo, mas pelo país. Andrade (1999, p. 88) afirma que “foi assim que surgiram os grupos de rap do movimento hip hop, sendo hoje os mais conhecidos - Thayde, DJ Hum e Racionais MC's – pertencentes a esse movimento histórico de introdução, consolidação e proliferação dos ideais do movimento no país”.

No mesmo sentido, o autor aponta que no país este movimento alcançou grande expressividade política. O contexto desta análise sobre o movimento hip hop pode ser caracterizado, entre outras dimensões importantes, pela popularização de equipamentos eletrônicos que, de certa forma, facilitou a difusão dos elementos do hip hop, principalmente o rap.

É importante destacar, mais uma vez, que no hip hop cada um dos elementos carrega especificidades, mas é na reunião em torno de um movimento que este se fortalece, é onde

se encontram as raízes desse complexo movimento. Fica claro, mesmo em uma breve análise sobre a história do hip hop, que o rap ganhou mais visibilidade em relação aos outros elementos do movimento por sua possibilidade de difusão musical, porém é preciso ter em mente a importância da relação direta com o hip hop.

Como afirmado, grande parte das letras do rap tem como características a crítica social, essa questão tem relação direta com os MC's e o lugar em que vivem e escrevem. Ou seja, sendo parte de um movimento que se desenvolveu historicamente como expressão dos marginalizados, tem muitas relações com as periferias e com seu contexto social e econômico. Nesse sentido, as letras de rap aqui discutidas apresentam várias questões centrais para a compreensão do espaço urbano e dos problemas sociais que marcam as cidades.

Dentro das diversas possibilidades de construção que envolvem o ritmo e a poesia, há formas de expressão que partem dessas pessoas, as que não são ouvidas no processo de constituição do espaço urbano, que enfrenta diariamente os problemas que tem relação com esse produção capitalista do espaço . O rap, nesse sentido, pode ser considerado como ferramenta de luta e de resistência construída por um segmento específico da população, que tem como pautas a luta contra as opressões: o racismo, desigualdade, marginalização e outros problemas sociais que marcam nosso tempo. Assim, o rap tem grande contribuição para o tratamento da questão urbana, pois oferece um caminho para pensar diversas questões importantes nesse processo que envolve entender a produção e reprodução (desigual) do espaço urbano no Brasil.

Camargos (2015), contextualiza o período que marca a produção do rap no Brasil, caracterizado pela entrada do capitalismo neoliberal, ampliando as desigualdades,

O rap tem sua produção assentada no tempo em que o Brasil sofreu acentuadas transformações, que culminaram, em última instância, na consolidação da hegemonia das ideias e práticas de cunho neoliberal. O país pôs-se a girar mais decisivamente na órbita do capitalismo neoliberal na década de 1990 e, a partir dessa orientação política e ideológica, promoveu a reestruturação da hegemonia burguesa nas esferas sociais como um todo (econômica, política e cultural. (CAMARGOS, 2015, p. 18)

Esse período de hegemonia neoliberal, somado a outros processos, marca o aumento das desigualdades que afetam milhões de pessoas, as mais pobres. A ideologia neoliberal busca guiar os rumos da acumulação em nível mundial, utilizando-se não somente de vias econômicas, mas também culturais e políticas. “Nessas circunstâncias, de fato processou-se uma tremenda violência que incidiu sobre a vida das pessoas comuns, o que agudizou

problemas sociais e aumentou as tensões presentes nas relações de poder e sociais”. (CAMARGOS, 2015, p. 20).

Assim, a partir das constatações do autor, é importante relacionar os contextos de surgimento e de ação do hip hop nos Estados Unidos e o contexto do Brasil, pois se verifica que nos momentos de crise onde as desigualdades aumentam, o capital busca formas alternativas de se manter o controle da população, por meio do Estado. Nesse sentido, temos que entender as semelhanças que envolvem os dois períodos seja o período da “decadência” no Bronx, ou na entrada do capitalismo neoliberal do Brasil.

No entanto, o hip hop não é produzido apenas pela vivência da periferia, mas também pelas relações contraditórias assimétricas de poder, com um “centro” que se coloca em uma posição hegemônica em relação à periferia no plano político e econômico (Rodrigues, 2003). Assim,

através do discurso do hip hop, podemos buscar a compreensão das principais clivagens da sociedade brasileira: o racismo, a desigualdade, a concentração de renda, a cidadania mutilada, a segregação sócio-espacial, a opressão e a violência física, psicológica e subjetiva que são exercidas pela construção de discursos e imagens estigmatizantes pelas elites e classes médias”. (RODRIGUES, 2003, p. 61)

Segundo Rodrigues (2009, p. 1), o hip hop pode ser entendido como uma forma coletiva de ação social “produzida na experiência cotidiana de seus protagonistas nas grandes cidades do mundo, [...] é a experiência concreta das relações sociais e de poder, da materialidade e da subjetividade que constituem o espaço urbano, que é a força motriz dessa ação coletiva”.

Por suas características históricas, de estar diretamente ligadas a questões sociais, o movimento hip hop e o rap apresentam caminhos e aproximações importantes para a construção de análises sobre a sociedade brasileira, inclusive sobre os vários aspectos que envolvem as discussões geográficas. Aqui, como visto, levantamos a possibilidade de articular um dos elementos do hip hop, o rap, em uma abordagem e discussão a respeito do ensino de Geografia.

O papel educador do movimento é, nessa direção, central para as discussões que pretendemos levantar, pois é fundamental para o desenvolvimento das diversas ações promovidas no interior do hip hop. Em 2010, Alessandro Buzo, conhecido escritor da literatura periférica, organizou um livro sobre o hip hop brasileiro a partir de diálogos com vários membros do movimento. Entre eles, estava Nelson Triunfo, conhecido por ser um dos

precursores do movimento em São Paulo e no Brasil, através da dança de rua. Em um das respostas, Triunfo afirma que

Uma coisa gratificante é saber que muitos ex-alunos se tornaram educadores do hip-hop e já formaram novos educadores. Já estamos na terceira geração de multiplicadores da educação através do hip-hop. E, se não fosse a cultura de rua, não sei o que seria da maioria dessas pessoas. (BUZO, 2010, p. 28)

Espero que o hip-hop se mantenha como um movimento social, musical, educacional, politizado e transformador também. [...] O hip-hop tem mudado com o tempo. Os quatro elementos permanecem vivos, mas há outros elementos se relacionando com ele, criando coisas paralelas, enriquecendo ainda mais a cultura. (BUZO, 2010, p. 29)

Do relato acima, é importante destacar o papel educador do hip-hop, fato que é frequentemente citado pelos membros do movimento e pelos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Em outras palavras, a articulação entre os vários elementos, considerando também o conhecimento como um deles, na produção de eventos construídos pelo movimento são formadores e ajudam a difundir o movimento e informação como forma de resistência.

Além dos quatro elementos que compõem a base do hip hop, existem outros⁹ que se unem ao movimento ao longo do seu desenvolvimento, que também são importantes no contexto geral de suas práticas. Triunfo coloca ainda o movimento hip hop como social e musical, mas também destaca a questão de ser este um movimento com “características educacionais”. Talvez seja esse papel educador, o papel que coloca o conhecimento também como elemento sólido é central para a formação dos membros do hip hop, seja uma das bases de sua reprodução.

No mesmo sentido, Buzo (2010) faz uma importante afirmação, também presente em outras falas ao longo das discussões, explicitando difusão e diversidade do movimento no Brasil e o diálogo constante com as juventudes. O autor aponta o hip hop como importante na formação de jovens nos lugares, sendo uma das expressões que mais dialoga com a juventude no país.

⁹ KRS-One, por exemplo, fala em nove elementos do hip hop, são eles: Breaking, MCING, GRAFFITI ART, DJING, BEATBOXING, Conhecimento de Rua, Linguagem de Rua, Moda de Rua, Empreendedorismo de Rua (Noise D, 2017). Há outros que colocam diversos elementos, por exemplo, o Skate e o Basquete de rua como elementos.

Esse diálogo com a juventude constatado pelo autor é um dos fatos que pode contribuir no desenvolvimento de atividades que tem na relação entre o rap e a educação como pilares para constituição de práticas de ensino. O ensino de Geografia, portanto tem potencial para, a partir do diálogo com o rap e considerando sua vertente periférica, oferecer possibilidades de os estudantes estarem mais atentos às realidades de pessoas da periferia, ou seja, em constante diálogo com o conhecimento produzido no interior de suas práticas. A questão da diversidade presente no rap nos aproxima dos diversos espaços em que o rap e o hip hop se fazem presentes.

Até aqui, apresentamos algumas aproximações com conceitos geográficos que julgamos importantes para compreensão das práticas que envolvem o rap do movimento hip hop, destacando ainda algumas características assumidas por esse movimento desde o período de sua formação até as características assumidas no Brasil. No próximo capítulo, discutiremos trabalhos em nível de pós-graduação na Geografia, que versam sobre o movimento hip hop ou o rap no Brasil.

CAPÍTULO II
O HIP HOP E O RAP NO UNIVERSO
ACADÊMICO: PESQUISAS EM PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

No presente capítulo, discutiremos pesquisas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação na área do conhecimento geográfico os quais desenvolveram seus temas a partir do movimento hip hop ou do rap, especificamente, no Brasil. Assim, levantamos as principais discussões trazidas pelas teses ou dissertações defendidas sobre o tema, captando os conceitos e as perspectivas adotadas por cada um dos estudos e, posteriormente, enfatizando as contribuições dos trabalhos para a compreensão do movimento.

2.1 O hip hop e o rap em pesquisas geográficas

O rap e o movimento hip hop como um todo, como expressões culturais, vêm sendo abordados por diversas áreas do conhecimento. De acordo com os números do banco de dissertações e teses da CAPES, a maioria destes trabalhos se encontra nas áreas letras/linguística e de antropologia/sociologia. Apesar do recente interesse pela temática do hip hop e do rap na Geografia, foram poucos os trabalhos desenvolvidos com um olhar geográfico sobre essas temáticas.

Entre os pesquisadores que desenvolveram teses ou dissertações que perpassam pelo tema do hip hop ou rap na área da Geografia, estão Laitano (2001) Carril (2003), Xavier (2005 e 2012), Rodrigues (2005), Oliveira (2006), Turra-Neto (2008), Gomes (2008), Santos (2012), Gomes (2012 e 2019), Machado (2012), Santos (2013), Torreão (2014), Vieira (2014), Fernandes (2016), Moreira (2016) e Moysés (2018). No processo de busca, não tivemos acesso aos trabalhos de Carril (2003) e de Rodrigues (2005). No entanto conseguimos, em relação ao segundo trabalho, acesso a um artigo científico que foi inspirado na pesquisa desenvolvida no mestrado, e aqui apresentamos em linhas gerais o que foi desenvolvido no trabalho.

O Quadro 1 apresenta informações sobre os diversos trabalhos que passam pela discussão sobre o hip hop na Geografia, obtidos a partir de consulta no banco de dados sobre teses e dissertações da CAPES. Essas informações (nome do autor, o título do trabalho, nível [mestrado ou doutorado] e o ano de defesa) nos ajudam a compreender a contribuição da Geografia no que tange o campo de estudos sobre o hip hop e sobre o rap no Brasil.

Quadro 1: Teses e Dissertações na Geografia sobre o hip hop e o rap segundo o Catálogo da CAPES¹⁰

Nome do Autor	Título do Trabalho	Nível	Instituição	Ano
LAITANO, Gisele Santos	Os Territórios, os Lugares e a Subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no Movimento Hip Hop, no Bairro Restinga, em Porto Alegre, RS	M	UFRGS	2001
CARRIL, Lourdes de Fatima Bezerra	Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania	D	USP	2003
XAVIER, Denise Prates	Repensando a periferia no período popular da história: o uso do território pelo movimento Hip Hop	M	UNESP	2005
RODRIGUES, Glauco Bruce	Geografias Insurgentes: um Olhar libertário sobre a Produção do Espaço Urbano Através das Práticas do Movimento Hip Hop	M	UFRJ	2005
OLIVEIRA, Denilson Araújo de	Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de Cidade a partir da cultura Hip Hop	M	UFF	2006
GOMES, Carin Carrer	O uso do território paulistano pelo hip hop	M	USP	2008
TURRA NETO, Nécio	Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade	D	UNESP	2008
GOMES, Renan Lélis	Território Usado e Movimento Hip Hop: cada Canto um Rap, cada Rap um Canto	M	Unicamp	2012
SANTOS, Célio José dos	As práticas de apropriação da cultura hip-hop pela juventude soteropolitana: Um estudo a partir do lugar	M	UFBA	2012
XAVIER, Denise Prates	As Ações do Movimento Hip Hop no Espaço Urbano de Rio Claro/SP	D	UNESP	2012
MACHADO, Carlos Geovani Ramos	O Ensino de Geografia e o Hip Hop	M	UFRGS	2012
SANTOS, Luiz Henrique dos	As letras de Rap do movimento hip hop como desdobramento do processo de segregação sócio-espacial: Antigamente quilombos, hoje periferia	M	UNESP	2013
TORREAO, Rafael Sapiência	Geografia do hip hop na Grande Vitória-ES: o lugar em tempos de globalização	M	UFES	2014
VIEIRA, Higor Marcelo Lobo	Trajetórias individuais e processos coletivos do rap indígena: territórios e territorialidades do grupo BRÔ MC'S'	M	UFGD	2014
MOREIRA, Jader Arierom da Silva	Territórios e Territorialidades na Cidade: Práticas Jovens na/a partir da Escola Pública de Periferia em Juiz de Fora/MG	M	UFJF	2016
FERNANDES, Dalvani	Célula da rima: a conformação simbólica do espaço na relação hip-hop e religião	D	UFPR	2016
MOYSES, Mauricio	Circuito Rap do Distrito Federal: Território usado e lugar	M	Unicamp	2018
GOMES, Renan Lelis	O relevo da voz: um grito cartográfico dos saraus em São Paulo	D	UNESP	2019

Fonte: o autor

¹⁰ A terceira coluna do quadro com título de “Nível” apresenta o nível acadêmico do trabalho, sendo que a letra “M” representa as dissertações de Mestrado e a letra “D” representa as teses de doutorado.

Dos 18 trabalhos encontrados no catálogo da CAPES sobre a temática, a maioria foi desenvolvida como dissertação de mestrado (13 pesquisas), os outros cinco trabalhos foram defendidos como teses. O ano de 2012 ficou marcado como o ano de maior produção sobre o tema e como início de um período em que se produziram mais pesquisas sobre o tema.

Como é comum também nas outras áreas do conhecimento, há uma concentração de pesquisas que foram defendidas sobre o movimento nas universidades estaduais paulistas: cinco trabalhos na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), dois na Universidade de São Paulo (USP) e dois na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), totalizando nove trabalhos sobre o hip hop na área de Geografia em São Paulo. Duas pesquisas foram realizadas no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No catálogo, encontramos dois trabalhos em universidades localizadas no estado do Rio de Janeiro, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outro na Universidade Federal Fluminense (UFF). Outras pesquisas foram feitas em outras universidades: uma na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), uma na Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O primeiro trabalho em nível de pós-graduação apresentado sobre a temática do hip hop e do rap na ciência geográfica é o de Gisele Santos Laitano (2001). A autora trata sobre a geograficidade inscrita pelas práticas espaciais do movimento hip hop em um bairro na cidade de Porto Alegre - RS, tendo como conceitos centrais para o desenvolvimento da pesquisa o território e os lugares em uma perspectiva que leva em consideração a subjetividade como elemento importante para se compreender as relações espaciais.

Em suas análises, adota desde um referencial construído em diálogo com Milton Santos (1996), até a fenomenologia para construção de avaliações sobre o movimento. Para a análise das letras, utilizou discussões relacionadas à hermenêutica, buscando compreender e se aproximar do mundo vivido pelos sujeitos que habitavam à área de estudo, o que Laitano (2001) define como estar frente a frente com a Geografia Pessoal dos sujeitos do movimento.

Em uma primeira aproximação com os elementos pesquisados, há uma construção que envolve duas escalas distintas: os processos globais e os processos locais que envolvem o hip hop, considerando o mundo e o bairro. Dessa forma, busca compreender a relação entre o global e o local, considerando o hip hop seu objeto de pesquisa. Em diálogo com a obra de Milton Santos, afirma considerando os processos de globalização e fragmentação que “a

perspectiva dialética permite e abre à uma abordagem não localista. Desse modo o conceito de lugar emerge e traz novos significados, remetendo a uma análise do cotidiano e, portanto, do mundo vivido”. (Laitano, 2001, p. 8).

Já a perspectiva do território é adotada em diálogo com Marcelo Lopes de Souza (1995), destacando a importância de aprendê-lo como espaço delimitado por e a partir de relações de poder. Seguindo nesta linha, dialoga com as noções de poder construídas e difundidas pelo trabalho de Michel Foucault e de Claude Raffestin, analisando território e rede. além disso discorre sobre o conceito de juventude. Assim, finaliza essa seção apontando questões relativas ao desenvolvimento do movimento hip hop nos Estados Unidos da América, às condições de formação do bairro periférico da Restinga e ao movimento no bairro, sua área de estudo.

O estudo passa pela discussão de uma posse, que significa um coletivo ligado ao hip hop, chamada União Rapper da Tinga, organizada no bairro que congregava 25 grupos de rap e estava envolvido com várias ações culturais. Observando as conexões entre o hip hop do bairro e de várias cidades do estado do Rio Grande do Sul, Laitano (2001) afirma que os membros do movimento buscam romper com as determinações macroeconômicas, pela constituição de territórios-rede, mas uma rede constituída à margem das redes de comunicação hegemônica. Como em outros trabalhos datados na década de 1990 e no início dos anos 2000, notamos as diferenças com relação às tecnologias e acessos à internet e outros elementos que constituíram um ponto de inflexão não só no rap, mas na cultura como um todo.

Seguindo nas discussões sobre o hip hop no bairro de estudo, Laitano (2001) realiza uma série de entrevistas com os membros do movimento na área de estudo, estruturadas a partir dos conhecimentos da hermenêutica de Gadamer. No mesmo processo, utiliza-se de letras das músicas dos grupos estudados, buscando compreender o que a autora discute como a Geografia pessoal dos membros do movimento hip hop do bairro da Restinga.

A abordagem apresentada por Laitano (2001) trouxe elementos e discussões elaboradas à luz do método da fenomenologia, articulados com uma discussão de conceitos geográficos de rede, território e lugar, com objetivo compreender o movimento hip hop de uma área em Porto Alegre. O trabalho pode ser visto como exemplo dos diversos caminhos possíveis, na ciência geográfica, para se compreender as práticas espaciais do movimento hip hop.

Denise Prates Xavier (2005), em sua pesquisa de dissertação, destaca os diferentes usos do território, diferenciando os espaços urbanos de uso privilegiado daqueles lugares de

usos hegemônicos, dos espaços de proximidade, aqueles que carregam ideia de usos a partir de relações de solidariedade, sendo o hip hop um dos exemplos de usos alternativos do território a partir das periferias da cidade de São Paulo. Assim, a proposta constitui-se como forma de avaliar os usos que os pobres fazem do espaço urbano, destacando o hip hop como a possibilidade de criação de novos sentidos para as periferias.

O contexto atual de globalização e seus efeitos sobre o território são centrais na análise. Em diálogo com os estudos de Milton Santos, a autora afirma, constatando as características do período, que a globalização se apresenta para a maioria das pessoas como perversidade, sendo que o movimento hip hop é representativo de um conjunto de ações populares que seriam exemplos de uma outra globalização possível. Nesse sentido, segundo a autora, o próprio espaço geográfico é tido como um dos limites para essa globalização, pois para além desses espaços hegemônicos, existe o espaço banal, o espaço de todos, espaço no qual se articulam as resistências.

Na mesma linha, destaca os usos desiguais do território, essencialmente o que tange a relação centro-periferia na capital paulista. Assim, segundo Xavier (2005, p. 14), “o uso corporativo da cidade de São Paulo, consequência de uma valorização desigual dos lugares e dos homens, criou uma organização territorial excludente beneficiando, sobretudo uma pequena parcela privilegiada da população”. Dessa forma, a autora aponta que existem subespaços do uso corporativo marcados pelas normas, e os subespaços que fogem a essas racionalidades.

Esse contexto marcado pelo processo de globalização, afeta todas as dimensões da vida social. A cidade vai sendo estruturada nesse novo cenário marcado pela reprodução da desigualdade e concentração da riqueza. Nesse trajeto, aponta que a globalização neoliberal não é o único caminho, sendo que o espaço geográfico representa a possibilidade de realização de outras ações, outros usos, uma outra globalização.

Diante desse cenário, marcado pelas desigualdades, a Xavier (2005) destaca as táticas territoriais desenvolvidas nas periferias, sendo o movimento hip hop uma delas. Assim, são apresentados cada um dos principais elementos – Graffiti, Break, MC e DJ – destacando desde suas origens negras e latinas, seu rebatimento na cidade e suas intensas relações com o espaço urbano paulistano. Xavier (2005) observa a existência de outras racionalidades na periferia, expondo as contradições presentes na constituição do espaço urbano e recriando, através de suas relações com espaço público, um campo de ação e de resistências.

Como já foi explicado, não tivemos acesso ao trabalho de Rodrigues (2005), mas aqui trataremos de um artigo científico, que foi inspirado na pesquisa de mestrado, para apresentar

em linhas gerais as discussões destacadas. Glauco Bruce Rodrigues (2009) desenvolveu o trabalho sobre o hip hop, buscando analisar a espacialidade constituída pelo o que chama de ativismo político-cultural urbano. Sendo cultural por ser produtor de cultura, produtor de novas formas de ser e estar no mundo, e político pois para produzir cultura este se “alimenta” de política.

O autor destaca também a relação indissociável do espaço com as relações sociais no processo de constituição de um ativismo social que apropria simbólica e materialmente do espaço urbano em suas práticas. Aponta ainda que é possível analisar algumas características do espaço urbano por um olhar que foge do comum, aquele que faz considerando o Estado ou características de frações do capital.

Rodrigues (2009) afirma que o ponto de partida para apreender a espacialidade do hip hop é analisar a relação entre hip hop, favelas e periferias. Assim, compila um conjunto de críticas que os membros do hip hop levantam a partir de suas experiências com o espaço urbano. Entre elas, está: a crítica à segregação sócio-espacial, entendida como estrutural no capitalismo; crítica a representação das favelas e periferias como espaço da desordem e do caos; crítica ao racismo brasileiro; e a crítica às ações do Estado, por omissão ou precariedade do serviços.

A questão do racismo e da segregação sócio-espacial ganham destaque nas análises do autor, que afirma que uma das principais contribuições políticas do hip hop é na discussão sobre o racismo, que destaca a inseparabilidade entre o racismo e a desigualdade de classe no Brasil, pois esses processos em conjunto constituem um espaço urbano segregado. Rodrigues (2009) afirma que esse é um avanço, pois em uma visão hegemônica tanto da esquerda quanto dos conservadores, consideram-se os dois fenômenos distintamente. À visão da esquerda, racismo é secundarizado, e os conservadores creem que no país o problema se resume à pobreza, desconsiderando o racismo.

Assim, Rodrigues (2009, p. 26) afirma que o hip hop pode “fornecer elementos para se pensar um planejamento urbano crítico e alternativo, uma vez que ele nos permite fazer uma leitura diferente da cidade e da sociedade”. Segundo o autor, por ter como característica o protagonismo sócio-espacial, o movimento permite às favelas e periferias produzirem suas próprias ideias e seus próprios intelectuais, que podem contribuir para a construção de uma nova sociedade.

Entre os pesquisadores na ciência geográfica, Denilson de Araújo Oliveira (2006) é que mais se dedicou ao tema do hip hop, relacionando as discussões do movimento junto à

cultura, espaço urbano, educação e racismo em diversos artigos, capítulos de livros e em sua dissertação na qual discute a territorialidade no mundo globalizado.

Em seu trabalho de dissertação, Oliveira (2006) discute as leituras da metrópole Rio de Janeiro a partir da territorialização da cultura globalizada, com origem na diáspora africana, o hip hop. Um dos objetivos centrais para a pesquisa é uma análise sobre os impactos territoriais na cidade e os significados políticos de suas estratégias territoriais.

No caminho da investigação, o autor busca construir um aporte teórico para a crítica a compreensão da globalização com hegemonia neoliberal e no sentido de outras globalizações possíveis, sendo a cultura neste processo constitui uma importante dimensão para a análise.

Seguindo no mesmo caminho, Oliveira (2006) retorna a discussão clássica da Geografia sobre o conceito de território, levantando alguns pontos em trabalhos de autores como Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Claude Raffestin e Sack, básicos para compreender tanto a discussão clássica, oriunda da Geografia Política do século XIX, como a discussão das transformações atuais, vistas a partir do último quarto do século XX.

Na parte três do trabalho, Oliveira (2006) dedica-se à análise das estratégias territoriais constituídas por vários grupos e representantes do hip hop nos primeiros anos de organização da cidade do Rio de Janeiro, destacando as conquistas e contradições internas no contexto de territorialização desta cultura na metrópole. O autor apresenta, em diálogo com outros estudiosos, documentos do fenômeno do hip hop fluminense, entrevistas que demonstram a organização em torno de questões importantes e pautas que reforçam o hip hop como cultura política negra.

Carin Carrer Gomes (2008) discute o uso do território pelo movimento Hip Hop paulistano, demonstrando como se constituem as condições de desigualdades e as consequente resistências nos lugares, dentro de cada elemento do hip hop. A autora tem como base para o trabalho a concepção de espaço geográfico construída em diálogo com as contribuições de Milton Santos, que o considera como histórico e dinâmico, estando dentro de um processo social, como sinônimo de território usado. A pesquisa compreende o desenvolvimento do movimento junto a organização da cidade de São Paulo e sua configuração atual.

Apresenta os elementos do hip hop a partir de paisagens do cotidiano da capital paulista produzidas pelo hip hop. Destacando o território brasileiro que é, nesse contexto, marcado pela racionalidade do capital, fato que vem acentuando as já históricas

desigualdades socioespaciais. Em sua análise, Gomes (2008, p. 8) afirma que o território paulistano “tornou-se parte, em sua história recente, das principais capitais financeiras do mundo, ao mesmo tempo em que é lugar das mais profundas desigualdades sociais”.

Assim, analisa diversos eventos desde a virada do século XX até os dias atuais tendo discutindo esse projeto modernizante e as suas contradições, além da resistência percebida pela configuração de uma série de organizações, configuração de um território negro em São Paulo (Associações, clubes, Bailes Blacks, etc). A discussão desses processos vão desde a expulsão das população pobre para fora do centro, passando pelos efeitos da industrialização, até as recentes políticas de cunho neoliberal que organiza a cidade agindo sobre as históricas desigualdades presentes na capital paulista.

No processo de apresentar as características do movimento desenvolvido nos Estados Unidos, a autora discute o hip hop nova-iorquino como de natureza essencialmente territorial, tendo a cultura negra como um dos motores de formação. Assim, conforme Gomes (2008, p. 43), o hip hop “nasce em meio às contradições entre uma cidade, centro dos sistemas de objetos informacionais e comunicacionais, centro do poder financeiro, do dinheiro e do consumo e entre uma cidade de profunda desigualdade”. Dessa forma, discute as características do espaço urbano no período de desenvolvimento do movimento hip hop em São Paulo, destacando a década de 1980. Essa década ficou marcado, segundo o autor, pela seleção de pontos específicos para receberem os eixos modernizantes (informação-financeirizada), adequando o território aos usos das multinacionais.

Portanto, é apresentado que o movimento hip hop abre caminhos para descobertas e possibilidades de avançar para novas realidades e necessidades. As leituras e conceitos acionados pela autora trouxeram luz a pontos centrais do hip hop da capital paulista, revelando os processos sociais materializados nas práticas de cada elemento da cultura.

A pesquisa de Nécio Turra-Neto (2008) representa a segunda tese defendida na Geografia, que passa pela discussão do movimento hip hop. O autor analisa a sociabilidade juvenil no meio urbano de Guarapuava, uma cidade do estado do Paraná, sociabilidade essa que é influenciada, segundo o autor, pelo *punk* e pelo hip hop, que as chama de culturas juvenis transterritoriais. Para isso parte da discussão sobre o tempo, o espaço, as redes e os territórios na busca por compreender as territorialidades e redes de sociabilidades juvenis.

O trabalho é amplo e apresenta metodologia com entrevistas de diversas gerações das antigas até as novas, cujos representantes vem dos movimento hip hop e do punk, que também foram estudadas a partir do procedimento de observação participante. Aqui,

destacamos as principais ideias que o autor constrói discutindo especificamente o movimento hip hop na cidade, destacando sua história e a trajetória dos membros e dos grupos.

Após construir uma reflexão sobre a formação da cidade de Guarapuava no primeiro capítulo, e discutir sobre as características assumidas pelo *punk* na cidade, no segundo, Turra-Neto (2008) discute a formação do movimento hip hop. Para o autor, em uma análise dos trabalhos e pesquisas sobre o hip hop, é possível encontrar pelo menos três direcionamentos básicos, que ele define como ideias-força: a primeira parte de uma história mais ampla destacando a diáspora africana pelo mundo e as formas musicais desenvolvidas pelos negros. A segunda ideia-força apresentada nos estudos é que o hip hop é a expressão que os jovens negros criaram para expressar a experiência da segregação socioespacial, e de uma identidade alternativa. Por fim, a terceira ideia-força tem relação com a dimensão espacial do movimento, em que ideias sobre a relação entre o global e o local, sobre desterritorialização e reterritorialização ganham espaço. O pesquisador no processo de discussão do trabalho dá maior destaque para esta última.

Assim, como ponto de partida para analisar o hip hop, realiza um movimento de análise que passa pela história e relaciona os primeiros anos do hip hop nos Estados Unidos e o rebatimento no hip hop no cenário nacional, dialogando com os pesquisadores que escreveram sobre o tema. E, por fim, trata do movimento na cidade de Guarapuava, sua história e dos membros que compõem sua base. Nesse processo, Turra-Neto (2008, p. 278) afirma que é

possível dizer que a partir da cultura hip-hop, jovens conseguem reelaborar localmente a leitura da sua situação socioespacial e construir espaços de autonomia tanto em relação à estrutura social que lhes impõe identidade e território, quanto ao próprio universo adulto, pela afirmação da sua especificidade juvenil. Ao mesmo tempo, reposicionam-se na cidade e em relação ao jogo de oposições que lhes confere material para construção identitária. É, nesse sentido, que a adesão ao estilo não pode significar apenas desterritorialização, mas a produção de uma nova territorialização.

Assim, pelas características assumidas no processo de formação como um movimento, o hip hop permite essa reelaboração dos lugares e é construtor de espaços de autonomia. Essa é o material para a construção identitária de seus membros. Nesse sentido, Turra-Neto (2008) articula um vasto referencial teórico geográfico para compreender essas a constituição das redes de sociabilidades juvenis da qual o hip hop faz parte. Essas discussões mobilizadas contribuíram para o aprofundamento de um olhar geográfico sobre as práticas que envolvem o movimento hip hop no Brasil.

Além do trabalho de dissertação apresentado anteriormente, Denise P. Xavier (2012) defendeu a tese sobre o hip hop, abordando nesse segundo momento as ações do movimento hip hop no espaço urbano de Rio Claro (SP). A autora utiliza-se de grande parte das discussões e reflexões elaboradas em sua dissertação, que teve como tema o uso território pelo movimento hip hop paulistano, fazendo agora uma análise específica sobre o movimento no interior paulista.

Após, em uma primeira aproximação, fazer o direcionamento teórico-metodológico e a delimitação do objeto de pesquisa, Xavier (2012) dedica ao estudo do trajeto que envolve o desenvolvimento do movimento hip hop brasileiro a partir do eixo paulistano até o movimento hip hop que se constituiu no interior do estado. A partir desse ponto, trata do conjunto de objetos e ações que compõem a cidade e o hip hop que se tem em Rio Claro.

Para complementar a análise, destaca três eixos de ações desse movimento na cidade, são eles: as redes que compõem o movimento local; o uso do espaço público pelo hip hop; e a construção do saber no interior do movimento. Os eixos sustentam as práticas percebidas na cidade, que também estão coladas aos fenômenos da questão urbana contemporânea, sendo o hip hop local representante de uma parcela da população que vive nas periferias urbanas. Por fim, avalia a constituição de redes entre os membros/integrantes com objetivo de efetivação das propostas. Esses protagonizam diversos eventos e estão organizados em diferentes escalas: local, estadual e nacional. Dessa forma, segundo Xavier (2012) quando o movimento se apropria dos espaços públicos provoca transformações positivas no relacionamento entre os lugares e os grupos sociais.

Célio José dos Santos (2012) tem como tema de pesquisa as práticas de apropriação da cultura hip hop pela juventude de Salvador, tendo como foco a compreensão da dinâmica que envolve o bairro do Cabula, entendido como lugar, espaço de vivência e da realização do cotidiano.

Para elaboração da pesquisa, foram selecionados dois conceitos tidos como eixos: o lugar e juventude. Assim, faz uma abordagem que remonta a discussões conceituais no interior da ciência geográfica, propondo tratar o lugar em duas perspectivas: primeiro, numa perspectiva dialética com objetivo de compreender as relações entre as escalas global e local as contradições presentes no lugar; e segundo, numa perspectiva ligada à fenomenologia, trazida para compreender o mundo vivido da juventude. Para análise das discussões sobre juventude, Santos (2012) dialoga com a sociologia para apresentar as principais vertentes que tratam sobre o tema.

Santos (2012) apresenta uma análise multiescalar sobre o hip hop desde sua origem até a difusão, e conseqüente rebatimento na juventude brasileira. Em seguida, trata especificamente do processo de desenvolvimento do hip hop na cidade de Salvador, destacando os primeiros grupos e as características desse movimento, para depois destacar a relação com o lugar – bairro Cabula.

Logo, o autor construiu um aporte teórico-metodológico que permitiu compreender a importância do lugar na apropriação e formação do hip hop, sendo que é através deste que a juventude buscam trazer novos traços para a cultura, observando seu cotidiano.

Renan Lélis Gomes (2012) trata das características que o hip hop, como manifestação territorial que tem o rap como uma de suas expressões, assume diante da diversidade regional no Brasil. A pesquisa demonstra que, mesmo tendo características comuns que formam a base do movimento, ele assume características próprias articuladas às manifestações culturais de cada lugar. Entre os conceitos utilizados pelo autor, solidariedade, organização e situações geográficas são essenciais para compreensão de sua análise sobre o hip hop e o rap no país.

Para o autor, o movimento hip hop brasileiro se constitui como um mecanismo de *solidariedade orgânica* que seria marcado pelo domínio da horizontalidades, pelas relações de proximidade de contigüidade, em detrimento às relações verticais marcadas pela hierarquização e pela distância. O movimento hip hop, assim definido, constitui essas relações solidárias.

O conceito de situação geográfica é acionado em diálogo com a geógrafa María Laura Silveira, que o caracteriza como “conjunto de eventos geografia dos que tornados materialidade e norma, muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova Geografia”. Nesse sentido, a partir da singularidades resultantes da diversidade territorial do país, uma análise a partir deste conceito evidencia “os nexos entre o mundo e os lugares e o papel desempenhado pela cultura popular no território nacional”. (SILVEIRA, 1999 apud GOMES, 2012, p. 43).

Como pano de fundo para as análises, o autor explana, junto à caracterização dos raps, sobre algumas características de cada uma das regiões que constituem o país. A partir desta elaboração conceitual, o autor selecionou cinco situações geográficas distintas para exemplificar, através das características presentes nos raps e da atuação dos membros do hip-hop, como essas situações geográficas são traduzidas nas manifestações do hip hop e do rap nas diversas regiões do país.

Assim, entre as contribuições destacadas estão: na região Norte, o rap da Comunidade Manoa (Porto Velho – RO), de Rapadura Xique Chico (Fortaleza- CE) e de Zé Brown (Recife – PE); na região Centro-Oeste, o grupo de rap Brô MCs (Dourados – MS); e da região Concentrada, Nitro Di (Porto Alegre – RS). Com isso, a partir da análise das contribuições dos grupos de rap e das diversas situações geográficas estudadas, o autor conseguiu identificar a articulação de características comuns no rap e no hip hop mundial, que têm rebatimento nas diversas regiões analisadas, e a articulam com características específicas de cada região, de cada situação geográfica.

Ao analisar o rap feito na Comunidade Manoa em Porto Velho-RO, o autor explana, entre outras características, sobre a articulação das técnicas de produção das músicas com elementos comuns na região amazônica, assim como as reivindicações específicas ligadas aos povos ribeirinhos. Em seguida, destaca elementos presentes nas composições de Rapadura (CE) e de Zé Brown (PE), que criam suas músicas tendo muitas referências culturais da Região nordeste como o repente, o maracatu, frevo, forró a embolada, e os cordéis, além dos personagens históricos dessa cultura.

Na região Centro-Oeste do Brasil, o autor destaca o grupo de rap Guarani-Kaiwoa Brô Mcs, que mistura em suas composições elementos presentes nas práticas indígenas, tendo em seu discurso reivindicações ligadas a questão agrária – demarcação de terras, conflitos de terra. Já para análise das situações geográficas presentes na Região Concentrada destaca a alta taxa de urbanização, a concentração populacional, econômica e política. Estas características marcam as letras de rap construídas na região, mas, como nas outras regiões, não exclui as particularidades locais. Como exemplo, discute a contribuição de Nitro Di (RS), que destaca elementos culturais como galdéria, trova e milonga.

Dessa forma, uma das contribuições do trabalho de Gomes (2012) consiste em uma análise interescalar que parte do rap, como manifestação no interior do hip hop, como cultura mundial que se territorializa no país, passando por uma discussão regional que enfatiza a diversidade territorial e seus efeitos vistos nas especificidades das construções dos rappers em cada região do país, justificando o subtítulo do trabalho “cada canto um rap, cada rap um canto”.

O trabalho de Luiz Henrique dos Santos (2013) tem uma abordagem ligada à questão urbana, tratando as letras de rap como desdobramentos do processo de segregação sócio-espacial no Brasil. Para a análise, foram selecionadas, tendo como critério captar a diversidade geográfica no território nacional, letras de 10 grupos musicais que o autor chama de “mais influentes do momento”, são eles: Racionais MCs, Z’afrika Brasil, Projota,

Emicida, Brô MCs, Criolo, Face da Morte, Sub Louco Coletividade, Opanijé e Rapadura. Segundo o autor a ideia geral do trabalho foi tratar situações que percorrem entre memórias e espaços, dialogando com paisagens sonoras contemporâneas que habitam o Brasil globalizado do século XXI.

Como a maioria dos trabalhos, apresenta e contextualiza os elementos do hip hop – graffiti, rap e break - destacando as características no período de gestação de cada expressão. Em diálogo com as contribuições de Marcelo Lopez de Souza, o autor destaca que o hip hop pode ser enquadrado como um ativismo urbano estrito e forte, que seria um tipo de ativismo frequentemente ligado a temas como moradia, infra-estrutura técnica e social, regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, ou seja, uma luta por melhores condições de vida no espaço urbano, uma luta por direito à cidade. (SOUZA, p. 288, 2006 apud SANTOS, 2013, p. 34)

No processo de avaliação do conteúdo das letras, são destacadas a população e as características gerais das cidades nas quais os grupos produziram as letras. Como resultado das análises de aproximadamente 30 composições dos 10 grupos selecionados, o autor destaca: a diversidade presente nos trabalhos dos diversos grupos, devido ao que chama de mosaico cultural do país; a importância do movimento hip hop na sociedade contemporânea, especialmente no resgate a uma memória positiva sobre a população negra, sendo esse uma ramificação das lutas do povo negro; e destacando diante das características de um espaço urbano desigual, esse movimento como experiência criativa transformadora das camadas populares.

O trabalho de Carlos Geovani Ramos Machado (2012) é o primeiro, em nível de pós-graduação, considerando nosso levantamento pelo catálogo da CAPES, com enfoque específico no tratamento da relação entre o ensino de Geografia e o movimento hip hop. Por isso, sendo que aqui também priorizamos essa relação, trazemos uma análise mais aprofundada sobre a abordagem desenvolvida pelo autor.

Em sua dissertação, Machado (2012) analisa o hip hop como possível facilitador da lugarização dos Sujeitos a partir de sua metalinguagem, que podem contribuir no processo de aprendizagem. A noção de Sujeitos, que tem centralidade, na pesquisa é a construída em diálogo com Morin. O autor a usa como uma forma de fugir dos reducionismo positivista nas análises das ciências humanas, pondo acento nas contradições da formação do indivíduo na sociedade. Assim, trata ao longo das discussões dos Sujeitos rappers, dos Sujeitos professores e dos Sujeitos alunos.

Assim, entre os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos da pesquisa, Machado (2012) tem entrevistas semiestruturadas com esses “Sujeitos” jovens da cultura hip hop e os “Sujeitos” professores na comunidade estudada como importantes passos. As falas desses sujeitos constituem uma das maneiras de se compreender o hip hop para o seguimento e o contexto específico do estudo. “Em outras palavras, a pesquisa procura ressaltar a importância do protagonismo do Sujeito enquanto um ser afetivo, em um universo cultural socialmente desafiador e completo”. (MACHADO, 2012, p. 17)

Machado (2012) constrói ainda um caminho que passa também pelas discussões conceituais clássicas na Geografia, território, espaço, lugar e paisagem, e também destaca conceitos secundários essenciais, segundo o autor, para compreensão do segmento juvenil que se manifesta pela cultura do hip hop como, identidade, comunicação, cultura e representações sociais.

O autor, em um primeiro momento, destaca as relações entre o movimento hip hop e o ensino de Geografia, e depois constrói o aporte metodológico que utiliza como estratégia para compreender esse movimento, articulando o espaço geográfico e o lugar, além de cultura, juventude. Como a maior parte das pesquisas, também passa pela formação do hip hop, destacando as suas especificidades no Brasil, e finaliza articulando todo o material levantado a partir de entrevistas e pesquisas.

o rap pode, quem sabe, ser uma destas ferramentas novas que possibilitem didaticamente aos Sujeitos estudantes e aos Sujeitos professores uma nova visão, mais aberta, que lhes facilite vislumbrar novos horizontes educacionais, não como um fim em si, pois o hip hop, embora surja como uma ferramenta diferenciada, e provisoriamente inovadora, não se encerra como mais uma verdade, e pronto! Talvez possibilite ao Sujeito estudante e a escola uma construção mais arejada e promissora em sua multidimensional lateralidade! Talvez possibilite ao Sujeito estudante e a escola uma construção mais arejada e promissora em sua multidimensional lateralidade! (MACHADO, 2012, p. 45)

Nesse trecho, o autor faz alguns apontamentos importantes para considerar quando tratamos da aproximação do que o rap ou a cultura hip hop produz de conhecimento e os fenômenos estudados e ensinados na Geografia. Ele afirma ser importante pensar esse conhecimento não como verdades absolutas, mas pensado em sua dimensão que facilite a crítica, a construção de novos caminhos e novas linguagens na escola, valorizando os “sujeito professores e sujeito aluno” nesse processo.

O diálogo proposto pelo autor entre o ensino de Geografia e a cultura hip hop apresentou possíveis caminhos para se pensar um ensino de Geografia que possibilite a busca

pelo conhecimento crítico. Mais que isso, a partir das experiências e discussões apresentadas, pode-se afirmar que há possibilidades da Geografia contribuir com o elemento conhecimento tão valorizado e central para o hip hop.

Como visto, o grupo de rap Brô MCs é citado em algumas das pesquisas na área da Geografia, como em Gomes (2012) e em Souza (2013), mas é Higor Melo Lobo Vieira (2014) que aprofunda a abordagem buscando elementos teóricos da ciência geográfica para compreender a expressão dentro rap.

Higor Marcelo Lobo Vieira (2014), tem sua pesquisa dedicada a compreender as trajetórias individuais dos quatro membros do grupo de rap indígena Brô MCs e as relações com os processos coletivos do movimento hip hop, especialmente no que tange os desdobramentos territoriais. Como base teórico-conceitual, discute o território e as territorialidades para tratar do hip hop articulado aos integrantes, demonstrando como na dialética intercultural o rap passa constituir-se como expressão da luta e resistência da cultura indígena.

Diferentemente da maioria das pesquisas acadêmicas que versam sobre o hip hop e sobre o rap, Viera (2014) não dedicou um capítulo exclusivo para tratar sobre as condições socioespaciais e as várias questões que envolveram o momento da gestação da cultura hip hop nos Estados Unidos. Em todas as discussões, articula entrevistas, letras de músicas, documentos audiovisuais e experiências pessoais com o hip hop para tratar de sua constituição e, para além disso, analisar as condições históricas e técnicas que proporcionaram o contato dos jovens com a realidade a cultura.

A pesquisa do autor segue a linha das que destacam São Paulo como ponto difusor da cultura hip hop no país, e analisa as redes de comunicação que levaram a constituição do movimento no Mato Grosso do Sul, especificamente na cidade de Dourados. Essa cidade, segundo autor, como muitas outras no país, era marcada, no momento de surgimento e desenvolvimento do hip hop no início da década de 1990 pela violência e desigualdade.

Os jovens Guarani e Kaiowá são de duas aldeias localizadas em uma reserva indígena em Dourados, são elas aldeia Bororó e aldeia Jaguapirú. No desenvolvimento da pesquisa, constata as condições de vida nas reservas, as diversas dificuldades como: a falta de emprego, as condições precárias de moradia e infraestrutura, além das questões sociais e educacionais. Para além disso, apresenta as diversas contradições e conflitos vivenciados pelos indígenas (dentro e fora das aldeias), que se apropriaram do hip hop para denunciar e buscar soluções para as questões que envolvem a condições nas aldeias.

Dessa maneira, a música rap ultrapassa fronteiras e limites da aldeia de diferentes formas, e apresenta-se como caminho de denúncia e resistência à processos violentos vividos pelos indígenas no Brasil. Seguindo nessa linha, segundo Vieira (2014)

o grupo BRÔ MC's surge, se utilizando e se desutilizando das já ramificadas estruturas da música, numa perspectiva de um estilo, visto que a estrutura do rap mantém uma estrutura quaternária de compasso, mas amparado pela língua guarani que dialoga com outras fronteiras, dinâmicas e temporalidades diferenciadas, instrumentalizadas pelos corpos nativos, com outros limites e fronteiras, lutas que se dão no campo ideológico, cultural e prático, pela atual situação dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. (VIEIRA, 2014, p. 95)

Assim, segundo Vieira (2014), ao se apropriar do rap como ferramenta para acessar pessoas, lugares para além da aldeia, os jovens Guarani e Kaiowá rompem como com uma imagem cristalizada que leva ao preconceito sobre os indígenas e, estabelecendo um diálogo híbrido com a uma cultura não indígena, mas inserindo nela elementos indígenas como a língua guarani e outros elementos importantes.

Já o trabalho de Torreão (2014) tem como um dos principais objetivos destacar o movimento hip hop na grande Vitória diante das transformações na ordem espacial que trouxeram mudanças na relação escalar local/global. Na primeira aproximação com a temática da pesquisa, busca tratar do amplo debate teórico sobre o termo/conceito da globalização e sobre a categoria/conceito de lugar.

Sobre a categoria lugar, o autor elabora uma discussão epistemológica que cita desde as noções clássicas advindas dos gregos acerca da categoria, como uma porção do espaço terrestre, até a importância do resgate das discussões sobre o tema na ciência geográfica a partir da década de 1970, muito pelo fato de que o “processo de globalização trouxe novos problemas a serem enfrentados por nossa disciplina, e mais uma vez o debate envolvendo o conceito de lugar é retomado” (TORREÃO, 2014, p. 24)

Como visto, tendo como ponto inicial as diversas transformações de ordem espaciais e conseqüentemente de ordem epistemológicas no interior da disciplina, há um destaque ao resgate do lugar na abordagem humanística, com influência dos debates epistemológicos da fenomenologia nas ciências humanas, assim na discussão deste processo Torreão (2014) afirma que a atenção se volta ao indivíduo ou grupo, e suas experiências são valorizadas na busca de compreender os comportamentos e sentimentos em relação ao lugar, sendo esse, atrelado à noção de espaço importantes para esta visão da

ciência geográfica. Dessa forma, a afirmação do lugar como conceito chave é uma das contribuições trazidas pela Geografia humanística.

Jader Arierom da Silva Moreira (2016) trata dos territórios e territorialidades a partir das práticas de jovens de uma escola pública localizada na cidade de Juiz de Fora (MG). A escola é tratada como parte fundamental da sociedade, marcada pelo encontro cotidiano de distintas culturas, mantendo assim relação com os territórios do espaço geográfico. Dessa forma, afirma a importância da continuidade do processo educativo no cotidiano pela cidade. É nesse ponto da pesquisa que invoca o hip hop como mais uma das chamadas culturas jovens que têm influência na cidade.

A pesquisa é construída a partir do diálogo com alunos da escola. Dessa forma, Moreira (2016, p. 13) aponta que “para entender tal dinâmica é fundamental compreender que cada pessoa, ou grupo de pessoas, percebe, significa, constrói, atua e avalia os territórios da cidade de distintas maneiras”. Assim, faz um movimento de análise que demonstra a importância de considerar a pluralidade e heterogeneidade no estudo e discussões que envolvem o conceito de juventude. Outro conceito que ganha centralidade no desenvolvimento da pesquisa é o cotidiano, que é discutido em intenso diálogo com a sociologia urbana.

A partir de um diálogo construído com colaboração de autores da Geografia Cultural e da Geografia marxista, Moreira (2016) utiliza as duas correntes argumentando que tanto as materialidades como as subjetividades devem ser consideradas em estudos de cunho territorial. Analisa as relações entre bairro e cidade, e a escola no bairro. Assim, considera a “importância de se contextualizar socialmente quem produz um território a partir dos movimentos culturais nos quais esse produtor está inserido”. (MOREIRA, 2016, p. 17)

O hip hop é trazido ao discutir o direito à cidade e as relações dos alunos com a cidade. Entre as características citadas estão: a apropriação da cidade - ruas, escolas, praças públicas, muros - por parte do movimento; a possibilidade de valorização das pessoas como agentes produtores da cidade, produtoras do espaço; a coletividade, criadas pelas reunião de jovens de diversos bairros apropriando e ressignificando a cidade. Dessa forma, ao finalizar sua análise, Moreira (2016, p. 155) afirma que as juventudes produzem o seu próprio significado e constroem seus territórios, social e culturalmente, e que esses são, muitas vezes, alternativos aos territórios hegemônicos.

Dalvani Fernandes (2016) trata da conformação simbólica do espaço na relação entre o hip hop e a religião, tentando entender a relação estabelecida entre os dois universos que constituem diferentes experiências juvenis. Entre os trabalhos que versam sobre o hip hop,

este é o único que traz uma reflexão sobre a área da Geografia da Religião, sendo que o autor faz a aproximação com o objeto de pesquisa utilizando-se de um referencial teórico ligado à fenomenologia.

Fernandes (2016) busca entender como o “hip-hop interage, altera e se funde com a religião, resultando em novas conformações simbólicas do espaço percebido.”. Assim, ao longo das discussões o espaço é tido como chave para entender a relação entre indivíduos, comunidade, religião e hip hop. A Célula da rima, como um ponto de conexão entre o rap e a religião, é apresentada como um projeto dentro da Igreja Pentecostal Sara Nossa Terra (SNT), que usa o rap e o hip hop como uma das estratégia de aproximação e evangelização do público jovem.

Para isso, levanta uma discussão que leva em consideração a trajetória do hip hop do South Bronx à São Bento e destaca as características do hip hop na cidade de Curitiba. Seguindo trata especificamente do rap da cidade, destacando que a Curitiba também tem periferia. Por fim destaca, especificamente o que denomina de rap cristão, termo que é cunhado considerando que o conceito de rap gospel não representa as características observadas no interior do movimento.

Busca construir junto a entrevistas com os rappers, por meio da voz dos sujeitos, uma imagem de que a periferia vai além da materialidade, destacando que no espaço coexistem sentimentos, emoções e esperanças, sendo essa relação entre o rap e a religião pensada no campo simbólico. Nesse caminho, aponta que os jovens rappers são utilizados pela igreja pelo seu potencial evangelizador, mas ele é mais que isso, faz parte da cultura hip hop, que é uma forma de ver e pensar o mundo.

Mauricio Moysés (2018) destaca a complexidade que envolve a divisão técnica e territorial do trabalho entre os circuitos hegemônicos e contra-hegemônicos de produção fonográfica, lendo o caso específico do circuito rap no Distrito Federal. Para atingir o objetivo, utilizou como metodologia, além da revisão bibliográfica, trabalhos de campo, entrevistas e diálogos com membro do rap.

Em uma primeira aproximação com o tema da pesquisa, traz alguns elementos do período de criação do hip hop e salienta a especificidade da expressão do rap no interior desse movimento. Assim, já direciona toda sua discussão para a questão das transformações nas relações entre o rap e mercado fonográfico, destacando desde o primeiro registro fonográfico até o processo de mundialização do rap. Nesse processo, destaca as mudanças de ordem socioespaciais e tecnológicas, além de seus efeitos para o mercado fonográfico. Nesse sentido, Segundo Moyses (2018), “circuito cultural se estabelece como importante vetor da

acumulação do capitalismo ao orientar as massas para a comercialização das criações espirituais das próprias massas”.

Mesmo com toda essa mudança, a produção do RAP sempre esteve em evidência e em estágio de adaptação ao mercado do circuito hegemônico ao não-hegemônico, seja nos países do centro ou na periferia do sistema e segue resistindo ao cultuar suas origens africanas e do propósito de união entre os marginalizados, sendo uma forte expressão da juventude nos grandes centros urbanos em todo o mundo. (MOYSÉS, 2018, p. 56)

O autor divide a urbanização do distrito federal em quatro momentos, sendo eles: de 1956 a 1969; de 1970 a 1989; de 1990 a 2000; e do ano 2000 aos dias atuais. Sobre o primeiro o autor, apresenta o caso de Brasília, desde o processo que levou a reorganização territorial que tem o Plano de Metas um marco, até os efeitos da urbanização a partir da construção. Aponta as contradições envolvendo o projeto de construção e o lugar dos operários e trabalhadores, demonstrando e explicando que as origens das desigualdades e dos “problemas urbanos” como a periferização e segregação estão diretamente ligadas à políticas do Governo Federal e local, sendo assim “planejadas”.

Os milhares de trabalhadores vindos do nordeste construíram a cidade e depois foram removidos para as chamadas cidades satélites. Nessas, o autor trata também as memórias trazidas por esses trabalhadores (cordel, repente, etc) que, segundo o ele são “expressões culturais que introduziram os primórdios da urbanização do Distrito Federal”, transformando a região em “um caldeirão efervescente multicultural” que se transforma com as tecnologias e novos migrantes, como foi o caso do hip hop e outras culturas.

À medida que a cidade cresce, os repentistas vão se fixando em diferentes localidades apropriando-se dos lugares, intensificando os laços de sociabilidade e a busca por alternativas para sobreviverem após as intensas e violentas erradicações que os expulsaram para as áreas periféricas, fato que agravou mais a dinâmica urbana conflitiva no Distrito Federal, principalmente pelo déficit habitacional para atender as demandas das camadas mais pobres da população (MOYSES, 2018, p. 73)

No segundo momento da urbanização do Distrito Federal, de 1969 – 1986, o autor destaca a continuidade dos projetos de erradicação de invasões, levados com intuito de preservar a ideia do plano piloto, que levou milhares de pessoas as cidades satélites. Segundo Moysés (2018), no “caso do Distrito Federal, o modelo espacial contribui como elemento fundador e motivador da pobreza para além do modelo socioeconômico existente”. O autor observa que, enquanto no centro (plano piloto) concentrava-se as relacionadas ao urbanismo moderno atividades globalizadas, na periferia, ocorria funções de reprodução da força do

trabalho e atividades locais, organização comum na urbanização das grandes metrópoles. Com as transformações urbanas, novas ondas migratórias que marcaram o período, há um destaque para a questão dos Bailes Blacks no Distrito Federal a partir da década de 1970, diretamente ligados a processo que envolvem essas condições.

De acordo com Moyses (2018), “durante a década de 1990, até a virada do século, o espaço urbano do Distrito Federal seguiu os mesmos rumos dos países periféricos reproduzindo a pobreza com estratificação social e espacial acentuada”. Além da expansão urbana o autor destaca a constituição do circuito rap do Distrito Federal, no momento em que “o RAP já havia adquirido a posição de novo elemento musical dentro da indústria cultural”.

O quarto momento dos anos 2000 até 2018 ano em que o trabalho foi publicado, destaca “a complexidade territorial metropolitana em função dos acelerados avanços das atividades terciárias na Capital Federal”, as 31 Unidades Administrativas e 2.977.216 habitantes em 2016. “As expressões urbanas do Distrito Federal, decorrentes do processo de urbanização acelerado de movimentos e mudanças pretéritos, demarcam as formas ríspidas de um novo modelo de relações socioespaciais recente” (Moyeses, 2018, p. 121). Esse momento é marcado pela consolidação do Circuito rap no DF e a profissionalização, demonstrando conseqüente força de expressão no cenário do rap.

Como outra contribuição, o referido autor apresenta a reestruturação e mudanças tecnológicas a partir das características do neoliberalismo como a questão do cidadão empresa, no que diz respeito às novas organizações dos selos do circuito rap. Destaca a concentração geográfica, as tipologias e portes dos estúdios e, para além disso as redes e relações dos produtores, todos esses dentro de uma densidade técnica, normativa e informacional. Assim, segundo Moyses (2018), as discussões trazidas sobre a estruturação e configuração do circuito do rap no Distrito Federal permitiu fazer uma leitura da metrópole, destacando a resistência nos lugares diante da questão urbana e a articulação dos que sobrevivem do rap.

Gomes (2019) após desenvolver uma dissertação na qual estuda a diversidade no interior do hip hop nas diversas regiões do país, desenvolve a tese sobre os saraus contemporâneos em São Paulo, que o autor destaca como manifestações com origem periférica diretamente ligadas a literatura marginal/periférica e ao hip hop. Nesse cenário, propõe uma abordagem ampla e multidisciplinar, dialogando com cientistas, atores sociais e os sujeitos alcançados por essa prática, destacando o que chama de “vozes”.

Nesse processo, Gomes (2019) explana sobre a relação entre o hip hop, a literatura e os saraus contemporâneos. O item em que fala sobre os conceitos utilizados para construção

apresentação do trabalho em uma articulação, segundo o autor, vai de uma escala macro para micro, passando por território, cidade, periferia, lugar, cultura e comunicação.

Analisando a relação entre o universo que envolve o hip hop e os saraus contemporâneos, Gomes (2019, p. 30) cita que

As duas manifestações partilham da mesma origem geográfica, e por vezes dos mesmos sujeitos e das mesmas reivindicações. Também estabelecem uma relação de travessia e composição muito produtiva onde uma imprime na outra traços de sua existência. O sarau se alimenta do hip-hop, tanto quanto o hip-hop se alimenta dos saraus, e a periferia, por meio de seus sujeitos periféricos, se alimenta de ambos para consolidar sua própria cultura de resistência.

Ao longo do texto, a partir das entrevistas, o autor constata uma grande convergência entre o hip hop e os saraus, sendo complementares. Assim, segundo Gomes (2019) o hip hop desenha o esboço de uma cultura de resistência que mobiliza seus atores, o rap coloca a periferia como territorialidade emergente, sendo porta voz dessa espacialidade, desse grito geográfico, sendo que os saraus desenharam novos contornos. “Essa força de várias vozes que se soma ao hip-hop, tem a capacidade de construir de fato um "lugar" periférico onde essa cultura de resistência possa habitar”. (GOMES, 2019, p. 47)

Por fim, o hip hop, que surgiu como quatro elementos, vai ganhando contornos e novas contribuições. É o caso da literatura marginal/periférica e os saraus (GOMES, 2019). Essas práticas, como práticas periféricas, são formadoras do movimento hip hop brasileiro, e têm atuação expressiva nos locais em que estão presentes, e são manifestações definidas pelas características dos lugares. O autor, ao longo do texto, consegue apresentar, tendo como referência essa relação com o movimento, a potência das vozes periféricas que organizadas, que conseguem produzir um movimento cultural amplo e complexo, sempre ligado às questões dos lugares e às questões da periferia.

Os diversos trabalhos apresentados são importantes, uma vez que abriram caminho para novas discussões sobre esse importante movimento cultural, o hip hop. Assim, o movimento de análise que parte da mobilização das contribuições de diversas pesquisas sobre a temática nos ajuda a compreender algumas características específicas do movimento hip hop e do rap em suas diversas fases e em diversas regiões geográficas no Brasil. Mais do que isso, considerando especificamente a área da Geografia, esse movimento permite entender como mobilizar esses conhecimentos em uma aproximação com a ciência geográfica, em busca de construir conhecimentos que aproximem dos elementos que caracterizam o discurso

desse movimento, da resistência e luta frente às desigualdades, e da busca feita por um segmento específico por novas formas de se relacionar e criar.

2.2 Balanço sobre os trabalhos sobre o hip hop/rap na Geografia

Parte das produções no campo de pesquisa sobre hip hop e o rap no Brasil estão concentradas nas áreas de conhecimento da antropologia, letras e história, que contribuem analisando o movimento sob diversas perspectivas, contribuições que revelam a complexidade interna, a abrangência e a efetividade desse movimento diante das questões atuais. A partir da análise dos trabalhos sobre o hip hop e o rap, especificamente no interior da ciência geográfica, também é possível observar a diversidade de concepções e abordagens, fatos que caracterizaram historicamente esta disciplina. Deste modo, é relevante destacar que existem confluências nas discussões propostas, por esse ser um movimento que precisa ser analisado diante das transformações socioespaciais.

Essa diversidade apreendida no interior do que se constituiu como movimento hip hop no país é destacada pelas pesquisas que tem como objeto o movimento específico de algumas cidades, fato que leva à compreensão de que esse movimento tem raízes ligadas ao lugar, passando e se articulando a essas realidades, carregando elementos da região quase sempre apresentando um caminho de resistência frente às condições impostas ao segmento que majoritariamente compõem o hip hop e o rap, pessoas de origem nas periferias das cidades brasileiras.

Na Geografia, a maioria das pesquisas partem da história do movimento hip hop para, a partir dessa caracterização básica, destacar as formas assumidas ao longo processo de territorialização nas diversas cidades do país, apresentando o contexto específico de cada uma das cidades em um diálogo entre estudos sobre a Geografia urbana e Geografia cultural. Nesse cenário, os estudos passam por discussões como de periferização, de segregação socioespacial e também de direito à cidade, constituindo, em diálogo com as ciências sociais, um importante arcabouço teórico para compreender a cidade, para assim discutir o movimento específico.

Esses estudos partem das mais diversas construções geográficas, sendo o contato com as produções de outras ciências sociais, que em geral, buscam métodos para construção de estratégias para analisar o movimento, como entrevistas,. Como visto no primeiro capítulo, na história da Geografia muitas foram as perspectivas de análise adotadas em busca de compreender fenômenos geográficos. Essas discussões estavam centradas no objetivo que

cada uma tinha. Entre as correntes de Geografia, pelas referências apresentadas e autores discutidos, é possível afirmar que a maioria das pesquisas partem de um viés da Geografia crítica, apresentando tanto discussões de autores que tem como método o materialismo histórico dialético quanto autores que seguem as perspectivas surgidas após o período de renovação, as pós modernas.

De acordo com o objetivo proposto, as pesquisas destacam e articulam os conceitos tidos como chave para o estudo a Geografia – espaço, lugar, território, região. Entre os trabalhos, o conceito mais utilizado foi o de lugar, muitas vezes articulado ao espaço, compreendendo as relações na atualidade entre o global e o lugar, demonstrando as contradições do presente. Além disso, ao discutir o lugar como conceito da Geografia, muitos destacam a perspectiva humanista, dialogando com as considerações de Yi-Fu Tuan e também de Dorey Massey.

O território também é utilizado nas construções de caminhos para análise do hip hop, enfatizando as relações de poder, indo além da materialidade em uma discussão que considera a dimensão da cultura como importante para compreensão das relações sociais. Outra forma encontrada em alguns dos trabalhos é a discussão do território para compreender a formação do movimento a partir da des(re)territorialização, desde a diáspora africana até a migração que levou uma grande quantidade de Jamaicanos para o Bronx. E, também, discute sua territorialização em diversas cidades do mundo, inclusive no Brasil.

Em diálogo com a contribuição de outras ciências, como já discutido, os trabalhos, dialogam, em sua grande maioria, com o conceito de sociabilidade, juventude e de cultura, amplamente discutidos nas ciências sociais, com grande contribuição da antropologia.

Assim, como consenso, podemos destacar que as pesquisas que tratam sobre o movimento destacam dois pontos centrais: a já destacada, formação do movimento, tendo destaque a ancestralidade que leva a discussões como a da diáspora dos povos africanos e da conjugação de diversas culturas, junto a elementos específicos da formação social dos Estados Unidos nos bairros pobres de Nova York na década de 1970. Sendo assim, possível afirmar a centralidade das questões raciais presentes desde a origem do movimento. E o segundo ponto de referência para se tratar do hip hop, que deve ser considerado sem perder de vista a questão racial do primeiro ponto, é a forte ligação do movimento com o espaço urbano, especialmente com os espaços das classes pobres na cidade. Como visto, muitas das pesquisas observaram que hip hop e o rap trouxeram novas formas de um segmento jovem dos bairros pobres se relacionar na cidade, constituindo novas formas de ver o mundo.

Como visto nas pesquisas apresentadas ao longo do trabalho, atualmente o hip hop está presente não só nas grandes cidades do país, no contexto de sua formação e primeiros anos que aportou em diversos países, mas também em cidades de diversos portes e funções no cenário nacional. Esse fato se deu pelo avanço do hip hop e, mais especificamente, do rap como uma das principais expressões musicais do mundo. Esse protagonismo do movimento está atrelado aos avanços tecnológicos, principalmente na informação com a popularização da internet, fazendo com que essas manifestações se repetissem em diversos contextos, inclusive fora das grandes cidades, como em cidades médias, como apontado a seguir no mapa 1.

Mapa 1 – Brasil: cidades com o hip hop estudado em Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: O autor

O mapa apresenta a distribuição espacial das cidades estudadas pelos trabalhos aqui analisados. Em uma primeira aproximação, podemos afirmar que os trabalhos geográficos se ocuparam principalmente da região Centro-Sul do país, mas que também existem trabalhos

em nível de mestrado e doutorado que passaram pela discussão de cidades das regiões Nordeste e Norte.

Mesmo não tratando especificamente das características do movimento hip hop e do rap de cinco situações geográficas que estuda, consideramos os cinco locais destacados por Gomes (2012) no mapa, pelo trabalho apresentar uma abordagem que possibilita pensar a diversidade regional e essa intensa relação das produções músicas do rap com a realidade do lugar, com as características das regiões.

Assim, a partir de um levantamento simples, de acordo com o que foi discutido nos trabalhos utilizados aqui, podemos destacar características do rap de cidades de diferentes portes e inserção no cenário nacional, como Porto Alegre (MACHADO, 2012; LAITANO; 2001), Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006), São Paulo (GOMES, 2008; GOMES, 2019), Salvador (SANTOS, 2012), Vitória (TORREAO, 2014) , Rio Claro (SP) (XAVIER, 2005), Juiz de Fora (MG) (MOREIRA, 2016), Guarapuava (PR) (TURRANETO, 2008), Dourados (MS) (VIEIRA, 2014; Gomes, 2012), Distrito Federal (MOYSES, 2018), Fortaleza, Porto Velho e Recife (GOMES, 2012).

Das pesquisas analisadas na área da ciência geográfica, as contribuições de Gomes (2012) e Vieira (2014) se destacam, pois esses pesquisadores são também atuantes no movimento hip hop. Enquanto Gomes (2012) é conhecido no meio do hip hop pelo nome de Renan Inquérito, do grupo Inquérito formado no final da década de 1990, no município de Nova Odessa (SP), Vieira (2014) tem sua participação no movimento hip hop de Dourados (MS), desde a década de 1990, quando fundou o grupo de rap Fase Terminal. Esta constatação é importante e demonstra um momento em que muitos integrantes do movimento hip hop estão tendo oportunidades nas universidades, produzindo conhecimento não só no interior do movimento hip hop mas também fazendo importantes apontamentos dentro da academia.

Dessa forma, com o levantamento bibliográfico sobre o rap, é possível afirmar que a ciência geográfica pode se apropriar da linguagem do rap em suas construções. Esse movimento de análise feito pelos pesquisadores da área já colocou pontos fundamentais através do diálogo com o movimento hip hop e com o rap, especialmente no que tange as questões sobre o espaço urbano no Brasil. Este dado pode ser estendido para a música em geral, pois existem poucos trabalhos acadêmicos utilizando a música na Geografia.

Mais do que apresentar as características do hip hop nas diversas realidades, o caminho seguido pelas pesquisas nos apresenta uma das características principais desse movimento tão atuante nas questões sociais, a de criação. Como visto, em cada cidade

discutida pelos trabalhos aqui levantados, o movimento foi sendo criado à luz da realidade do lugar, atento às necessidades cotidianas das populações dos bairros em que rebatem essas práticas, sempre carregando junto uma carga da cultura regional.

Assim, é possível apreender a forte ligação desse movimento com a questão do conhecimento como elemento estruturador e que fornece uma base, unifica e dá sentido aos outros elementos do hip hop, fato que Gomes (2012) trata como solidariedade orgânica. As formas apresentadas de como se organizam em torno de manifestações culturais e buscam incluir e discutir os mais variados temas do cotidiano pode servir como uma ponte para a ligação desse movimento que já nasce educador (ANDRADE, 1999), mas que pode contribuir para o desenvolvimento da educação em geral. Aqui, evidenciamos principalmente as questões que envolvem o ensino de Geografia.

Dessa forma, podemos ver como o hip hop moldado no Brasil por esse segmento societário específico, os jovens, em sua maioria periféricos. Para eles, o hip hop se tornou uma importante ferramenta de se relacionar com as questões do mundo e da cidade. Para além, o hip hop se constituiu como uma possibilidade de dialogar e explicar sobre os anseios e sonhos, e como forma desses sujeitos se realizarem pessoalmente e profissionalmente - inserção social.

Neste sentido, torna-se necessário direcionarmos os questionamentos relacionados até o presente capítulo para a construção de uma intervenção na realidade a partir do ensino de Geografia.

CAPÍTULO III

**O RAP, A GEOGRAFIA E A CIDADE:
CONHECIMENTO E ENSINO SOBRE AS
PERIFERIAS NO BRASIL**

A relação rap, hip hop, urbano, lugar e periferia estão centradas neste trabalho como componentes reflexivos para alcançarem diretamente a Geografia Escolar. Esse alcance é necessário por oportunizar novas fontes de conhecimento para a educação geográfica. Isto é, as questões apresentadas neste trabalho destacam como fundamental a reflexão quanto ao papel da Geografia como uma ciência que apresenta a realidade para alunos a partir de fontes diversas de conhecimentos.

A reflexão pedagógica geográfica parte necessariamente do espaço. Isso significa que ensinar Geografia requer uma compreensão da multiplicidade de fatores que compõem os lugares, nesse caso os lugares originários da periferia urbana; assim, conforme Barbosa e Azevedo (2011, p. 54):

A dinâmica espacial centrada nos postulados do materialismo histórico e dialético contribuirá para o entendimento das múltiplas relações sócio-espaciais. Assim, a espacialidade será compreendida no seu dinamismo real, já que as múltiplas relações processuais serão apontadas e investigadas.

Neste sentido, o rap do movimento hip hop fundamenta a compreensão da periferia das cidades brasileiras ao mesmo tempo em que fortalece a crítica ao estabelecido pelo modo de produção, que é essencialmente excludente. Diante disso, torna-se necessário, tal como realizado neste trabalho, apresentarmos o ensino de Geografia o mais próximo possível da realidade, conforme apontam Barbosa e Azevedo (2011, p. 57):

A relação teórica e prática do Ensino de Geografia com o marxismo parte do concreto, das manifestações cotidianas das relações sócio-econômicas e espaciais no cotidiano dos sujeitos. O concreto é o vivido, geograficamente significa o espaço experienciado pelos sujeitos ao mesmo tempo em que os sujeitos, a partir destas experiências, se projetam no espaço. A projeção do sujeito obriga-o a novas experiências com a espacialidade e, por fim, culmina em novas relações sujeito-mundo. A compreensão destas relações dialéticas torna-se possível pela mediação do conhecimento, pela construção categorial e conceitual dos elementos geográficos. Enfim, o Ensino de Geografia, pelo método materialista histórico-dialético, permite aos estudantes a compreensão de suas diferentes participações na espacialidade cotidiana, sem forçá-los à passividade, ao contrário, apontando-os para a atividade.

O método materialista histórico e dialético fundamenta a compreensão pela crítica ao estabelecido e, principalmente, pelas evidências das contradições. São inúmeros os pensadores que efetivam um trabalho crítico e colaboram para o ensino de Geografia. Assim, dentre os pensadores da educação brasileira que coadunam com o pensamento marxista, temos Demerval Saviani, que tem grande contribuição por apresentar, por meio de suas obras, sugestões para a construção e discussão da chamada pedagogia histórico-crítica. Essa teoria

do pensamento pedagógico, baseada na dialética, busca compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo, sendo que um dos seus pressupostos são as visões do materialismo histórico. Dessa forma, essa concepção busca articular elementos pedagógicos, considerando a realidade escolar, e tendo como objetivo e compromisso a transformação da sociedade.

Nesse sentido, a escola tem como papel possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado. Saviani (2007, p. 13) destaca, assim, que “[...] o trabalho educativo e o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Essa perspectiva se distancia das concepções que chama de crítico-reprodutivistas, pois a concepção não é considerada como dialética, por apresentar somente a escola como reprodutora das relações sociais de dominação e desconsiderarem a contradição que envolve esse processo, e também por seu caráter mecanicista e a-histórico. Ao contrário, as bases da pedagogia destacam e valorizam a escola como instrumento importante para as camadas dominadas. “A escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes”. (SAVIANI, 2007, p. 88)

Newton Duarte é um dos pesquisadores que se dedicou a construção de análises que passam pela perspectiva de trabalho desta teoria, destacando a educação como processo dialético e histórico, que não se reduz à reprodução da estrutura capitalista, isto é, papel de reprodução das relações sociais de produção. Nesse processo de compreender a educação para além das relações sociais de dominação em busca da superação, Duarte (2008, p. 10) afirma que os “pressupostos sobre a relação entre educação e sociedade exigem que essa corrente educacional apresenta propostas pedagógicas concretas, viáveis e coerentes com o objetivo de contribuir, através da prática pedagógica, para o processo de superação das relações sociais de dominação”.

Na história humana até aqui vivida, a ciência, a arte, a filosofia, a moral e a política, dependendo da natureza concreta que assumam em cada momento histórico, têm servido tanto à humanização quanto à alienação dos indivíduos humanos. O mesmo pode ser dito em relação ao processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos concretos dessas objetificações do gênero humano. Mas, por exemplo, a constatação da existência da alienação da ciência e do ensino da ciência não pode assumir uma uniteralidade tal que nos impeça de refletirmos sobre o papel humanizador que o ensino da ciência pode e deve ter na formação dos indivíduos. (DUARTE, 2008, p. 7)

Dessa forma, segundo Duarte (2008, p. 8), o trabalho educativo está voltado, portanto, diretamente para a formação do indivíduo, no sentido de efetivar as máximas possibilidades dessa formação, transformando-se numa constante luta contra a reprodução limitada à inserção do indivíduo na divisão social do trabalho.

Em seu livro *Educação Para Além do Capital*, István Mészáros (2008) afirma que a educação é condição para manutenção da ordem social vigente por ser através dela que os indivíduos têm contato com as perspectivas e valores que legitimam o capital. Mas também é, ao mesmo tempo, por meio dela que se torna possível pensar em outras formas de organização, formas essas que são criativas e emancipatórias. De acordo com esse pensamento, a educação seria libertadora no processo pautando a transformação do modelo econômico e político vigente, essa transformaria os trabalhadores em agentes políticos, que usam a palavra para transformar o mundo.

Nesse processo, Mészáros (2008) faz importantes discussões que apresentam caminhos para avançar para além da lógica desumanizadora do capital, que tem como fundamento o individualismo, o lucro e a competição. O autor faz importantes discussões que têm como base a busca pela construção de uma educação, elencando como eixo central o ser humano, ou seja, uma educação que deve ser continuada e permanente.

Entre as questões levantadas para a discussão sobre a educação, destacam-se duas afirmações que consideramos importantes para toda construção que explane sobre essa área: de que a educação não pode ser vista como mercadoria, fato que questiona as políticas educacionais que tentam impor a lógica do mercado em todos os níveis, como as neoliberais; a segunda, que a educação não pode ser lida no plano restrito do ato pedagógico, mas deve ir aos espaços públicos e se abrir para o mundo. Esse ponto é fundamental para a construção de uma educação que parte das necessidades do lugar. (MÉSZÁROS, 2008). Esse processo envolve pensar esta ciência e seu ensino questionando as influências de uma Geografia tradicional. Segundo Moraes (1985, p. 23), “a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao positivismo, manifesto numa postura geral profundamente empirismo naturalista”. Logo, para o autor,

Numa visão empobrecedora da realidade, reduz-se esta a mero empirismo. A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. (MORAES, 1985, p. 22)

Essa visão influenciou diretamente na construção da Geografia como ciência crítica e também a Geografia escolar, sendo que a memorização dos lugares constituiu uma das práticas comuns do ensino de Geografia do século XX. Lacoste (1989) afirmou que essa Geografia estava ao lado dos interesses hegemônicos. Primeiro, por oferecer um conjunto de conhecimentos espaciais usados pelo Estado para dominar territórios e subjugar as suas populações. E, segundo, pela escolha de conteúdos escolares, que não proporcionavam aos alunos meios de desvendar as práticas, escondendo a possibilidade dos alunos conhecer os conflitos sociais que regem a sociedade.

A despeito das aparências cuidadosamente mantidas, de que os problemas da Geografia só dizem respeito aos geógrafos, eles interessam, em última análise, a todos os cidadãos. Pois, esse discurso pedagógico que é a Geografia dos professores, que parece tanto mais maçante quanto mais as mass media desvendam seu espetáculo do mundo, dissimula, aos olhos, o temível instrumento de poderio que é a Geografia para aqueles que detêm o poder. (LACOSTE, 1989, p.22)

É incomensurável o distanciamento da universidade e da escola da realidade das periferias, com a realidade das questões estruturantes apresentadas pelo Estado no cotidiano. Por isso, a categoria lugar assume nas nossas análises, não apenas como uma categoria distante, mas, sobretudo, uma categoria de vida que se movimenta nas relações produzidas historicamente e na contradição diretiva do capitalismo.

A questão posta aqui tem relação com a busca por contribuir para a construção de uma educação e de um ensino de Geografia que possibilite a emancipação, o desvendamento de máscaras sociais (MOREIRA, 2011).

Nesse processo, é importante levantarmos a discussão sobre os documentos que regulam a educação brasileira, especialmente a parte que cabe à ciência geográfica nesses documentos. Essa leitura é fundamental para a construção de caminhos que passam pelo o que é proposto pelo Estado após diversos embates em torno da educação e pelo que se pode contribuir para avançarmos além do que está posto, tendo como horizonte a contribuição para a construção de novos caminhos para se pensar a Geografia.

3.1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): discussão e caminhos propostos para a Geografia

O projeto de educação sempre foi alvo de disputa por diversos grupos com perspectivas divergente no interior do campo educacional. Esse projeto é resultado das

diversas forças que envolvem o setor. Dessa forma, para compreender o contexto em que se constitui o projeto da Base Nacional Comum Curricular, é preciso analisar sua articulação com as diversas alterações propostas para a educação escolar brasileira nos últimos anos, que trouxeram novos arranjos para o ensino no território nacional.

Duas dessas alterações podem ser lidas no interior desse processo, articuladas a um projeto de país pretendido por grupos específicos. São elas: as recentes propostas de um Novo Ensino Médio e o congelamento nos gastos em áreas sociais por 20 anos. A primeira alteração, conhecida como o Novo Ensino Médio, foi implementada no ano de 2017, pela lei nº 13.415, que alterou significativamente alguns pontos da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), principal lei da educação nacional. Essas alterações foram alvo de muitas críticas por parte de vários setores da sociedade, principalmente pela falta de diálogo e autoritarismo no processo de tramitação, e também por não levar em consideração uma série de questões fundamentais para a população.

O outro ponto tem relação com a legislação o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55 de 2016, que ficou conhecida como a PEC do Teto, que instituiu um novo regime fiscal pelos próximos 20 exercícios financeiros limitando despesas primárias, em outras palavras, afeta os investimentos em áreas sociais por 20 anos, afetando diretamente o campo da saúde e da educação. Essa alteração está levando, ano após ano, ao sucateamento dos serviços públicos, sendo a educação afetada pelas mudanças. Essas manobras estão articuladas com as políticas de cunho neoliberal, representando ataques a direitos conquistados ao longo do último século. A educação, na visão dos ideólogos dessas propostas, deve ter caráter instrumental no sentido de se formar pessoas para a nova realidade do mundo, marcado pelas desigualdades. Suas propostas têm o individualismo e a meritocracia como valores centrais das práticas no interior da sociedade e da escola. Não é o objetivo dessa educação uma formação que leve à reflexão crítica.

Para Girotto (2018b), as recentes mudanças na legislação que organiza a educação brasileira e são influenciadas pelo o que chama, em diálogo com as discussões levantadas por José Azanha, de abstracionismo pedagógico, que é a redução da escola e a educação a apenas algumas dimensões, considerando-as completamente desligadas da história. Para o autor “o abstracionismo pedagógico tem cumprido papel fundamental na orientação das políticas educacionais brasileira [...], expressando-se, principalmente, nos mecanismos de avaliação, responsabilização docente e nas reformas curriculares apresentadas” (GIROTTI, 2018a, p. 36)

A não observação das características específicas do país no setor educacional não é um erro dessas políticas, mas está alinhada com várias demandas de setores nacionais e internacionais que vêem a educação como um dos pilares para manter seu domínio. Um dos principais grupos que atuam nas discussões são os empresários transnacionais, que buscam influenciar as políticas públicas na área da educação no Brasil e no mundo, políticas essas que estão diretamente atreladas aos ditames dos organismos internacionais, como o Banco Mundial. No Brasil, os representantes desse setor têm muita influência, estando presentes em cargos estratégicos nos órgãos estatais que elaboram e executam as políticas educacionais no país. (GIROTTTO, 2018b).

Esses atuam na esfera política com o objetivo claro de alinhar as políticas educacionais com os mandamentos do mercado, numa linha que prega o neoliberalismo como o único caminho existente para o “desenvolvimento”, sendo que a educação, para esses atores, precisa seguir os mandamentos desse mercado na busca da tão aclamada eficiência do setor educacional. Essas características estão expressas no desenho das legislações propostas por esses grupos, com rebatimento direto na organização do sistema de educação.

Giroto (2018b) demonstra como o fracasso escolar é colocado como uma responsabilidade exclusiva dos professores e como é utilizado para alavancar propostas como a questão do notório saber, que leva à discussão do papel do professor como reproduzidor dos conteúdos ditados pelas bases amplamente influenciadas pelos atores, que desconsideram totalmente a importância da qualificação pedagógica. Esses argumentos, segundo o autor, propositalmente desconsideram outras dimensões que envolvem a prática pedagógica, como os baixos salários e a falta de estrutura nas escolas.

Dessa forma, Giroto (2018b, p. 161) afirma que

Tal lógica de contenção dos investimentos em educação está no centro do atual ciclo de reformas educacionais que vêm sendo postas em prática na América Latina nos últimos anos. Trata-se de uma lógica construída a partir de uma nova concertação política, na qual se destacam, como principais agentes, o empresariado transnacional e as diferentes organizações criadas, por eles mesmos, para difundir um discurso com vistas a elencar os princípios da nova gestão pública como modelo a ser seguido na educação em suas diferentes escalas de realização.

Essas contenções afetam diretamente os países da periferia do sistema capitalista, que apresentam desigualdades enormes no setor educacional, como o Brasil. O não investimento por parte do Estado para melhorias no setor educacional afeta principalmente a camada mais pobre da população, já marginalizada por diversos processos. O discurso trazido por essa

ideologia individualiza a culpa por todos os problemas, sempre atrelando à questão da pobreza. Assim,

Os pobres são culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os corruptos pela corrupção; os faceados pelas violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social. Ambos passam a ser considerados variáveis dependentes de um conjunto de opções individuais através das quais as pessoas jogam dia a dia seu destino. (GENTILI, 1999, p. 7)

Na contramão dos projetos recentes apresentados para o setor educacional, que reduz a escola à imagem de mundo projetada pelos ideólogos do neoliberalismo, culpabilizando o professor e o aluno como pelo fracasso educacional, Giroto (2018a) propõe abordar a escola como território de luta, propondo que a relação contraditória entre a educação e a sociedade seja colocada no centro da análise. Esse enquadramento permite pensar em relações com a escola pública de qualidade como um direito a ser defendido.

Em relação às disciplinas, podemos afirmar que essa lei, por priorizar um saber instrumental voltado para legitimação do modelo neoliberal e ao mercado de trabalho no nesse período, organiza uma série de conhecimentos que são essenciais e outros que não precisam ser prioridades. Essas escolhas contribuíram para para um processo de marginalização de algumas disciplinas escolares no currículo básico. A Geografia, por exemplo, é uma das disciplinas que aparecem de forma secundarizada nos documentos.

Ao deixar o conhecimento geográfico e outras conteúdos que envolvem a área de humanidades deslocados, o que se pretende é propor uma formação que dificulte uma leitura crítica da realidade, pois essas disciplinas têm um potencial de trazer leituras de mundo essenciais que podem levar a uma visão autônoma por parte do estudante. Essas leituras são fundamentais para um projeto de educação que visa ser libertador e que contribua com a formação integral dos estudantes para além das características que o mercado dita para a educação.

Assim, a BNCC foi elaborada nesse contexto social, sendo uma expressão das contraditórias discussões sobre a educação no período, sob a influência de diversos atores do setor educacional. Sendo um dos documentos que regula a educação nacional, propõe e estabelece os conteúdos essenciais para os sistemas e redes de ensino no Brasil. Ou seja, determina o que deve ser ensinado no Ensino Básico, o que o Estado chama de competências que cada aluno precisa dominar. Para atingir os objetivos, a Educação Básica é dividida em

três etapas, são elas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O documento foi aprovado e homologado no ano de 2017, em meio a intensos debates em diversos segmentos do setor.

A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada recentes na legislação, está a ampliação da carga horária do ensino de 800 horas para 1400 horas anuais, divididas em pelo menos 200 dias letivos. A questão da extensão da carga horária, no período de elaboração, foi criticada por representar uma contradição, enquanto há a redução de gastos em diversas áreas, inclusive a educação essa extensão pode representar uma precarização de tudo que envolve a educação. Ocorrem, no entanto, problemas concretos relativos a tal propositura na sociedade brasileira. Um deles refere-se a que, apesar de a extensão da jornada ser, em si, medida positiva, observada a recomendação do PNE, as condições existentes nas redes públicas de ensino brasileiro, do ponto de vista tanto da infraestrutura das escolas quanto das condições de trabalho e da carreira dos docentes, bem como de oferta de alimentação adequada aos alunos, mostra ser tal meta de difícil execução. (FERRETTI, 2018, p. 28)

A estrutura geral proposta para o documento é representada por uma parte comum, que é a base nacional comum (conteúdos comuns para todos os estabelecimentos de ensino) e uma parte diversificada no currículo escolar, que envolve as características regionais e locais, a ser construído considerando a realidade local, vinculado às propostas da base. Os conhecimentos estão organizados em quatro áreas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas.

Entre as críticas tecidas sobre o processo de elaboração tanto do projeto de um Novo Ensino Médio como o da Base Nacional Comum Curricular, há a construção pouco democrática, que ignora muitos atores importantes no debate sobre o setor educacional e os conhecimentos desenvolvidos com os avanços trazidos pelas discussões sobre o currículo e a educação em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Geografia. Outra crítica recai sobre a não observação do que foi construído no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que tem como uma de suas funções estabelecer metas e caminhos para educação escolar na período.

A ciência geográfica é enquadrada no documento como um componente da área das ciências humanas, enquanto as outras grandes áreas gerais integradoras da BNCC, compostas por outros componentes, são Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza. No texto sobre a Geografia, o documento destaca a necessidade de desenvolvimento de um raciocínio

geográfico, que é colocado como a forma dos alunos pensarem espacialmente. Esse raciocínio está ancorado, segundo o texto, em uma série de princípios para compreender os aspectos da realidade, entre eles: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

O texto apresentado afirma que “ao desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza”. (BRASIL, 2018, p. 360). O conhecimento da Geografia está organizado no interior do documento tendo como os principais conceitos desenvolvidos na história dessa ciência espaço, região, território, lugar, paisagem e natureza.

Assim, tendo como um dos objetivos superar a aprendizagem com base somente na descrição dos fenômenos geográficos, o texto se apresenta dividido em cinco unidades temáticas, que são: o sujeito e o seu lugar e no mundo; conexões e escalas; mundo do trabalho; formas de representação e pensamento espacial; natureza ambientes e qualidade de vida. “Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana”. (BRASIL, 2018, p. 364).

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação). [...] No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça (BRASIL, 2018, p. 365)

O que se espera das etapas do ensino fundamental para a área da Geografia entra em contradição com a questão dos discursos presentes na elaboração do conhecimento, fato que demonstra as contradições que envolvem o processo educacional. No entanto, sempre há resistência diante das imposições.

A partir dessas questões, o texto propõe um arranjo para as competências específicas para a Geografia que estão integradas às do ensino fundamental e às das ciências humanas, vistas no Quadro 2.

Quadro 2 – Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental

1	Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercer o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2	Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3	Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4	Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5	Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6	Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
7	Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL (2018)

O texto da legislação coloca que o que se espera para esta etapa da formação em Geografia é que o conhecimento geográfico “possa contribuir para o delineamento do projeto de vida dos jovens alunos, de modo que eles compreendam a produção social do espaço e a transformação do espaço em território usado”. (BRASIL, 2018, p. 368).

Aqui nosso objetivo é levantar alguns pontos especificamente a respeito do conteúdo que envolve as cidades. O documento traz competências, habilidades e objetivos muito generalizados, fato que dificulta o desenvolvimento de um ensino de Geografia que possa contribuir para alavancar a cidadania ou autonomia. Por almejar ser uma base comum, o documento precisaria ser mais robusto, menos generalista, trazendo as contradições presentes em cada uma das discussões geográficas que propõe.

A organização proposta pelo documento como uma das possíveis formas de abordar a Geografia nas escolas apresenta um conteúdo ligado à questão urbana de maneira fragmentada, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. Enquanto nos anos

iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, o documento dedica e elenca algumas habilidades que passam pela compreensão de fenômenos ligados à cidade. Nos anos finais (6º ao 9º ano), cujos responsáveis são os professores com formação específica na disciplina, o conteúdo é integrado a outras discussões, de forma que o ensino de Geografia não é tratado como uma questão central.

Nos últimos anos do ensino fundamental, poucas habilidades que os alunos precisam desenvolver passam por um conhecimento específico sobre o espaço urbano. Muitas vezes, ele é vinculado nessa etapa à questão da unidade temática do mundo do trabalho.

Pelas habilidades descritas no texto, é possível afirmar que ao tratar aspectos do espaço urbano, preza-se por uma discussão embasada especificamente pelo viés econômico, deixando pouco espaço para discussões construídas por meio de outras dimensões, como a da cultura. A consideração desse aspecto pode abrir caminho para a concepção de discussões que considerem a dimensão econômica como um dos fatores importantes, mas que também apresente a importância de se atentar a outros elementos para compreender o espaço geográfico.

Somente uma das habilidades colocadas tem como questão importante a discussão sobre a segregação socioespacial no espaço urbano, mas as formas como estão dispostas pode prejudicar a construção de um “raciocínio geográfico” sobre aspectos ligados ao espaço urbano, muito pela questão da fragmentação.

Outra questão é a quase inexistente abordagem dos movimentos sociais, movimentos de bairro, organizações sociais no aspecto do espaço urbano e rural. A Geografia apresentada através dos objetos e habilidades parece ser constituída e discutida sem as pessoas, analisando os dados estatísticos e pouco tratando das condições proximamente à população e ao dia-a-dia dos alunos.

Para o Ensino Médio, o documento não trabalha com as disciplinas separadas, apenas coloca a Geografia na área das ciências humanas e sociais aplicadas integrada aos conhecimentos da Sociologia, Filosofia e da História. Dessa forma, busca que a integração dos conhecimentos da área desenvolva a “capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade”. (BRASIL, 2018, p. 561).

Como visto, o deslocamento de algumas disciplinas como fundamentais como Português, Matemática e outras que podem ser substituíveis, especialmente quando tratamos sobre humanidades, é uma manobra que, partindo da marginalização do conhecimento dessas

áreas, visam um ensino com base especificamente técnica sem prezar por uma formação ampla do estudante.

Na constituição da base para o ensino médio, tratando sobre a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o documento destaca as categorias que considera importantes para o desenvolvimento das discussões para a área. São elas: Tempo e Espaço Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho.

As competências específicas para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao propor tratar as questões de forma integrada, trata alguns aspectos geográficos específicos, destacando a importância de um raciocínio geográfico. Quanto a aspectos relacionados à questão urbana, no que tange as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o documento não estabelece nenhum ponto que prioriza a questão das cidades como fundamental para a aprendizagem dos alunos.

Mesmo no interior das ciências humanas, a Geografia fica à margem das diversas discussões, com o documento observando e citando em alguns aspectos o raciocínio geográfico para as discussões. A forma que foi finalizada essa integração de diversas disciplinas nas áreas de conhecimento limita as possibilidades da Geografia no ensino médio. O exercício de construção da cidadania é destacado tanto no texto específico para a Geografia no ensino fundamental, quanto as discussões sobre a base nacional que essa disciplina.

Como visto, essa lei é criticada por diversos atores da área educacional que afirmam e denunciam que ela tem como principal objetivo “ocultar um dos principais problemas da educação pública brasileira, a desigualdade das condições de ensino e aprendizagem as quais estão submetidos milhares de professores e alunos em todo o país”. (GIROTTTO, 2018a, p. 16). Uma política educacional no contexto nacional precisa ter como base o combate às desigualdades educacionais, além de dar condições para o acesso e para a permanência na escola. No entanto, as propostas de modificação na legislação educacional se distanciam das propostas discutidas por movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade.

É nesse sentido que Giroto (2018, p. 170b) afirma que “ao contrário, o objetivo é fazer com que os estudantes desenvolvam certos valores que interessam aos agentes do mercado de trabalho, fomentando a competição e ampliando a responsabilização dos sujeitos pelos seus sucessos e fracassos”. Por isso, o autor propõe sempre levar em consideração uma crítica profunda da contradição entre a educação e a sociedade como uma das possíveis formas de pensar novos caminhos.

É comum na literatura especializada o argumento que aponta que, para uma efetiva mudança na educação, esta não deve ser pensada destacando exclusivamente uma alteração

nos currículos e nos conteúdos escolares. Deve-se considerar todo o contexto escolar, que envolve múltiplas dimensões desde questões de estrutura e investimentos, até questões de carreira e formação docente.

As recentes alterações na legislação educacional no Brasil tentam minimizar os efeitos de disciplinas que podem levar a reflexões e à autonomia dos estudantes, como a Geografia. Nesse processo de marginalização, deixa-se de lado uma formação integral em detrimento de uma formação tecnicista. No processo de agrupamento de disciplinas, da maneira como foi pensado, perde-se, considerando o conhecimento geográfico, importantes conteúdos que são importantes para uma formação ampla. Entre esses conteúdos, destacamos aqui a abordagem fragmentada e demasiadamente economicista proposta para o espaço urbano no ensino Geografia. Essa é uma das áreas em que a Geografia pode contribuir, trazendo para o centro da análise mais do que dados econômicos, mas diversas dimensões do que se constituiu como o espaço urbano ao longo do tempo.

Diante disso, temos o rap como construção também de conhecimento e como forma de ensino de Geografia. As publicações institucionais apontam uma homogeneização das fontes de conhecimento e não têm a preocupação com as especificidades de cada região ou local. Segundo Barbosa e Azevedo (2011, p. 65-66):

A homogeneização do Ensino, quanto aos conteúdos e didáticas, é obstáculo considerável para o melhor êxito do processo ensino-aprendizagem. As exigências educacionais institucionais “pasteurizam” as experiências dos estudantes como se houvesse a homogeneização das condições sociais, econômicas, políticas e culturais das classes, ao mesmo tempo em que o discurso oficial, a partir das exigências do modo de produção capitalista, cria uma perspectiva para os estudantes.

Por isso, o rap como expressão estética, artística, cultural, social, histórica e geográfica pode contribuir com a organização da educação geográfica como forma de compreender as especificidades do urbano e mais precisamente de um espaço urbano periférico.

3.2 O rap: música negra

Como vimos o caminho adotado para uma aproximação com o rap é a análise do conteúdo de suas composições. O quadro 3 apresenta as canções selecionadas no processo:

Quadro 3 – Letras analisadas

Grupo/rapper	Música	Ano
GOG	Dia dia na Periferia	1994
GOG	Periferia segue sangrando	1996
Racionais MCs	Periferia é periferia em qualquer lugar	1997
RZO	O trem	1999
Oz Guarani	Guerreiro	2007
Bro MCs	Tupã	2009
Bro MCs	A vida que eu levo	2009
Inquérito e Rael	Cidade sem cor	2014
Thiago Elninõ, Raony e Keops	Condado dos Surdos	2017
Thiago Elninõ, Sant e KMKZ	Pedagoginga	2017
Inquérito e Z. Baleiro	Vitrines	2018
Preta Ary	Emergência	2019
Emicida, Majur, P. Vittar	AMARElo	2019
Emicida e F. Montenegro	Ismália	2019

Fonte: o autor

Entre as características que o rap assumiu ao longo dos anos, a diversidade das construções no interior do universo que envolve essa expressão o marcaram. Essa questão, de certa forma, é que traz uma linguagem sempre renovada de diálogo com as questões do nosso tempo, sendo que esse está sempre se transformando, criando novas formas de se relacionar com o cotidiano da juventude no país, promovendo um caráter eminentemente social e que revela o lócus geográfico com toda a sua espacialidade.

Ao considerarmos esse caráter social da música, contribuímos no processo de construção de caminhos para o ensino, estamos destacando a música como importante meio para analisar e compreender o espaço geográfico. O rap como expressão periférica e negra nos aproxima e possibilita uma leitura desse espaço que efetiva novos elementos para a sua compreensão e definição.

Tratando especificamente sobre esse fenômeno da música no território nacional, Guimarães (1999, p. 11) cita que “a força da linguagem musical no Brasil reside em sua capacidade de difundir ideias muito além do que são capazes quaisquer outras formas de ações ou organizações, sejam política ou culturais”. Nesse processo, o autor destaca o importante papel da música como um forma de organização social dinâmica que consegue abarcar e atingir muitas pessoas.

Assim, o rap tem atingido cada vez mais diversos segmentos da população, mas é exatamente para os periféricos que ele tem maior efetividade e potencialidade ao se constituir

como alternativa de lazer e reivindicação de direitos. Dessa forma, o ensino de Geografia não pode se furtar da responsabilidade para com as especificidades do rap, dada sua origem epistemológica e seu dinamismo centrado no espaço e na categoria lugar; assim, ensinar Geografia pelo rap é uma possibilidade de ampliar o conhecimento da cultura processada periféricamente, mas originária da exploração capitalista.

Fuini (2016, p. 306) destaca que a música e os seus diferentes elementos, ritmos, sons, letras e movimento, podem ser considerados em estudos da Geografia, “uma vez que podem alimentar com elementos fatuais e processuais de ordem social, cultural, econômico e histórica a reflexão com base em conceitos fundamentais de explicação da realidade socioespacial (espaço, lugar, paisagem, região e território)”. Esse fato abre caminho para a utilização das músicas na Geografia, pois estas podem contribuir para as discussões propostas pela área. A discussão do rap nesses termos colabora para o desenvolvimento de ideias e para a busca por transformação social.

Nesse movimento, um dos autores que contribuíram no interior da Geografia para pensar essa relação entre Geografia e música é Dozena (2016) que organiza o livro “Geografia e Música: diálogos”, que tem como objetivo destacar as relações entre as duas áreas. Assim, o autor pensa

na possibilidade do entendimento de que Geografia e música são transversais à vida humana em suas múltiplas dimensões: sons, sentidos, espacialidades, ritmos, fluxos, melodias, etc., que se constituem em diálogos possíveis de práticas que enredam as experiências vividas espaço-sonoramente. (DOZENA, 2016, p. 8)

Nesse cenário, segundo o autor, o diálogo entre as duas áreas pode transcender os limites das disciplinas acadêmicas, tornando-se campos com possibilidade de estabelecimento de uma comunicação plural e motivadora. O rap, aqui pensado, pode tanto ajudar na elaboração de questões geográficas como, para além da Geografia, abrir caminho para abordagens transversais essenciais para as construções científicas, especialmente para o desenvolvimento de discussões pedagógicas.

Como visto, o movimento de análise aqui proposto parte da ideia de pensar o ensino de Geografia a partir do diálogo com o rap, destacando especificamente sua importante contribuição para a discussão e compreensão do espaço urbano. As letras selecionadas trazem amplas contribuições que não se limitam à questão do espaço urbano, levantando diversas temáticas importantes, entre elas educação.

O trecho a seguir, da música de Thiago Elninõ, Sant e Kmkz, traz uma reflexão sobre alguns problemas no interior da educação do ambiente escolar.

Alforriaram o nosso corpo, mas deixaram as mentes na prisão
 Não! Abre logo a porra do cofre
 Não to falando de dinheiro, eu falo de conhecimento
 Eu não quero mais estudar na sua escola
 Que não conta a minha história, na verdade me mata por dentro
 Me alimento da sabedoria de entidades de terreiro
 Sou guerreiro da falange de Ogum, zum zum zum
 Capoeira mata um, mata mil
 Pedagoginga na troca de informação
 Papo de visão, nossa construção
 Passa por saber quem somos e também quem eles são

[...]

Mano, vou te falar ein, ô lugar que eu odiava
 Eu não entendia porra nenhuma do que a professora me falava
 Ela explicava, explicava, querendo que eu
 Criasse um interesse num mundo que não tinha nada haver com o meu
 Não sei se a escola aliena mais do que informa
 Te revolta ou te conforma com as merdas que o mundo tá
 Nem todo livro, irmão, foi feito pra livrar
 Depende da história contada e também de quem vai contar
 Pra mim contaram que o preto não tem vez
 E o que que o Hip-Hop fez? Veio e me disse o contrário
 A escola sempre reforçou que eu era feio
 O Hip-Hop veio e disse: Tu é bonito pra caralho
 O Hip-Hop me falou de autonomia
 Autonomia que a escola nunca me deu
 A escola me ensinou a escolher caminhos
 Dentro do quadradinho que ela mesmo me prendeu¹¹

Uma das questões sempre presentes na letra é a forma como o movimento hip hop oferece para os seus integrantes a possibilidade de aprender sobre diversas histórias de várias pessoas que a educação formal muitas vezes não abarca de forma aprofundada. Como o conhecimento é valorizado no interior desse movimento, sendo um elemento central, entre as diversas manifestações sempre houve uma aproximação com a história dos negros e negras que construíram a história, destacando desde Martin Luther King e Malcolm X, nos EUA, até Zumbi e Dandara, no Brasil. Sobre essa questão, o membros do movimento têm conhecimento sobre a história dos negros e de suas lutas como prioridade, trazendo para o centro da discussão questões que envolvem o racismo presente também nas escolhas do que é necessário e prioridade ao ensinar.

¹¹ Thiago El Ninõ, Sant e Kmkz. **Pedagoginga**. Rio de Janeiro: Pombos Inc, 2017.

Podemos aqui ainda estender uma crítica em relação a uma escola e educação construídas sob o métodos positivistas, que partindo de uma noção de neutralidade contribui para a construção dos “quadrinhos” que, em uma aproximação, pode significar a manutenção da estrutura do conhecimento que segrega. A questão de romper com a estrutura, “o cofre”, possibilita pensar o papel importante do conhecimento dado nesse contexto.

Para além disso, o rap, como elemento de educação não formal, contribui para a crítica e questionamento sobre a educação formal que temos, etapa importante para levar a avanços. No país, ainda há muitas desigualdades quando tratamos aspectos relativos à educação, que deve acontecer numa dimensão que leve em conta a resistência e a luta contra uma educação que visa manter e preservar a estrutura social vigente, desigual.

Como visto no item sobre a história do hip hop e do rap, a questão da ancestralidade e da diáspora negra são elementos que constituíram e estão presentes em diversas composições, que em certo ponto estão ligados ao trecho “escola que não conta minha história” e ao movimento de saber “quem somos e saber quem eles são”. A música critica a imposição de conhecimento que não valoriza a história e conquista dos negros e negras no Brasil e no mundo.

A composição a seguir, de Preta Ary, tem a construção voltada para o combate ao racismo

É entende já cumprimos pena
 Mesmo sem crime ou passar no Datena
 A cor da minha pele é que é o problema
 Ter nascido preto é que nos condena
 Fardo pesado defeito da cor
 Mas que defeito se sou feito amor
 Mundo invertido onde um povo sofrido
 Tem que ter no grito respeito e valor
 É ter referência na escola e na tela
 Não só lembrar da senzala e favela
 Sou descendência realeza bela
 Dita Justina, Mahin e Benguela¹²

O racismo é ainda uma realidade promovida pelas condições de classe e organizado de tal forma que muitas pessoas, que não sofreram racismo por não serem negras, negam sua existência. Há, portanto, no ensino de Geografia, uma lacuna considerável quanto ao combate ao racismo, pois na maioria dos livros didáticos e das publicações institucionais “a cor da

¹² ARY, Preta. **Emergência**. São José dos Campos, SI, 2019.

pele” não é trabalhada como condição reflexiva de um país essencialmente racista. Essa letra composta por Preta Ary tem elementos fundamentais para serem discutidos em sala de aula e ampliados em sociedade por tratar de uma espacialidade que é também racista, ou seja, o racismo também precisa ser combatido diante de seus elementos especializantes.

Essas composições, assim como diversas ações em diversos elementos do hip hop, trazem para o centro do debate a discussão sobre as relações raciais, temática tão cara para o hip hop. Esses elementos são importantes para a compreensão da sociedade brasileira. Como visto, desde sua formação e ao longo do seu desenvolvimento o hip hop ficou marcado pela questão racial, tanto no contexto dos Estados Unidos como no contexto do Brasil. Isso faz com que os discursos presentes nas letras de rap tenham forte cunho racial.

Sem levar em consideração essa questão, aliás, é impossível compreender a dinâmica do que se constitui como espaço urbano no Brasil. Junto às relações de classe, é sempre importante considerar a questão da raça como elemento estruturante e determinante para entender a sociedade brasileira. Em sua história, as práticas do hip hop e do rap sempre pautaram a raça como elemento definidor de suas relações com a cidade e com o mundo.

Dentro desse cenário, permeado pela questão da raça, a autoestima e a autonomia são tidas como importantes nessa composição e em outras ações dentro do movimento hip hop. São fundamentais por desvendar o racismo e sempre ser a resistência a esse processo, valorizando a cultura negra. Parte das composições passam por essa discussão, que é, desde a origem, um dos guias para constituição das práticas. Essas questões vão ao encontro as palavras de Gilroy, que afirma que

Para os negros, a produção cultural pode ser tomada como esteio para as maneiras de “buscar a liberdade” em um contexto social que decidiu desumanizá-los, torná-los coisas: a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravizados e da sua história cultural. (GILROY, 2001, p. 129, apud. SOUZA, 2011, p. 42)

As palavras do autor demonstram como a arte sempre foi utilizada por parte da população negra como forma de resistência, como forma de humanizar e de inverter as imagens criadas historicamente sobre essa população. O rap e o hip hop, como produto dessa cultura política, fazem parte dessa constante busca de liberdade em diversos contextos em que o racismo produz essa lógica desumanizadora.

O rap tem, portanto, suas origens ligadas a essas práticas culturais de busca por liberdade. O trecho abaixo, de Ismália, composição de Emicida, tem diversos elementos que apontam essa luta que vai além do rap, mas que nele ganha um importante aporte na busca

pela superação das condições de violência às quais grande parte da população está exposta, especialmente da população negra e pobre.

Deixou a falha e quer migalha de quem corre com
fratura exposta
Apunhalado pelas costa
Esquartejado pelo imposto imposta
E como analgésico nós posta que
Um dia vai 'tá nos conforme
Que um diploma é uma alforria
Minha cor não é uniforme
Hashtags #PretoNoTopo, bravo!
80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo
Quem disparou usava farda (mais uma vez)
Quem te acusou nem lá num tava (banda de espírito de porco)
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada
[...]

Primeiro 'cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, 'cê para ele
E manda eles debater com a bala que vara eles, mano
Infelizmente onde se sente o sol mais quente
O lacre ainda 'tá presente só no caixão dos adolescente
Quis ser estrela e virou medalha num boçal
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral
Um primeiro salário
Duas fardas policiais
Três no banco traseiro
Da cor dos quatro Racionais
Cinco vida interrompida
Moleques de ouro e bronze
Tiros e tiros e tiros
O menino levou 111 (Ismália)
Quem disparou usava farda (Ismália)
Quem te acusou nem lá num 'tava
É a desunião dos preto junto à visão sagaz
De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais”¹³

O rap e o hip hop se desenvolveram no território nacional tendo como parte constituinte de suas práticas o cotidiano das periferias. Esse fato explica a sistemática luta antirracista desenvolvida no interior desse movimento.

A letra do rapper Emicida apresenta esses elementos, denunciando diversos casos de violência do Estado através da política militar contra jovens negros. Entre os casos citados estão os da família em momento de lazer que foi metralhada pelo Exército no Rio de Janeiro,

¹³ EMICIDA.; MONTENEGRO, Fernanda. **Ismália**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

e cujo carro em que estavam foi atingido por 80 tiros, deixando duas pessoas mortas (JUCÁ, 2019). O outro caso destacado pela letra refere-se ao assassinato de cinco adolescentes que saíram para comemorar o primeiro salário de um deles e acabaram tendo o carro em que estavam alvejado por 111 tiros da polícia militar no Rio de Janeiro (ZUAZO, 2020).

Os diversos casos apontados nas letras revelam a dimensão da violência praticada pelo Estado nas diversas cidades do país. O rap faz essa ponte por ainda representar uma das vozes dos periféricos, que gritam contra toda as formas que esse Estado criminaliza, marginaliza e assassina os negros no país. Essa ponte racial é uma das formas de resistência que serve de base para, além de denunciar, fazer uma leitura da origem da violência como externa, e não intrínseca aos locais e à população que afeta. O rap é uma das vozes dos que quiseram “tocar o céu, mas terminou no chão”.

As duas composições apresentam algumas dimensões que envolvem a experiência negra em um país marcado pelo racismo. Esse elemento encontra a questão de que uma análise sobre o Brasil precisa passar por uma discussão em que o racismo é considerado sempre como estrutural. Almeida (2018), ao citar o racismo estrutural, explica que é um processo histórico que deve ser analisado como elemento que integra econômica e politicamente a sociedade.

Debatendo sobre o esforço de interpretação da questão racial no século XXI e atuação do movimento negro nesse processo, Santos (2012) afirma a importância das lutas do movimento na construção das chamadas políticas afirmativas que vêm contribuindo para releituras da questão das relações raciais e sobre o próprio Brasil, destacando os impactos sociais do racismo.

Sendo a “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a Geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço. Revelar estas espacialidades é tarefa da Geografia (SANTOS, 2012, p. 38)

Assim, como mencionado, é fundamental que as análises sociais e espaciais considerem a raça e o racismo. Para o Santos (2012, p. 48), o racismo pode ser lido como um “sistema multidimensional de classificação social, que tem em traços corpóreos o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social”.

Por conta de o rap se constituir como uma linguagem que carrega esse forte discurso antirracista, abordando muitas vezes questões propostas pelo movimento negro no Brasil, ele

pode ser um dos caminhos para a construção de abordagens geográficas que levem em consideração as importantes leis 10.639/2003¹⁴ (atualizada pela 11.645/2008) que tornam obrigatório o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras. Por sua origem negra, esse é um dos caminhos que podem ser seguidos pela Geografia para que seu ensino aborde questões fundamentais para se compreender o país e buscar transformá-lo.

É essa sociedade economicamente desigual que produziu a suposta inferioridade racial como elemento da preferencialização econômica. Ao negro coube o papel inferiorizado, que o rap vem questionar e propor resistência. E a periferia, que se torna o lugar geográfico da materialização dessa extrema exploração, é o palco para suas reivindicações e ações, que podem ser lidas como um grito de liberdade.

Porém, para além de muitas vezes apresentar questões relativas ao lugar, um retrato do cotidiano das periferias do Brasil, o rap demonstra também a busca desse povo periférico pela sobrevivência e por esperanças que vão além do imposto às periferias. Pela lógica dominante da produção do espaço, na periferia se criam as condições para “(re)existir”, e o hip hop é uma dessas condições.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes,
 que nem devia tá aqui?
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir¹⁵

Achar que as mazelas (as explorações e dominação que sustentam o sistema econômico e político) definem as pessoas que as sofrem “é o pior dos crimes”, pois é considerar que não existe resistência, que o sofrimento é natural e que não há vida além dele. Essa questão é fundamental para analisar as composições do rap, que representa, junto a outros elementos do hip hop, um movimento de criação constante.

¹⁴ A lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura africana e afro-brasileira. Santos (2012) coloca a lei 10.639/03 como importante instrumento conquistada pelo movimento negro na luta contra o racismo.

¹⁵ EMICIDA.; MAJUR.; VITTAR, Pablo. **AMARElo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

Como já discutido, há uma grande variedade temática no interior do rap, pois ele consegue abarcar diversas discussões que envolvem pautas relacionadas às questões do mundo. As palavras apresentadas na canção acima têm como pano de fundo as questões LGBT. O rap se apresenta como uma ponte de expressão entre essa juventude que o produz e o mundo, sendo fundamental por dialogar com diversos aspectos do cotidiano da população.

Dentro desse universo diverso em que o rap foi construído, diretamente ligado às questões de seu tempo, uma das dimensões que o caracterizam é sua estreita relação com as cidades. Como visto, o rap se desenvolveu inicialmente ligado às características dos bairros pobres de Nova York e tem seu lugar atrelado às periferias. O mesmo acontece no Brasil. Com tanto conteúdo ligado à cidade, as músicas do rap podem ajudar na construção de novas abordagens no ensino de Geografia.

3.3 Ensino de Geografia e o rap: espaço urbano, periferia e diversidade regional

As pesquisas apresentadas no segundo capítulo na área da Geografia sobre o rap e o hip hop no Brasil têm grande contribuição para a compreensão dessas manifestações. Algumas delas trazem para o centro de suas discussões a análise das características do movimento em diversas cidades, com realidades diversas, em um país com dimensões continentais, marcado pelas disparidades regionais. Em cada um desses locais, como visto, há um movimento atento às necessidades das pessoas e que dialoga com algumas características trazidas pelo conhecimento produzido pelo hip hop mundial. Dessa forma, as questões gerais do hip hop se misturam às questões específicas e cada lugar.

Acreditamos que a abordagem do rap como mediador para discutir o ensino de Geografia pode ter como um dos caminhos a consideração dessa estrutura que leva o movimento hip hop a ter contato com diversas escalas, desde a mundial até a local, sendo uma experiência extremamente rica para dialogar com a educação. Nesse ponto, nos interessa constatar algumas características gerais do movimento no Brasil, bem como perceber análises específicas sobre as cidades, desenvolvidas por quem vive nelas. Assim, poderemos entender as lutas específicas das pessoas de cada lugar, ultrapassando o conceito generalizado de cidade.

Ao longo de seu desenvolvimento o discurso do rap foi moldado, evidenciando seu posicionamento crítico em relação às desigualdades que marcam o país. Entre os temas comuns nas composições que discutem o espaço urbano, estão os problemas que afetam o

dia-a-dia das pessoas que habitam diversos bairros periféricos no país, entre eles: a crítica ao transporte público precário, a falta de acesso à moradia e moradias precárias, saúde pública, segurança pública e desemprego. Esses temas podem ser constatados em letras de diversos períodos do rap no Brasil, demonstrando que são estruturais, oriundos de uma produção do espaço urbano capitalista que marginaliza milhões de pessoas no país.

Essa condição de um movimento conectado às diversas escalas é potencializadora de uma abordagem geográfica crítica sobre o espaço urbano. Por um lado permite compreender as contradições presentes no processo de urbanização e as características dessa produção do espaço urbano, e, por outro, possibilitar um diálogo com as questões mais próximas. Pois, como vimos, nas produções podemos constatar uma visão de cidade, especialmente das questões que afetam parte da população que vive nas periferias

Esse é um ponto importante, pois partindo dele podemos evidenciar um ensino de Geografia que discuta as desigualdades, as diferenças, as classes e as raças que ocupam determinadas parcelas da cidade e, assim, conseguir explicar os processos responsáveis pela formação desses espaços. Essa aproximação com as composições do rap possibilita o destaque de alguns fatores que muitas vezes fogem da construção do ensino, como a visão de cidade dos que habitam as periferias. Nesse caminho, o ensino da Geografia, pode se nutrir nesse diálogo, observando cada vez mais dimensões no processo de compreender e ensinar sobre a cidade.

Como visto, o hip hop é um movimento que já nasce no contexto estadunidense ligado às condições do espaço urbano, e chega a diversas cidades brasileiras tendo esse como palco para o desenvolvimento de suas ações, que em muitos casos estão voltadas na busca por melhorias nas condições de vida da população do lugar onde é produzido, do qual os integrantes fazem parte.

Carlos (2011) afirma que no embate entre o que é bom para a sociedade e o que é bom para o capital é que o urbano se produz, é onde a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração. Nesse sentido, para a autora a cidade deve ser analisada como produto de lutas, resultado da produção do espaço urbano. Assim,

O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes faz dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade (CARLOS, 2011, p. 71)

O hip hop, como um movimento que representa um segmento específico da população urbana, faz parte dessas lutas responsáveis pela produção do espaço nas cidades. As contradições que envolvem o processo de produção do espaço são fundamentais para se pensarem as resistências que podem ser constatadas a dimensão do lugar. Assim, podemos afirmar que “as relações com o lugar são determinadas no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro; a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza”. (CARLOS, 2011, p. 73)

No trajeto de analisar e pensar a cidade na perspectiva da educação, é importante considerar os diversos grupos que a produzem. Aqui destacamos que a experiência do movimento hip hop e o rap podem contribuir com a parcela do qual a Geografia escolar tem responsabilidade sobre a compreensão e o ensino da cidade. Dessa forma, é importante a noção que “estudar a Geografia de uma cidade é compreendê-la em suas particularidades, inserindo-a no mundo como um todo e estudar a Geografia do mundo é procurar compreender as maneiras pelas quais os diferentes lugares se articulam” (ZANATTA, 2008, p. 140)

O trecho da letra de Thiago Elniño, a seguir, demonstra como o rap está ligado ao cotidiano da vida urbana, atento a questões que envolvem as vivências periféricas

Do inferno a gente se aproximava
 Quando mais um prédio na cidade se erguia
 Central do Brasil, sete horas da manhã,
 Vejo ônibus, trem e van
 Eu vejo soldados, perdidos na guerra
 Na busca de causa, tanta gente erra
 Lutamos pela felicidade de quem? Ein?
 Quanto anos tem que sua rotina é a mesma?
 Já dizia o poeta que, vida é transcender
 Pra mim não existe bandeira maior a se defender
 Mas nos educaram errado, nos fizeram esquecer
 Do que a gente é, do que a gente pode ser
 Eu vi o sol descer em forma de fumaça
 Entrou no meu pulmão e agora eu sou um anjo com asma
 Eu não vou aceitar, eu não vou aceitar
 Trampar oito horas por dia pro teu império aumentar
 Cês querem me matar, cês querem me matar
 Porque mesmo a globo existindo eu aprendi raciocinar¹⁶

A letra dialoga com questões cotidianas que envolvem diretamente uma parcela específica dos moradores da cidade, a população periférica. Entre os temas presentes nas

¹⁶ ELNINÕ, Thiago.; RAONY.; KEOPS. **Condado dos Surdos**. Rio de Janeiro: Pombos Inc, 2017.

letras e relacionados à questão urbana, estão o transporte público, condições de trabalhos quase sempre degradantes, poluição, alienação e criação de imagens estigmatizadas sobre os pobres por parte da mídia.

Os temas levantados pela música do rapper podem ser discutidos considerando uma linguagem geográfica. Uma das questões que unem todos os problemas urbanos trazidos pelas letras é que os problemas presentes no espaço urbano, tais como a pobreza, favelização e o desemprego, não podem ser vistos como anomalias ou erros, eles são estruturais e decorrem da produção e reprodução do espaço urbano no capitalismo. O espaço urbano passa a ser essencial para compreender os processos que envolvem essa reprodução, pois é onde os seus efeitos se tornam mais evidentes.

Segundo Carlos (2011, p. 78),

Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo é na cidade, devido a seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Essa contradição se manifesta pelo contraste entre a riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas onde a violência se faz maior.

O fato de ser no espaço urbano onde a violência dessa produção do espaço se manifesta está diretamente ligado ao fato de ele ser o espaço em que “os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos” (HARVEY, 2014). É do contraste presente nesses espaços entre os bairros, classes e raças no interior do espaço que o hip hop parte, construindo caminhos que revelam diversas dimensões importantes para se compreender a cidade como um todo.

O rap pode ser lido, portanto, como uma ponte para a aproximação dos estudantes com as questões que envolvem o urbano, sendo que o conhecimento geográfico pode contribuir para o desvendamento dessas relações espaciais, e o ensino da Geografia, junto à preparação pedagógica, tem potencial de levar compreensão de algumas dimensões desse espaço urbano, especialmente das contradições presentes na cidade.

Esses fatos podem ser analisados considerando, em uma lógica que integra a Geografia, uma relação com uma das contradições básicas na produção do espaço capitalista citada por Carlos (2011), em que a produção é social, mas a apropriação é privada, contradição que demonstra que as desigualdades presentes no espaço urbano advêm da

questão estrutural. Outro ponto tem relação que luta de classe no interior da cidade, há diferenciações no interior do espaço urbano.

Como citado, entre os temas presentes nas letras do rap que versam sobre a questão urbana estão a discussão de um transporte público espoliativo, que é uma das marcas presentes em diversas cidades do país. As composições abaixo, do grupo RZO e do grupo Inquérito, tratam questões que envolvem a vivência dos que vivem na periferia e dependem desse meio de transporte para se deslocar para o trabalho e fazer suas atividades diárias, como lazer.

Realidade é muito triste
 Mas é no subúrbio sujismundo
 O submundo que persiste o crime
 Pegar o trem é arriscado
 Trabalhador não tem escolha
 Então enfrenta aquele trem lotado
 Não se sabe quem é quem, é assim
 Pode ser ladrão, ou não,
 Tudo bem se for pra mim
 Se for polícia fique esperto Zé
 Pois a lei da cobertura pra ele
 Te socar se quiser
 O cheiro é mal de ponta a ponta
 Mas assim mesmo normalmente
 O que predomina é a maconha
 E aos milhares de todos os tipos
 De manhã, na neurose, como
 Pode ter um dia lindo
 Portas abertas mesmo correndo
 Lotado até o teto sempre está
 Meu irmão vai vendo
 Não dá pra aguentar, sim
 É o trem que é assim, já estive, eu sei, já estive
 Muita atenção, essa é a verdade
 Subúrbio pra morrer, vou dizer é mole¹⁷

Cidade, sem mobilidade urbana, semana insana
 Mais tempo dormindo no buso que na própria cama
 A violência grita e deixa a gente mudo
 O silêncio fala mais alto do que tudo¹⁸.

As duas composições foram escritas em décadas diferentes, porém relatam questões muito parecidas relacionadas à violência e à questão do transporte. Os processos de urbanização geraram periferização no Brasil. Isso, somado às más condições do transporte

¹⁷ RZO. **O trem**. São Paulo: Cosa Nostra, 1999.

¹⁸ INQUÉRITO e BALEIRO, Zeca. **Vitrines**. Hortolândia: Groove Arts, 2018.

público e à lotação, marginaliza contribui para a marginalização da população pobre, que, em sua maioria, é quem faz longos deslocamentos. Esse é mais um dos fatos expostos que demonstra continuidade nos problemas dos serviços básicos, como o transporte público, levando ao aprofundamento da já característica desigualdade que marca o Brasil.

O transporte público precisa ser tratado como um direito básico, pois é a possibilidade das pessoas se movimentarem pela cidade. Esse transporte é tido na cidade capitalista como mais uma forma de exploração dos trabalhadores. Fica evidente que o capitalismo busca mover tudo e todos no sentido de sua expansão e acumulação.

No mesmo sentido, Santos (2002, p. 47) afirma que

Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileira, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional?

Os questionamentos trazidos pelas discussões do autor e pelas canções de rap que problematizam esse caráter espoliativo em diversas áreas dentro da cidade, incluindo o transporte, são importantes no movimento de compreender a exploração e também para discutir as possibilidades de transformação e resistência.

Dessa forma, é possível afirmar que a produção do espaço no capitalismo é base para se pensar e questionar o motivo de milhares de pessoas nas cidades terem a possibilidade de mobilidade reduzida não só para o trabalho, mas também e, principalmente, para os outros momentos do cotidiano. Assim, uma observação importante reside na afirmação de que “o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana” (SANTOS, 2002, p. 83).

Uma das questões elencadas como uma diretriz para a educação e também para o desenvolvimento da sociedade é a da construção de uma cidadania. O termo é amplo e reflete as questões políticas que envolvem quem o produziu, logo uma cidadania para os liberais vai ser diferente de uma baseada no pensamento marxista. Pensando sobre as diferenças que envolvem o conceito de cidadão e as condições de se discutir a cidadania em um país desigual, Santos (2002, p. 12) salienta que “há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos de um modo geral há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”.

No mesmo sentido, destacando o papel da Geografia na atualidade, Carlos (2011, p. 67) afirma que na Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva “espacial, isto é, a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana para desvendar a realidade urbana em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade”.

Em parte, a construção dessa teoria que nos ajudará a desvendar a realidade urbana deve passar pela dimensão da cultura e dos movimentos urbanos como importantes dimensões, sendo representantes de grupos que também constroem o espaço urbano através de suas práticas. Mais do que isso, levando em consideração uma perspectiva de horizonte para a vida cotidiana, esse movimento ajuda com sua leitura de cidade a compreender a vida cotidiana em certos pontos da cidade. Carlos (2012, p. 122) desta que

O entendimento de que a cidade é um espaço público e um ambiente complexo da vida coletiva leva a destacar a ideia da relação entre os modos de organização desse espaço e os modos de existência das pessoas que ali vivem. A produção do espaço urbano e a produção de um modo de vida humano estão, pois, em íntima relação. Essa relação coloca, por sua vez, a tarefa de pensar, imaginar, propor novos modos de vida possíveis em um ambiente já construído, mas que pode ser reconstruído.

A valorização e a compreensão da cidade como espaço público, com o local dos encontros, dos conflitos e acima de tudo da vida coletiva, nos leva a pensar possibilidades de transformação da ordem vigente, ou seja, formas de reconstruir a cidade. Para isso, é necessário compreender as contradições presentes no espaço urbano como forma e estratégia de buscar o novo.

A música do Grupo Inquérito traz mais alguns elementos que podemos mobilizar para pensar a Geografia da cidade e o ensino sobre a cidade, na perspectiva de compreendê-la e transformá-la em uma cidade pautada por outros valores, em que a solidariedade é valorizada acima do individualismo.

A cidade sem cor
Solidão, solidão
Tá desfilando na dor na cidade sem cor
Se você vacilar vão te atropelar
[...]
Mansões com muros de Berlim só vem mostrar
Que o mundo ainda continua bipolar
Dividido, separado
Quem tem, quem não tem, cada um pra um lado
A maioria aqui não sabe o que que é comunismo
Mas sempre socializa o arroz com o vizinho
Reparte a miséria com carinho

Divide memo quando é pouquinho
 Coreia, Seoul, Brasil, seio do mundo
 Quanta favela cabe num latifúndio?
 Quanto perdão cabe nesse coração de uma figa
 qual que é a capacidade me diz, quantos giga?
 Na esquina da dor com a melancolia
 Só quem mora na rua sente como a cidade é fria
 Lotada de gente, vazia de amor
 Solidão nas esquinas da dor¹⁹

A composição trata de temas como a concentração de riquezas e injustiças de uma “cidade sem cor”, marcada pelos muros que separam quem tem e quem não tem acesso às riquezas socialmente produzidas, aos direitos sociais. A questão da desigualdade está presente na afirmação “quantas favelas cabe num latifúndio”. Para além dessas questões, destaca a solidariedade que existe no interior dos espaços precarizados pelas relações desiguais, que acabam fugindo, até certo ponto, da lógica do individualismo exacerbado imposta em um espaço urbano com influências diretas do neoliberalismo.

No interior das práticas do hip hop é possível perceber que também existe essas relações de solidariedade dos que passam pelos mesmo problemas e têm como uma das formas de buscar transformação unir forças, pensar no coletivo. Aqui reside outro ponto importante que podemos destacar no caminho de construção de uma educação e de um ensino de Geografia que busca, no contato com o rap, desvendar novas dimensões para análises sobre o urbano, pensar a solidariedade, se unir em torno de algo como um caminho para atingir objetivos, como o de denunciar as desigualdades ou proporcionar para uma população de bairros marginalizados opções de lazer.

Entre os pesquisadores que pautaram o hip hop e o rap no interior da ciência geográfica, Moyses (2018) estudou o circuito do rap do Distrito Federal, destacando as diversas redes que foram construídas pelo hip hop nas Regiões Administrativas. Entre as discussões, destaca a contribuição do rapper GOG para o movimento hip hop local e também nacional. GOG, em sua extensa obra, destaca o cotidiano nas periferias do Distrito Federal e do Brasil. A seguir, destacamos a composição “Periferia Segue Sangrando”:

Ponto final na vida de várias pessoas
 E o que seria um fim de semana foi um banho de sangue
 O rabeção não parou um instante
 A cada depoimento um arrepio um pai confirma ao vivo
 É mesmo do seu filho um corpo quase irreconhecível
 Vítima de uma sessão de tiros

¹⁹ INQUÉRITO.; RAEL. **Cidade sem cor**. Hortolândia: Groove Arts, 2014.

Só quem perde sabe!
 E eu concluo mano periferia segue sangrando
 Hemorragia interna irmão matando irmão
 Favela contra favela não acredita? confira!
 Rap nacional realidade dura! click! clack! bum!
 [...]
 O vento forte arrancou telhados
 Derrubou barracos muita gente não crê no que vê
 Outros pegam a bíblia pra ler
 Perdas materiais incalculáveis reais
 A enxurrada leva a capa de um lp dos racionais!
 É hora de reagir reconstruir começar de novo
 É onde mora a força do meu povo ei véi!
 Moleque de atitude! chegado! mano!
 Sangue do meu sangue sangue bom vamos!
 Aposente o cano periferia segue sangrando!²⁰

A violência e a desigualdade destacadas na letra são temas comuns nas composições do rap, e a presença desses elementos na letra de Emicida, que foi escrita em outro contexto geográfico, demonstra que essas continuam sendo questões importantes. Nesse cenário, sendo a educação e a escola possíveis formas de tratar questões que envolvem a todos, pode-se pensar em caminhos para discutir a violência urbana presente no dia a dia dos estudantes, tendo como uma das bases as letras do rap.

No mesmo sentido e trazendo outras questões sobre o cotidiano de parte da população das cidades, GOG apresenta a música “Dia a Dia na Periferia”

Comentários sobre o dia no plano
 Nesse entra e sai (vai e vem)
 Todos se divertem
 Alguns até esquecem
 Que as 4 e meia da matina
 A rotina se inicia,
 arroz feijão na marmita fria
 mas fazer o que?
 Se a lei aqui é sobreviver
 Todo dia é dia D
 Será que isso um dia vai se inverte?
 [...]
 Crianças são exterminadas
 Crescem mal alimentadas
 Problemas sociais aqui minam como praga
 Na escola são discriminadas
 Pela dificuldade na assimilação
 Estão um passo da reprovação
 Que a ano a ano se tornarão a tradição
 De barriga vazia, ninguém se segura, não!
 [...]

²⁰ GOG. **Periferia Segue Sangrando**. Brasília: Só Balanço, 1996.

Ir pra rodoviária vão, em vão
 A procura do mercado de trabalho
 ou trabalho escravo? Qual a melhor definição?
 Pois os métodos praticados são bem claros
 trabalho trabalho por um mísero salário
 rala o dia inteiro por uma merreca de grana
 [...]

Todo esse mal a gente assimila
 E transforma em poesia
 Dia-a-dia da Periferia
 [...]

Em cada rosto um sorriso verdadeiro, dá pra ver
 Venham ver o verdadeiro brasileiro
 Escondido em faces corroídas deprimidas
 Pelo sol a sol da lida
 Um povo que apanha, apanha
 E se levanta
 Com a certeza que na vida se ganha
 Com trabalho e não com artimanhas
 Sonha todo dia com melhores dias
 Nem que seja por um dia só.²¹

Uma das questões trazidas nas práticas do hip hop, incluindo as composições do rap, é a desmistificação de uma imagem criada sobre os que habitam a periferia e todas as práticas oriundas desses locais. Essas representações feitas sobre esses espaços têm como um de seus objetivos legitimar ações e intervenções diversas nas periferias, pois é lá que, segundo essas imagens, estão os culpados por grande parte dos problemas das cidades. A Geografia e o ensino de Geografia podem contribuir para a desmistificação dessas imagens que, muitas vezes, tem como base a questão racial, pois pode ser um dos dos objetivos “desvendar as máscaras sociais” (MOREIRA, 2011) nessa sociedade que usa dessas imagens para se manter.

Um dos exemplos dessa atualidade se encontra nas pesquisas feitas para a gravação do documentário “Suecia e Congo no centro do Brasil” demonstra a extrema desigualdade existente no espaço urbano do Distrito Federal em 2013. Os dados trazidos para o documentário apresentam as desigualdades entre dois bairros distantes 20 km entre si, o Lago Sul e a Cidade Estrutural. O primeiro, se fosse uma nação independente, teria o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH²² que superaria o do país de melhor índice, que é a Noruega, com 0,945. Já o outro, a Cidade Estrutural, também nessa comparação, teria o IDH

²¹ GOG. **Dia a dia na periferia**. Brasília: Só Balanço,1994.

²² O IDH é um índice calculado considerando renda, educação e saúde. É usado pela Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir o grau de desenvolvimento de cada país.

próximo ao do país com índice mais baixo no mundo, a República Democrática do Congo, com 0,286.

Esse fato demonstra o projeto de urbanização capitalista, forjado na produção do espaço, em que a desigualdade e a oposição de classes é estrutural para a permanência das relações de dominação e exploração no espaço urbano. Esse é um fator citado pelos primeiros integrantes do movimento quando citam a chegada do rap e do hip hop. Os problemas passados nas grandes cidades naquele período eram basicamente os mesmos, muitos deles ligados à marginalização e ao racismo, que foram guias para a construção desse movimento no país.

Os Racionais MCs é um dos principais grupos de rap do país e, desde o final da década de 1980, tem contribuições, entre outros temas, para discutir questões que envolvem as periferias e suas relações no espaço urbano em geral. Foi um dos primeiros grupos do gênero a conseguir uma projeção nacional, e influenciou o desenvolvimento do rap e do hip hop em diversas cidades do país.

O excerto abaixo se refere à composição do grupo Racionais MCs, intitulada “Periferia é periferia (em qualquer lugar)”, do álbum *Sobrevivendo no inferno*, lançado no ano de 1997.

Porque chefe da casa trabalha e nunca está
 Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar
 O trabalho ocupa todo o seu tempo
 Hora extra é necessário pro alimento
 Uns reais a mais no salário
 Esmola de patrão, cuzão milionário
 Ser escravo do dinheiro é isso, fulano
 Trezentos e sessenta dias por ano, sem plano
 Se a escravidão acabar pra você
 Vai viver de quem? Vai viver de quê?
 O sistema manipula sem ninguém saber
 A lavagem cerebral te fez esquecer
 Que andar com as próprias pernas não é difícil
 Mais fácil se entregar, se omitir
 Nas ruas áridas da selva
 Eu já vi lágrimas demais, o bastante pra um filme de guerra
 Aqui a visão já não é tão bela
 Não existe outro lugar – Periferia, gente pobre
 Aqui a visão já não é tão bela
 Não existe outro lugar – Periferia é periferia!
 [...]
 Periferia é periferia!
 Em qualquer lugar, gente pobre
 Periferia é periferia!²³

²³ RACIONAIS MCS. *Periferia é periferia em qualquer lugar*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

O rap do Grupo Racionais MCs, pensado a partir do lugar, São Paulo, ganha projeção periferia é periferia em qualquer lugar, seja no Norte ou no Sul do Brasil. É onde vivem os pobres, os trabalhadores que produzem a riqueza, mas também quase sempre é o lugar da precariedade marcada por problemas como a desigualdade e o racismo. Na letra que foi escrita no fim da década de 1990, passa pela discussão da exploração presente no mercado de trabalho. Na canção, podemos notar o apontamento dessa exploração, que é na verdade quando o salário percebido não é suficiente para sua reprodução, isso é, atender suas necessidade mais básicas. Atualmente, há outros elementos que demonstram o aprofundamento das desigualdades em relação ao trabalho, além do número elevado de desempregados existente, há também milhões de pessoas com trabalhos informais.

As letras escritas sobre contextos geográficos específicos na década de 1990, como a dos Racionais MCs e a do rapper GOG, apresentam temas e leituras do urbano e da realidade que mostram que ainda são atuais. Em um país em que a extrema concentração de renda e terra ainda é realidade, que é marcado também pela violência, segregação socioespacial e pelo racismo, o rap continua assimilando e transformando tudo em poesia, como dito na canção de GOG. Partindo dessas relações desiguais, busca produzir tramas que levem ao questionamento das bases estabelecidas.

Com a busca constante pela transformação social, vista em alguns segmentos do rap e do hip hop, os jovens hip hoppers em suas práticas produzem cidadania em seu sentido mais amplo, relacionado ao exercício de construir espaços através do diálogo, se apropriando e valorizando o espaço público, por exemplo. A educação em geral e a Geografia, especialmente, devem buscar meios para dialogar não só com o hip hop mas com os diversos movimentos populares que produzem e lutam por cidadania.

Sobre o tema, Santos (2002, p. 116) afirma que

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. [...] valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. (SANTOS, 2002, p. 116)

Essa luta por uma cidadania plena se aproxima da luta pelo direito à cidade, pois é coletiva, e não individual. É a possibilidade de todos terem acesso aos bens e serviços que são produzidos coletivamente.

Para isso, o ensino de Geografia, ao tratar do urbano, deve ultrapassar uma análise baseada apenas em dados econômicos, incorporando outras dimensões. Como visto, o rap pode contribuir nesse sentido com questões presentes no cotidiano das periferias, trazendo novos elementos ou até mesmo novos olhares para uma discussão sobre o espaço urbano.

Outro ponto muito importante no processo de pensar a relação rap e Geografia é a potencialidade do movimento de auxiliar na compreensão das características da urbanização e do país, mas também, por outro lado, destacar e compreender as especificidades regionais pelas letras de diversos contextos geográficos, pois como visto em diversos estudos como o de Gomes (2012), esse movimento evidencia as questões e culturas regionais.

As pesquisas sobre o movimento e até mesmo a própria formação e trajetória de seus membros, demonstram a importância e a potência dessas experiências para a discussão de um projeto de educação, especialmente formas que pretendem ser transformadoras. No interior de suas práticas se valoriza o conhecimento como um de seus elementos, que quando compartilhado entre seus membros pode servir de base para ações e para transformações. Essa é uma das causas de se falar, no interior de seus elementos, que o hip hop salva vidas.

Gomes (2012) apresenta experiências do rap em diferentes regiões do Brasil, demonstrando a diversidade regional e temática em suas expressões. Seus estudos demonstram como o rap vai sendo construído ligado às características das diversas situações geográficas, sendo que essa diversidade é marcante do território nacional. Como já discutido, em uma das situações geográficas citadas, o autor trata do rap na comunidade Manoa em Porto Velho-RO, em que os integrantes do grupo destacavam em suas letras as questões que envolvem a vida das comunidades ribeirinhas da região amazônica, apropriando da linguagem do hip hop para fazer suas reivindicações.

Esse caso apreendido por Gomes (2012), além de outros apresentados por diversos autores que estudaram o movimento hip hop e o rap, demonstra como a diversidade do território nacional constituiu ao longo dos anos um movimento forte, com características gerais, mas também extremamente ligado às questões regionais e locais. Uma das possíveis formas de abordar a questão da cidade, é relacionando essas diversas escalas para tratar, por exemplo, da urbanização.

Outro exemplo é o trazido pelos autores Lobo (2014), Gomes (2012) e Santos (2012), que citam em suas pesquisas e discussões a contribuição do grupo de rap Bro MC's, que tem origem indígena Guarani-Kaiowa. As letras como constatadas nas pesquisas tratam do cotidiano dos jovens indígenas em uma relação entre a cultura da aldeia e a periferia de Dourados-MS.

A canção a seguir é intitulada Tupã:

Só o tempo vai dizer o quanto nós sofremos
 Pra você ver uns morrendo outros vivendo
 No proceder, tem que ter, pra se viver
 Se não tem, então tenta
 Matança, droga violência, afeta toda comunidade
 Batalha sangrenta!
 E os que sofrem racismo e preconceito
 Vivem como podem
 Mas na comunidade prevalece a humildade
 Sempre levando a palavra de verdade
 Através do rap, mostrando a nossa realidade
 Periferia da cidade aldeia
 A vida mais parece uma teia que te prende que te isola,
 não quero tua esmola
 Nem sua dó, minha terra não é pó
 Meu ouro é o barro,
 Onde piso, onde planto
 Que suja seu sapato
 Quando vem na reserva fazer turismo
 Pesquisar, e tentar entender o porquê do suicídio
 Achar que não tem nada a ver com isso
 Mas pelo contrário eu que te digo
 Você é tão culpado, quanto os que antes aqui chegaram²⁴

O rap do grupo é um dos exemplos que demonstram a forte ligação do rap com o lugar em que é produzido, sendo apropriado por diversos grupos em busca de reconhecimento e de lutar por diversas causas específica e gerais. A letra abaixo passa pela discussão de questões presentes no cotidiano dos indígenas no município de Dourados-MS.

Pés descalços sem camisa sol a pino
 Shortinho rasgado
 De porta em porta campainha toca
 Madame ignora, finge não vê
 O índiozinho indo embora
 Com a família na carroça
 Vindo da roça oferece muito pouco
 Sem apoio plantam o que dá, colhe o que resta
 Levam pra trocar
 por um pouco de grana
 Milho mandioca na oca rezam
 Porque tanta miséria?
 Ao lado da cidade reserva favela
 Sequela é que fica
 Desnutrição infantil
 Índio suicida
 E os que ficam procuram uma saída
 Poucas alternativas

²⁴ BRO MCS. **Tupã**. Dourados, S.I, 2009.

Sendo alvo do desprezo
 Da sociedade não índia.
 Invisíveis, perambulam pelas ruas da cidade
 Sentindo o preconceito e a maldade na carne
 Proibidos de entrar no hotel, no restaurante
 O mesmo que exhibe quadro de índio aos visitantes
 Ação repugnante
 Elite ignorante²⁵

Lobo (2014) explica diversas questões presentes no cotidiano dos jovens indígenas na região e suas relações contraditórias com a cidade de Dourados. Em suas letras, o grupo traz questões ligadas às lutas gerais dos indígenas, como a demarcação de terras e o desmatamento, além de passarem pela questão da pobreza que afeta seus locais de moradia.

Outro grupo indígena, o “Oz Guarani” é formado por um grupo de jovens da terra indígena do Jaraguá, que busca no contato com o hip hop o fortalecimento de sua cultura.

A luta indígena é a luta pela humanidade
 Pode acreditar, Rap Oz Guarani
 Fazendo Revolução!
 Vários dias se passaram
 Preconceito e violência não acabou
 Eu sou da aldeia indígena do Jaraguá
 Tudo que aprendi faz de mim ser guerreiro do bem
 Parente derramando sangue e conflitos
 Mídia esconde as verdade
 As dificuldades afeta nossa comunidade
 Lutamos por uma mundo melhor
 Eu olho para o céu e peço proteção
 Eu só quero paz pros meus irmão
 Eu nunca esqueci o congresso quer meu fim
 Mesmo assim
 eu carrego grande orgulho dentro de mim
 Lutar pela terra é lutar pela vida das crianças
 Atitude de homem aqui nós não se esconde
 De onde eu vim tem criança com fome
 Guerreiro revoltado já não dorme
 Sou Guerreiro da Aldeia Jaraguá
 Eu canto e rimo pros problema relatar
 Eu chego chegando com muita dignidade
 Eu e minha rima falando a verdade²⁶

O grupo nasceu na aldeia Tekoa Pyau, em uma das cinco aldeias indígenas guarani na região do Jaraguá em São Paulo. Entre as pautas trazidas pelas letras, destacam-se a luta pelo reconhecimento de suas terras tradicionais, proteção da natureza, violência sofrida pelo

²⁵ BRO MCS. **A vida que eu levo**. Dourados, S.I, 2009.

²⁶ GUARANI, Oz. **Guerreiro**. São Paulo, S.I, 2007.

povo Guarani e o papel da mídia em favor dos que marginalizam a luta indígena por seus territórios. Os jovens utilizam o rap como ferramenta para tratar do cotidiano dos jovens da aldeia e como forma de luta e resistência.

Os exemplos das letras e das lutas do rap indígena demonstram a diversidade presente nas práticas do hip hop criadas no Brasil, refletindo diretamente as condições do lugar onde é produzido, sendo conectado e carregando elementos da cultura regional. Mais do que isso, sempre, nos mais diversos contextos, há uma parte do movimento hip hop e do rap que se desenvolve discutindo as causas sociais que os cercam.

A constatação da diversidade presente no rap pela leitura das letras escritas e pensadas em vários contextos nos permite fazer um movimento do pensamento que, para além da imagem da cidade que temos, permite pensar na cidade que queremos, baseada num projeto de transformação. Estas letras, em sua maioria, demonstram o esforço de parte de um segmento social que o rap representa, de fugir à subordinação imposta às periferias, principalmente, a partir da produção e da criação que criam ao movimento. Nesse sentido, as periferias não podem ser analisadas como completamente subordinadas, pois a resistência configura um dos pontos importantes dessa questão contraditória, que é a (re)produção do espaço.

O lugar e o cotidiano constituem importantes dimensões para a compreensão das manifestações do hip hop e também para se pensar um ensino de Geografia que dialogue com os conhecimentos trazidos sobre o espaço. Segundo Callai (2004, p. 6), “cada lugar é, a seu tempo e a seu modo, uma mistura de características próprias do lugar em si e das interferências regionais, nacionais e internacionais. O universal se expressa, se evidencia no particular”.

Depreende-se daí que a leitura da realidade só poderá ser bem realizada se houver este olhar do universal e das singularidades expressas nos determinados lugares (CALLAI, 2004). Um olhar geográfico sobre a cidade, tendo como ponto central o seu ensino, deve passar pelo conceito de lugar e sua relação com o mundo, o universal. A compreensão do que o rap representa e seu olhar sobre o mundo, dentro desse cenário, nos levam a considerá-lo como importante caminho para a Geografia que se ensina, pois nas letras podemos observar as contradições presentes, considerando o movimento de pensamento dialético que vai do local ao mundial.

Utilizar as composições do rap e das práticas dos membros do hip hop para pensar a cidade por um olhar geográfico, representa um movimento do conhecimento que vai além do estabelecido, tendo como foco pensar as contribuições do segmento dessa população que o

rap representa para discutir os mais variados temas, incluindo o urbano e a educação. Segundo Cavalcanti (2011, p. 55), “para a Geografia, as práticas cotidianas dos jovens na verdade podem potencializar os estudos espaciais na medida em que elas produzem e reproduzem espacialidades”.

Diante das questões apresentadas, podemos compreender um caráter educador e pedagógico desempenhado pelo rap, ligado às práticas desenvolvidas pelo hip hop. Essa relação entre um movimento que preza, desde sua origem, pelo conhecimento, e que em suas práticas desenvolvem atividades educativas como caminho para construção de valores ligados à cultura de rua e a uma educação formal representada aqui pelo ensino de Geografia, pode contribuir para pensar um projeto de educação transformador, pois “a educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais” (GOMES, 2002, p. 38).

Assim, segundo Cavalcanti (2011, p. 52),

O pressuposto inicial para se pensar a escola e o ensino de Geografia é o de que ela se orienta por objetivos sociopolíticos, portanto tem como função atender às demandas de formação humana. Essas demandas da formação estão vinculadas ao indivíduo e ao seu desenvolvimento intelectual, social, afetivo, mas também estão ligadas à vida coletiva, à vida cidadã. (CAVALCANTI, 2011, p. 52)

O rap pode ser lido como uma manifestação com origem nas periferias das cidades, que ao longo de seu desenvolvimento se tornou uma ferramenta de denúncia contra as mazelas socioespaciais, de conscientização e de inserção social. Uma contribuição do rap para pensar a cidade, vem do desenvolvimento de uma luta no interior de suas manifestações, que se aproximam da discussão de uma noção de direito à cidade e de cidadania.

Como apresentado nos trabalhos analisados, o hip hop se apropria de diversos espaços na cidade, tendo o espaço público (praças, ruas, escolas, centro culturais, viadutos, vielas, etc) como um dos palcos em que ocorrem diversas práticas. Aqui cabe destacar a importância da valorização do espaço público, considerando que no atual estágio do capitalismo com influência do neoliberalismo, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso espaço urbano. Essa ocupação por parte do movimento hip hop, que muitas vezes é conflituosa em virtude das imagens estigmatizantes que sempre rebatem nos periféricos, é extremamente importante e configura a resistência, primeiro em relação a essas imagens e em segundo lugar em relação ao espaço apropriado no processos de elaboração de suas práticas.

A relevância de se destacar a conexão entre o espaço público e a construção da identidade dos cidadãos, particularmente dos jovens, permite aprofundar uma compreensão de cidadania que supere aquela relacionada

exclusivamente às normativas legais, às formalidades contratuais, à busca de direitos individuais em oposição aos direitos públicos. (CAVALCANTI, 2011, p. 53)

Assim, também é essencial destacar as contribuições das experiências espaciais do movimento hip hop e do rap em um caminho constante de construção de uma Geografia crítica, que partindo da constatação das contradições no espaço geográfico, tem o compromisso com a transformação dessa sociedade. O ensino de Geografia pode ser uma ponte para o desenvolvimento de discussões que trazem a dimensão cultural e, especificamente, uma visão considere os conhecimentos produzidos nas periferias, que foram historicamente marginalizados.

A Geografia Escolar pode oferecer diversas possibilidades de se compreender e atuar no espaço geográfico, sendo uma disciplina que pode contribuir com objetivo da educação no geral. Essa disciplina, junto a outras da área de humanidades, vem sofrendo ataques representados por leis como as que estabelecem o Novo Ensino Médio e a BNCC, que as marginalizam. Aqui, mais uma vez é necessário pensar nas contradições e resistências no interior dessas ciências. Essas lutas podem levar ao pensamento de que a educação tem hoje uma importante contribuição como mecanismo de combate às desigualdades e que ela é fundamental nas lutas que envolvem a construção de uma sociedade mais justa.

Ritmo e poesia, isto é rap. Não se trata de qualquer ritmo ou rima, pois são criados, em grande parte, a partir das experiências periféricas. Ao longo dos anos, o discurso sobre esse cotidiano foi moldado nas abordagens violentas da polícia nas comunidades, no desemprego estrutural do bairro, na violência motivada pelo Estado, e mais do que isso, nas esperanças e anseios por uma vida melhor. São rimas nascidas da luta contra o racismo, da luta contra a morte de homens e mulheres negras vivendo abandonados nas periferias. Mas como forte que são, lutam, e é dessa luta que emerge o rap, e é exatamente dessa linguagem, dessa composição que acreditamos uma Geografia pode se nutrir em busca de possibilidades para a construção de uma ciência ainda mais atenta e combativa aos problemas do nosso tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade discutida e diretamente associada às práticas do rap e do hip hop pode contribuir com o ensino de Geografia, pois vai além das dimensões apresentadas nos documentos reguladores da Geografia Escolar. Uma abordagem da cidade no ensino tendo como horizonte a sua transformação deve ultrapassar uma análise que privilegia apenas aspectos econômicos dos fenômenos urbanos, pois essas abordagens podem camuflar as pessoas e seus conhecimentos nesse processo de discussão e transformação. Nesse sentido, esse movimento cultural abre possibilidades de pensar a cidade que temos, mas também a cidade que queremos.

O hip hop foi formado carregando uma carga educadora, pois, no processo de sua construção, a educação foi fundamental, tanto que o conhecimento foi tido como um de seus elementos centrais, que interliga todos os outros. Essas experiências e as formas de organização podem contribuir no desenvolvimento de ideias e metodologias na educação formal, sendo a Geografia um dos campos que nesse contato pode desenvolver novas maneiras de analisar e interpretar o mundo.

O rap se constituiu como uma das formas de resistência à marginalização, desigualdade e, além, como uma forma de representar desejos e sonhos, muitos deles ligados a uma cidade diferente. Dessa forma, uma aproximação do rap abre caminhos para a discussão do espaço urbano, pois em suas práticas e letras apresentam diversos elementos importantes para a compreensão da produção desse espaço. Esse deve ser abordado não de maneira direta, mas de uma forma que evidencie um olhar de pessoas que constroem conhecimento e produzem a cidade, em um verdadeiro exercício de cidadania.

As noções de cidadania e de direito à cidade são fundamentais para a compreensão da dinâmica dos elementos que constituem o espaço urbano, na perspectiva de sua transformação. A Geografia Escolar pode contribuir no processo da discussão desses elementos. Em diálogo com o rap, pode fazê-la pensando a periferia no processo de constituição das cidades.

O que vimos nas letras e nas práticas vinculadas ao movimento hip hop é a tentativa de inversão da imagem criada sobre a periferia e sobre os seus moradores (que passa também em um certo ponto por um caráter racial), representados, na maioria das vezes, associados ao estigma de perigosos e violentos. O hip hop e o rap buscam inverter essa lógica por meio da cultura, demonstrando que grande parte dos problemas são estruturais, vindos de fora. Trazendo uma discussão tão cara para os periféricos e, acima de tudo, para os negros, que

levam por meio do conhecimento a busca pela construção de uma autoestima. Portanto, a partir da constatação e ressignificação da estrutura marginalizadora, os membros do hip hop passam a valorizar o espaço em que vivem.

Assim, acreditamos que o rap pode contribuir com o objetivo maior do trabalho educacional, de, através da apropriação das diversas linguagens, conceitos e conteúdos, compreender o mundo. Mais do que isso, junto a outras discussões, pode nos levar a pensar para além do estabelecido, indicando caminhos que passam pela transformação social.

A escola e a educação em geral devem ser pensadas considerando todas as dimensões que as compõem e as contradições que envolvem. As recentes propostas apresentadas (Novo Ensino Médio e BNCC) não partem de uma busca de uma educação crítica. Pelo contrário, destacam que a função principal da escola é atender o mercado de trabalho. Isso resulta, principalmente, das propostas de grupos que veem a educação como forma de manter a estrutura social desigual que está posta, e assim, reforçam estereótipos das periferias, ao invés de desconstruir esses valores. Dessa forma, a luta por uma educação pública de qualidade ainda precisa ser uma das pautas das discussões acadêmicas.

Por isso, é cada vez mais importante lutarmos pela construção de conhecimentos críticos nas diversas áreas. Essa luta pode levar ao estabelecimento de bases para uma construção via educação de conhecimentos que valorizam a uma formação realmente integral para além do mercado de trabalho, tendo como horizonte a busca pela transformação social. Nesse processo, uma Geografia e um ensino crítico podem contribuir para a compreensão do espaço geográfico e ações baseadas nessa compreensão.

Para o campo de estudos da Geografia, uma aproximação com as práticas culturais como o rap pode ser frutífera por permitir um exercício multiescalar desde o local até a escala mundial. O seu estudo demonstra a importância de se considerar as questões que envolvem a globalização, passando por uma questão regional, até a questão do lugar, das práticas cotidianas.

Mesmo com o aumento recente na quantidade de pesquisas sobre o hip hop e o rap, há diversas possibilidades surgidas com o contato entre o rap a Geografia que ainda podem ser exploradas gerando novas pesquisas. O campo de estudos da Geografia pode ter na aproximação com o rap um importante caminho de diálogo com a cidade, a juventude e o mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramentos, 2018.

ALVES, Valmir Alcântara. **De repente o rap na educação do negro: o rap do movimento hip hop nordestino como prática educativa da juventude negra**. 2008. 135p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ANDRADE, Elaine Lunes. Hip Hop: movimento negro juvenil. In: _____ (ORG). **Rap e educação rap é educação**. São Paulo: Summus, 1999.

BARBOSA, Tulio. **O conceito de natureza e análises de livros didáticos de Geografia**. São Paulo: Blucher, 2008.

BARBOSA, Tulio; AZEVEDO, José Roberto Nunes de Azevedo. **Contribuições marxistas para pensarmos o ensino de Geografia**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 52-73, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/28>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BUZO, Alessandro. **Hip Hop: por dentro do movimento**. São Paulo: Aeroplano, 2010.

CAMARGOS, Roberto. **RAP e política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.

CAPEL, Horacio. **Geografia contemporânea: ciência e filosofia**. Maringá: Eduem, 2010.

CARRIL, Lourdes de Fatima Bezerra. **Quilombo, favela e Periferia: a longa busca da cidadania**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e a Construção de Conhecimentos**. Campinas: Editora Papirus, 2006.

_____. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

_____. Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas: o que tem isso a ver com as tarefas de ensinar Geografia?. In: CALLAI, H. C (ORG). **Educação Geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Editora Ijuí, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. B. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O Lugar do/no mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. B. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da Geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DOZENA, Alessandro. Apresentação. In: _____ (ORG). **Música e Geografia: diálogos.** Natal: EDUFRN, 2016.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de vigotski.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

ERTHAL, Rui. **Geografia histórica: considerações.** Rio de Janeiro, GEOgraphia, n. 9, 2003.

FELIX, João Batista de Jesus. **Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano.** 2005. 206p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

FERNANDES, Dalvani. **Célula da rima: a conformação simbólica do espaço na relação Hip- Hop e religião.** 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FERRETTI, Celson João. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, mai./ago. 2018. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>

FUINI, Lucas Labigalini. Território e música: um diálogo com a obra de Milton Santos. In: DOZENA, A.(ORG). **Música e Geografia: diálogos.** Natal: EDUFRN, 2016.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. IN: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (ORGs) **Escola S. A.: quem Ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** 2ª ed. São Paulo: CNTE, 1999.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública.** Horizontes, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2018a. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.603>

_____. **Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 159-174, set./out. 2018b. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54043>

GOMES, Carin Carrer. **O uso do território paulistano pelo Hip Hop.** 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria, Belo Horizonte, v. 9, p. 38 - 48, 2002. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.0.38-47>

GOMES, Renan Lélis. **Território Usado e Movimento Hip Hop: cada Canto um Rap, cada Rap um Canto**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GUIMARAES, Maria Eduarda Araújo. **Do samba ao rap: música negra no Brasil**. 277f. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

JUCÁ, Beatriz. **80 tiros e o risco da impunidade no Rio de Janeiro**. El País, São Paulo, 09 abr. 2019. Acesso em: 20 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/politica/1554759819_257480.html>.

KAECKE, Janaina de Moraes. **Em Torno das Abordagens Críticas ao Espaço Urbano: os diferentes sentidos da periferia**. 2014. 242f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.

LAITANO, Gisele Santos. **Os Territórios, os Lugares e a Subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no Movimento Hip Hop, no Bairro Restinga, em Porto Alegre, RS**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MACHADO, Carlos Geovani Ramo. **O Ensino de Geografia e o Hip Hop**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARTINS, José de Souza. **SUBÚRBIO: Vida cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1992.

MESZAROS, István. **Educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia crítica a valorização do espaço**. 2ª Ed. Hucitec: São Paulo, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Pequena história crítica**. 4ª ed. São Paulo: HECITEC, 1985.

MOREIRA, Jader Arierom da Silva. **Territórios e Territorialidades na Cidade: Práticas Jovens na/a partir da Escola Pública de Periferia em Juiz de Fora/MG**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOYSES, Mauricio. **Circuito rap do Distrito Federal: Território Usado e Lugar**. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NOYSE D. **KRS-One e os 9 elementos da cultura hip hop**. Bocada Forte, 2017. Disponível em: < https://www.bocadaforte.com.br/materias/krs-one-e-os-9-elementos-da-cultura-hip-hop?fbclid=IwAR201uSgUZZHP3gfYc4Beb7zzZU_7c2oZIbbORzhMtHH-8KxMWxCpYshjis> Acesso em: 5 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (ORG). **Para onde vai o ensino de Geografia?**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (ORG); **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. **Ritmo e Poesia no Nordeste brasileiro: confluências da embolada e do rap**. 2002. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) - Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A. (ORG). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Geografias Insurgentes: um Olhar libertário sobre a Produção do Espaço Urbano Através das Práticas do Movimento Hip Hop**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip-hop. **Revista Cidades**, Rio Claro, n. 9, v. 6, 2009.

ROSE, Trícia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop. In. HERCHMANN, M (ORG). **Abalando os anos 90: funk e hip hop globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SANTOS, Célio José dos. **Célula da rima: As práticas de apropriação da cultura hip-hop pela juventude soteropolitana:** Um estudo a partir do lugar. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Luiz Henrique dos. **As letras de Rap do movimento hip hop como desdobramento do processo de segregação sócio-espacial:** Antigamente quilombos, hoje periferia. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. da. (org.). **Território, globalização e fragmentação.** 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **O espaço do cidadão.** 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça espacialidade e racismo no espaço urbano. In: _____ (Org.). **Questões urbanas e racismo.** Brasília: APBN, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na cidade de São Paulo:** Música, Etnicidade e Experiência Urbana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência:** Culturas e Identidades no Movimento Hip Hop. 2009. 206f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Jusamara; FIALHO, Vânia Malugutti; ARALDI, Juciane. **Hip Hop da rua para a escola.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TEIXEIRA, Alison Nascimento. **O rap como “a voz da periferia” e a produção do espaço urbano no Brasil:** contribuições geográficas. 2018. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

TORREAO, Rafael Sapiência. **Geografia do Hip Hop na grande Vitória-ES:** o lugar em tempos de globalização. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014

VIEIRA, Higor Marcelo Lobo. **Trajetórias individuais e processos coletivos do rap indígena: Territórios e Territorialidades do grupo Brô Mc's'**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

XAVIER, Denise Prates. **As Ações do Movimento Hip Hop no Espaço Urbano de Rio Claro/SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

XAVIER, Denise Prates. **Repensando a periferia no período popular da história: o uso do território pelo movimento Hip Hop**. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. Concepção e práticas pedagógicas dos professores sobre o ensino da cidade. In: ZANATTA, B. A.; SOUZA, V. C. **Formação de Professores: reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ZUAZO, Pedro. **Cinco jovens são fuzilados dentro de carro na Zona Norte do Rio**. Extra, Rio de Janeiro, 29 nov. 2015. Acesso em 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/cinco-jovens-sao-fuzilados-dentro-de-carro-na-zona-norte-do-rio-18174696.html>>.

Documentos Sonoros

ARY, Preta. **Emergência**. São José dos Campos, SI, 2019.

BRO MCS. **A vida que eu levo**. Dourados: S.I, 2009.

BRO MCS. **Tupã**. Dourado. Dourados: S.I, 2009.

ELNINÕ, Thiago, RAONY e KEOPS. **Condado dos Surdos**. Rio de Janeiro: Pombos Inc, 2017.

ELNINÕ, Thiago, SANT e KMKZ. **Pedagoginga**. Rio de Janeiro: Pombos Inc, 2017.

EMICIDA, MAJUR e VITTAR, Pablo. **AMARElo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

EMICIDA.; MONTENEGRO, Fernanda. **Ismália**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

GOG. **Dia a dia na periferia**. Brasília: Só Balanço, 1994.

GOG. **Periferia Segue Sangrando**. Brasília: Só Balanço, 1996.

INQUÉRITO e BALEIRO, Zeca. **Vitrines**. São Paulo: S.I, 2018.

INQUÉRITO.; RAEL. **Cidade sem cor**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2014.

GUARANI, OZ. **Guerreiro**. São Paulo, 2007.

RACIONAIS MCS. **Periferia é periferia em qualquer lugar**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

RZO. **O trem**. São Paulo: Cosa Nostra, 1999.